

HABITAÇÃO COLECTIVA PARA UM HABITAR IMPREVISÍVEL

SUPERAÇÃO DA RIGIDEZ FUNCIONAL NUM CONJUNTO HABITACIONAL NO LARGO DO MASTRO

Ricardo Gouveia de Almeida

Licenciado em Estudos Arquitectónicos

Projecto Final de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura
Mestrado Integrado com especialização em Arquitectura

Orientador

Professor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Lisboa, Março, 2017

Resumo

O presente Projecto Final de Mestrado propõe-se a conceber um conjunto de edifícios de habitação colectiva, localizado na zona do Campo Mártires da Pátria, em Lisboa, que seja abrangente nas possibilidades de utilização e aberta nos modos de habitar a que é capaz de atender, bem como mais resistente ao risco de obsolescência face aos desafios do presente e do futuro. Se é verdade que um número de desafios é, até certo ponto, identificável, através de análises sociológicas e antropológicas; verdade será, também, que a arquitectura é feita para durar e, a longo prazo, o seu habitar é imprevisível. Para procurar responder a esta premissa e desafiar a rigidez funcional do espaço que se identifica, nos nossos dias, apresenta-se um projecto assente sobre princípios como flexibilidade, adaptabilidade, ambiguidade, polivalência e desierarquização, quanto à concepção espacial.

Como suporte teórico para este projecto, a investigação aqui desenvolvida procura, num primeiro momento, uma contextualização história sobre a evolução dos modelos habitacionais predominantes na cidade de Lisboa. Em segundo lugar, é feita uma análise acerca de um conjunto de agregados e indivíduos que

habitam, nos dias de hoje, os modelos habitacionais estudados previamente. Por último, é feita uma análise que se pode dividir em três partes: a história da crítica ao Movimento Moderno (como legado arquitectónico persistente nos dias de hoje); as recentes alterações sociais, económicas, laborais ou tecnológicas que dão corpo a esta crítica e, finalmente, as contra-propostas que lhe têm sido oferecidas na contemporaneidade, procurando produzir espaços habitacionais menos prescritivos, menos fechados e menos rígidos; mais abertos à interpretação, apropriação e caracterização, pelos seus residentes.¹

Palavras-chave: Família; Casa; Habitar; Habitação Colectiva; Rigidez Funcional; Flexibilidade; Adaptabilidade; Lisboa.

¹ Este documento não foi escrito ao abrigo do Acordo Ortográfico em vigor.

Abstract

The present Final Master's Project comes up with the conception of a set of buildings of mass housing, located in the area of Campo Mártires da Pátria, in Lisbon, which is embrancing in the possibilites of use, and open in the means of dwelling it may be able to cater to, as well as more resistant to the risk of obsolescence posed by present and future challenges. Considering true that a number of challenges are, to a certain degree, possible to identify, through sociological and anthropological analysis; equally true is the fact that, as architecture is made to last, in the long run, its forms of dwelling are unpredictable. In order to search for an answer for this premise, and defy the currently identified functional rigidity, we present a project based on such principles as flexibility, adaptability, ambiguity, multifunctionality and de-hierarchy in the conception of space.

As theorectical support for this project, this investigation presents, in the first place, a historical contextualization of the evolution of dominant models of housing in the city of Lisbon. In second place, an analysis of a group of families and individuals that inhabit the previously studied models. At last, an analysis which can be divided in three parts: the history of the criticism towards the Modern Movement

(as the architectural legacy still persistent, today); the recent social, economical, labor and technological transformations that back this criticism and, finally, the counter-proposals offered nowadays, seeking to produce a less prescriptive, less closed and rigid dwelling, more open for appropriation and characterization by its inhabitants.

Key Words: Family; Home; Dwell; Mass Housing; Functional Rigidity; Flexibility; Adaptability; Lisbon.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, um obrigado à minha família, especialmente aos meus pais, as melhores pessoas que conheço e a quem devo muito mais do que sou (e do que algum dia vier a ser), do que costumo admitir.

Um enorme obrigado à Rita, à Titas, ao Gonçalo, à Ana, ao Samuel, à Izaura, à Filipa, à Andreia, à Mafalda, ao João M e ao João C, ao Hugo, à Mariana, ao Francisco, à Amarílis e a tod@s @s amig@s incríveis, com quem partilho lutas e sonhos, e que acompanharam este meu percurso.

Um agradecimento a todas as pessoas cujas casas visitei, cujas vidas conheci, nas quais me inspirei e que tive sempre em mente enquanto desenvolvia este projecto.

Um obrigado especial ao professor Hugo Farias, que esteve presente, motivador e cativante como poucos professores sabem ser, do primeiro ao último dia deste curso.

Por último, obrigado à Carolina, à Joana, à Carlota e à Raquel, com quem partilhei, ao longo de cinco anos, tantas horas de trabalho e de entre-ajuda.

Deste fim de ciclo, levo as solidariedades, as amizades e os sonhos que construí com todas e todos vocês.

Obrigado.

I MODELOS HABITACIONAIS NA
CIDADE DE LISBOA:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

- 6 A Lisboa Pombalina
- 10 O gaioleiro: o habitar
burguês de Lisboa
- 13 Português Suave e a
capital do império
- 19 O Movimento Moderno e a da
Universalidade
- 26 A referência do
Movimento Moderno no
contexto nacional
- 28 A mercantilização do
mercado imobiliário
- 30 O fogo da
contemporaneidade

III FLEXIBILIDADE E
ADAPTABILIDADE:
SUPERAR A RIGIDEZ FUNCIONAL

- 53 A crítica ao Movimento Moderno
- 59 Alterações sociais e familiares
- 62 Propostas concretas

IV HABITAÇÃO COLECTIVA:
PROPOSTA ARQUITECTÓNICA
PARA O LARGO DO MASTRO

- 76 Objectivos
- 78 O fogo
- 92 A agregação
- 94 Os edifícios
- 96 A implantação

INTRODUÇÃO E
ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

II CASOS DE ESTUDO:
FOGOS E HABITANTES
DA CIDADE DE LISBOA

- 36 Casa no Chiado
- 38 Apartamento na Rua do Ouro
- 40 Casa na Av. Marquês de Tomar
- 42 Casa na Av. Duque de Loulé
- 44 Apartamento em Alvalade
- 46 Casa no Bairro das Estacas
- 48 Casa na Rua Passos Manuel

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|----|---|
| 4 | Fig.1. Avenida da Liberdade, no início do século XX; Fonte: Acciaioli 2015:202; |
| 6 | Fig.2. Planta do projecto de reconstrução da Baixa Pombalina (1758), de Eugénio dos Santos, Carlos Mardel. Litografia colorida de 1947. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML); |
| 7 | Fig.3. Projecto de fachada para ruas principais (1758) de Eugénio dos Santos; Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML); |
| 8 | Fig.4. Planta do interior de um andar da Baixa. Fonte: AML; |
| 10 | Fig.5. Um dos projectos finais para o rompimento da Avenida da Liberdade, quase totalmente seguido na execução da obra; Fonte: Acciaioli 2015:270; |
| 11 | Fig.6. Planta de um fogo Gaioleiro de standard “médio-alto; Fonte: Pereira 2015:46; Fig.7. Planta de um fogo Gaioleiro de standard médio- baixo Fonte: Pereira 2015:46; |
| 15 | Fig.8. Fachada de prédio de rendimento na Av. António Augusto de Aguiar; Fonte: Pereira 2016:556; |
| 15 | Fig.9. Edifício na Praça do Areeiro; Fonte: Pereira 2016:462; |
| 17 | Fig.10. Planta de fogo em edifício de rendimento Portugalidade Imperial na Alameda D. Afonso Henriques; Fonte: Pereira 2015:58; |
| 24 | Fig.11. “Diferenças tipológicas entre as plantas de três tipos de edifícios: gaioleiro, rabo de bacalhau, moderno”; Fonte: Pereira 2015:75; |
| 25 | Fig.12. Plano Piloto para a edificação da cidade de Brasília, autoria de Lúcio Costa; Fonte: (Lúcio)Costa 1991; |
| 25 | Fig. 13. Legenda do Plano Piloto de Brasília, evidenciando os princípios de zonamento do MM; Fonte: (Lúcio)Costa 1991; |
| 26 | Fig.14. Planta de edifício de habitação de tipo Moderno (1954) projectado por Ruy Athouguia e Formosinho Sanchez, no Bairro das Estacas, Fonte: Pereira 2016:69; |

| | |
|----|---|
| 30 | Fig.15. Planta de fogo T3 nas Torres das Amoreiras; exemplo da chamada “privatização conjugal contígua”; Fonte: http://imoveis.mitula.pt/offer-detalle/321/8680132481057963721/4/1/apartamentos-torres-amoreiras/Espa%C3%A7os%20Lisboa |
| 36 | Fig.16. Apartamento no Chiado; escala 1:200; Desenho do autor; (Fonte da planta original: AML); |
| 38 | Fig.17. Apartamento na Rua do Ouro; escala 1:200; Desenho do autor; (Fonte da planta original: AML.); |
| 40 | Fig.18. Apartamento na Av. Marquês de Tomar; escala 1:200; Desenho do autor; (Fonte da planta original: AML.); |
| 42 | Fig.19. Apartamento na Av. Duque de Loulé; escala 1:200; Desenho do autor; (Fonte da planta original: AML.); |
| 44 | Fig.20. Apartamento em Alvalade; escala 1:200; Desenho do autor; (Fonte da planta original: AML.); |
| 46 | Fig.21. Apartamento no Bairro das Estacas; escala 1:200; Desenho do autor; (Fonte da planta original: AML.) |
| 48 | Fig.22. Apartamento na Rua Passos Manuel; escala 1:200; Desenho do autor; (Fonte da planta original: http://www.scmd.pt/Projectos?id=f678c279-78d9-4bd4-b420-ddd6ffd69bc3#cntFloor22a541a1-9fba-4e43-99bc-962dd112e091 .); |
| 52 | Fig.23. Esquema da Casa Dom-ino, teorizada em 1914 por Le Corbusier; Fonte: http://cea-seminar.blogspot.pt/2012/11/socially-nurturing-architecture.html ; |
| 62 | Fig.24. Planta do esquema Supports, de Habraken; Fonte: Habraken 1979; |
| 64 | Fig.25. Esquema de distribuição de áreas em Supports, de Habraken; Fonte: Habraken 1979; |
| 65 | Fig.26. Perfil do esquema Supports, de Habraken; Fonte: Habraken 1979; |
| 66 | Fig.27. Combinações diversas dos módulos ABC; Fonte: Gausa 1998; |
| 66 | Fig. 28. Perfis dos módulos ABC; Fonte: Gausa 1998; |
| 67 | Fig.29. Sistema Comboio - Actar; Fonte: Gausa 1998; |

| | |
|----|--|
| 67 | Fig. 30. Perspectivas de Domus Demain - Yves Lion; Fonte: https://proyectos123.wordpress.com/tag/yves-lion/ ; |
| 68 | Fig.31. Loft em Antuérpia - Neutelings De Kooning; Fonte: Gausa 1998; |
| 69 | Fig.32, 33, 34. Desenhos de Nouveau Habitat Pan 1º – Delsalle-Laucoudre; Fonte: http://www.lacoudre.eu/projets/habitat/consultation-du-pan-14/ ; |
| 70 | Fig.35. Planta das Unidades Habitacionais propostas para a Diagonal de Barcelona - Ábalos Herreros; Fonte: http://hacedordetrampas.blogspot.pt/2011/11/proyecto-en-la-diagonal-de-abalos.html |
| 71 | Figs. 36, 37, 38. Planta e fotografias do edifício de habitação colectiva em Graz - Riegler e Riewe; Fonte: http://finn-wilkie.tumblr.com/post/122035011233/riegler-riewe-bahnhofstrasse-housing-graz-1994 |
| 72 | Fig.39. Vista aérea do Largo do Mastro; Fonte: http://bing.com/maps/ |
| 73 | Fig.40. Montagem de fotografias do autor, do Largo do Mastro, Rua do Saco e Rua de São Lázaro; |
| 75 | Fig.41. Planta de implantação, identificando os edifícios A1, A2, B1 e B2; |
| 77 | Fig.42. Tabela ilustrativa da evolução dos dados acerca dos tipos de família, de acordo com os censos do Instituto Nacional de Estatística; Fonte: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23625/1/ICS_SAtalaia_VCunha_KWalL_SMarinho_VRamos_Como_ASITEN.pdf ; |
| 79 | Fig. 43. Planta dos fogos tipo. Em evidência, os módulos técnicos e os módulos sala; escala 1:100; |
| 81 | Fig. 44. Modelo 3D evidenciando a possibilidade de agregação de dois módulos de sala, deslizando e arrumando os painéis; |
| 85 | Fig. 45. Perspectivas sobre a composição do fogo-tipo grande; Figs. 46 e 47. Cortes através do fogo; pelo interior dos módulos técnicos e atravessando as fachadas, respectivamente; escala 1:100; |
| 87 | Fig. 48 Modelo 3D evidenciando a perspectiva sobre a profundidade do fogo, a partir do módulo de sala; |

| | |
|----|---|
| 88 | Fig. 49. Perspectiva interior do Fogo-tipo grande, em secção longitudinal; |
| 90 | Fig. 50. Perspectiva exterior nocturna de fogos-tipo pequenos e diversas apropriações de espaços idênticos; |
| 93 | Fig. 51. Planta do piso tipo dos edifícios; escala 1:500; |
| 95 | Figs. 52 e 53. Alçados Norte e Oeste, respectivamente; |
| 97 | Fig. 54. Planta do piso térreo dos edifícios; escala 1:500; |
| 98 | Fig. 55. Perspectiva exterior - Largo do Mastro; Fig. 56. Perspectiva exterior - Rua de São Lázaro; |
| 99 | Figs. 57 e 58. Perspectiva exterior - Rua de São Lázaro; |

(...) foi possível detectar, a despeito das carências das casas, a diversificação dos ritmos e das formas que toma o habitar. E nos desajustamentos verificados pode ver-se uma crise dos formalismos, sejam os dos projectos fechados, de dependências convencionais, sejam os dos abstractos “tudo comunica” – diversificações já observáveis, mudanças inevitáveis que se acentuarão, traduzem-se numa necessidade de flexibilidade de utilização, de apropriação. A casa deve ser um terreno de apropriação muito menos prescritivo do que aquele a que se está habituado. O que não quer dizer que se possa passar sem o conhecimento sociológico do habitar mas que, pelo contrário, se devem ter em conta, ao nível do design arquitectónico, toda a ambiguidade e diversidade dos comportamentos reais.¹

¹ (Portas 1968:126)

Introdução

O tema do presente Projecto Final de Mestrado é a concepção de um projecto de habitação colectiva, localizado na zona do Campo Mártires da Pátria, em Lisboa, que seja abrangente nas possibilidades de utilização e aberta nos modos de habitar a que é capaz de atender e, tendo em conta as evoluções e alterações no tecido social de Lisboa na contemporaneidade, mais resistente ao risco de obsolescência face aos desafios do presente e do futuro.

O subtema dirá respeito à forma como deve ser encarada a oferta de habitação colectiva actual e que dificuldades esta coloca à abrangência de possibilidades de utilização e abertura nos modos de habitar a que a casa deverá atender, conforme enunciado previamente. Essas dificuldades, e essa é a hipótese central, advêm de uma rigidez na divisão espacial da habitação, que coloca, como critério primordial da caracterização da casa, as funções predefinidas e concebidas de forma homogeneizadora e prescritiva consignadas a cada divisão do espaço – uma herança do legado teórico, operativo e edificado do chamado Movimento Moderno. Dito isto, este projeto de habitação colectiva deverá ser capaz de superar a rigidez funcional do espaço, como meio para atingir a finalidade de

torná-lo aberto a interpretações e apropriações tão diversas e imprevisíveis quanto os futuros e anónimos habitantes. Essas apropriações e interpretações, contudo, devem ser objecto de análise, enquanto realidades que existem e às quais é necessário dar resposta. Essa análise, incidente sobre a diversidade de necessidades e aspirações do tecido social ao qual se destina este projecto, deverá nortear as escolhas que resultarão na proposta arquitectónica. Sobre uma análise acerca da “diversificação de ritmos e formas toma o habitar”, de que fala Nuno Portas (Portas 1968:126), devemos colocar as seguintes questões. Como projectar habitação colectiva para vidas mais diversas e mais imprevisíveis, resultantes de mudanças de paradigma a nível social, económico, laboral, entre outros? De que forma deve o arquitecto interpretar a evidência do aumento de representatividade de modos de habitar “não-normativos”? Se abdicamos do “primado da função”, como principal critério para a concepção da habitação, que outro critério o substituirá? Será a neutralidade máxima, a total indefinição funcional do espaço, a via a seguir?

Coloca-se, naturalmente, a hipótese de que seja possível conceber habitação de massas atendendo a um muito maior leque de possibilidades de utilização e modos, ritmos e dinâmicas de habitar e

que, nesse sentido, o projecto deverá ser orientado por princípios como flexibilidade, adaptabilidade, ambiguidade funcional, polivalência, desierarquização, na definição dos espaços da casa, superando, desta forma, a rigidez acima mencionada. Esta hipótese desafia, portanto, a tentação, por parte do arquitecto, de uma idealização normativa da vida dos futuros habitantes, no contexto do projecto de habitação colectiva.

O primeiro objectivo do projecto será, então, que o projecto responda a um conjunto de premissas teóricas sobre como projectar habitação de massas de forma menos prescritiva e normalizadora e de modo a torná-la mais aberta a apropriações variadas, tomando como referência uma série de autores e arquitectos que já se debruçaram sobre o tema.

Propomo-nos, ainda, nesta investigação, a uma análise histórica sobre o habitar na cidade de Lisboa, nomeadamente, os desígnios dos modelos habitacionais predominantes na capital desde a reconstrução, após o terramoto de 1755. Compreender os desígnios históricos de cada modelo de habitação colectiva mostra-se essencial para avaliar quão diferentes são os seus propósitos iniciais, das realidades variadas que hoje alojam, o que corresponde a uma parte deste trabalho. Procedeu-se a uma recolha de

informações, através da visita a apartamentos correspondentes a estes modelos dominantes, em cada período temporal, e a entrevistas a habitantes de cada um dos fogos. Um segundo objectivo será, portanto, que a resposta dada ao problema da rigidez resulte de uma reflexão acerca das realidades de habitação e coabitação diversas, compreendendo até que ponto é que os modelos habitacionais existentes na cidade de Lisboa correspondem ou falham, nessa abertura às apropriações diversas existentes, e que o projecto aqui desenvolvido procura potenciar.

Se, por um lado, se procura investigar um modelo operativo de conceber habitação colectiva que seja mais permeável a usos diferentes, importa compreender que este trabalho não pretende ser um manual sobre como projectar habitação colectiva, respondendo às premissas acima enunciadas (como é o caso do sistema Suportes, de Habraken, que adiante será abordado). Pretende, sim, constituir um projecto específico, para uma realidade específica e, por essa razão, necessita de ser caracterizado, não só por princípios teóricos, mas por intenções arquitectónicas que decorram do estudo dos casos acima referidos.

Organização do documento

Este documento está organizado da seguinte forma. Começamos pela investigação acerca da história dos modelos habitacionais predominantes na cidade de Lisboa, desde o terramoto de 1755. Aí, é feita uma distinção, essencialmente, entre quatro tipos de edifício de habitação colectiva: pombalino, gaioleiro, *português suave*, moderno e contemporâneo. Para esta contextualização história, são usadas, como fontes bibliográficas de referência, as seguintes obras: *Casas com Escritos: Uma História da Habitação em Lisboa*, de Margarida Acciaiuoli e *Casa e Mudança Social: Uma Leitura das Transformações da Sociedade Portuguesa a partir da Casa* de Sandra Marques Pereira. De seguida, temos a oportunidade de apresentar os casos de estudo incidentes sobre as dinâmicas de apropriação e vivência do espaço protagonizadas por cinco agregados e dois indivíduos mono-residentes que habitam, todos eles, exemplos paradigmáticos dos modelos previamente contextualizados na história da cidade.

Deixamos, nesse momento, o estudo dos modelos habitacionais predominantes da cidade e debruça-se, esta investigação, sobre um conjunto de perspectivas críticas sobre a produção de habitação

colectiva contemporânea, decorrente do legado do Movimento Moderno; os temas da flexibilidade, adaptabilidade e ambiguidade funcional do espaço, enquanto respostas, teorizadas e praticadas, a este legado modernista e uma análise das transformações sociais, económicas, laborais e tecnológicas da contemporaneidade e das interpelações que estas fazem sobre o espaço doméstico. De seguida, serão enunciados alguns projectos de referência, a nível das propostas de habitação colectiva flexível a adaptável.

É nesse momento que será feita uma descrição do projecto suportada por toda esta investigação. Esta descrição abordará o processo de concepção do projecto, desde a partição espacial, à caracterização das estratégias adoptadas, referenciando os autores que as mencionam e propõem, às materialidades escolhidas e à abordagem que é feita do local, de como ele influencia o projecto e de como este se integra no terreno. A descrição do projecto contará com imagens variadas de suporte à narrativa, bem como uma secção de anexos com uma série de outras imagens de apoio, que poderão ser úteis nas

Para terminar, serão apresentadas as considerações finais acerca da investigação do projecto apresentados neste documento.

MODELOS HABITACIONAIS NA CIDADE DE LISBOA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA



Na introdução à sua obra *Casa e Mudança Social*, Sandra Marques Pereira declara procurar compreender, nas suas palavras, se “a forma da casa ao longo do século XX, nomeadamente do ponto de vista do espaço construído e muito especialmente da forma do fogo, incorpora (ou não) a própria evolução e os sentidos da mudança social veiculados pela família moderna” (Pereira 2016:2).

Esta questão, a que procurará responder na parte II da sua obra, revela-se da maior importância, já que a resposta levantará as perguntas que mais importam, não à socióloga, mas ao arquitecto. Deve o desenho do fogo procurar acomodar as mudanças sociais ou apenas adaptar-se às mudanças nas representações da família? Ou ainda, deverá o projecto de habitação colectiva abster-se de responder perante a realidade e procurar a edificação de uma sociedade nova através de uma arquitectura nova, pedagógica e instrutiva?

Investigar esta questão merece, sem dúvida, reflexão sobre os modelos de habitação predominantes em Lisboa— reflexão essencialmente histórica, não fosse Lisboa, à semelhança de tantas capitais europeias, uma sobreposição de cidades e diversos tecidos económicos e sociais. Por um lado, procura-se compreender as sociedades, economias e lideranças polí-

ticas de cada tempo, naquilo em que estas influíram nos modelos habitacionais que produziram e legaram aos nossos dias. Por outro lado, e em sentido inverso, interpretar as dinâmicas de habitação e alojamento e respectiva evolução, através, essencialmente, das próprias plantas e modelos habitacionais estudados.

Fig.1. Avenida da Liberdade, no início do século XX;
Fonte: Acciaiuoli 2015:202

A Lisboa Pombalina

Em primeiro lugar, opta-se por tratar o modelo pombalino, como momento inaugural da construção de habitação colectiva em Portugal, a diversos níveis. É naturalmente conhecida a importância central de Pombal para a reedificação da Lisboa pós terramoto de 1755 e, no entanto, não será demais reafirmar que o facto da primeira decisão fundamental, que ao ministro do Rei D. José cabia, ter recaído sobre uma reconstrução de raiz e conforme novas plantas, sem atender ao que houvera antes, arrasando as ruínas e muito do que restara da velha capital (França in Acciaioli 2015:41) torna possível a definição de modelos urbanos e habitacionais que se farão matriz e paradigma para o futuro, por se prestarem à razão teórica acima de quaisquer constrangimentos como preexistências. Esta matriz dirá respeito a questões tão diversas quanto o traçado urbano, os problemas do abastecimento de águas e escoamento de resíduos, à definição dos alçados e da cércea dos edifícios, ao zoneamento por classe social e sector de actividade (o Chiado foi, por exemplo, desde logo, designado como zona de casas nobres) bem como ao inovador sistema construtivo empregue – a gaiola – e que, por essa razão, viria a emprestar

o seu nome ao modelo aplicado na construção dos “prédios de rendimento” do século XIX e início do XX. A própria consolidação da expressão “prédio de rendimento” surge neste momento, o que faz da Baixa Pombalina um momento inaugural, também a respeito da construção de habitação como iniciativa de colaboração entre a parte pública e a privada, bem como a atribuição, ao domínio do negócio, do bem essencial que é a habitação. Nas palavras de Margarida Acciaioli (MA)(Acciaioli 2015:58,59):

Que valor é possível atribuir à expressão (“prédio de rendimento”) quando sabemos que, entre nós, ela ganha o seu vigor no contexto da reedificação de uma cidade, que precisava da iniciativa privada e lhe acenava com a oportunidade de investir na construção, oferecendo-lhe, ao mesmo tempo, uma aplicação dos capitais e um rendimento seguro? (...) Para se ter uma noção real do seu peso, seria necessário levar em conta não só o contexto do tempo em que tal expressão se encontrou, mas também o modo como essa realidade acabou por entrelaçar e confundir uma forma de negócio com um bem essencial, como é a habitação.

No que diz respeito ao edifício pombalino, ele não pode ser entendido, adianta MA, citando José-Augusto França, sem



Fig.2. Planta do projecto de reconstrução da Baixa Pombalina (1758), de Eugénio dos Santos, Carlos Mardel. Litografia colorida de 1947. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML).

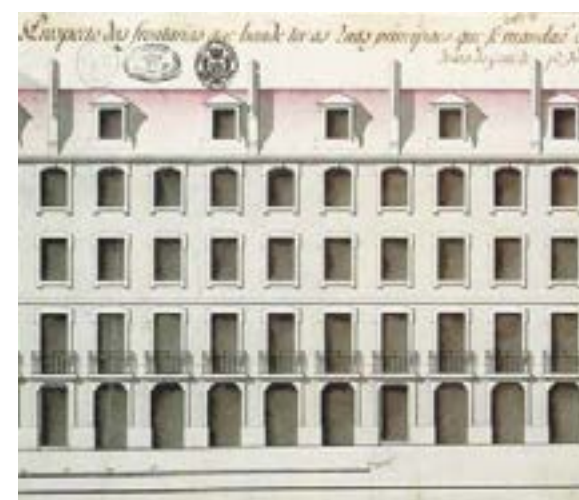


Fig.3. Projecto de fachada para ruas principais (1758) de Eugénio dos Santos; Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML).

compreender que “a designação que lhe atribuímos (edifício ou prédio) roça a abstracção, uma vez que não existem prédios, mas blocos, isto é, conjuntos de quarteirões de edifícios” (França in Acciaiuoli 2015:57). Estes quarteirões, por sua vez, em regra, quadrangulares, dispõem de um saguão central, longitudinal e comum a todos os edifícios. Construídos segundo os mesmos princípios a nível de planta, fachada e até mesmo de materialidade, os edifícios contavam com pisos térreos dedicados a comércio, enquanto os restantes seriam ocupados

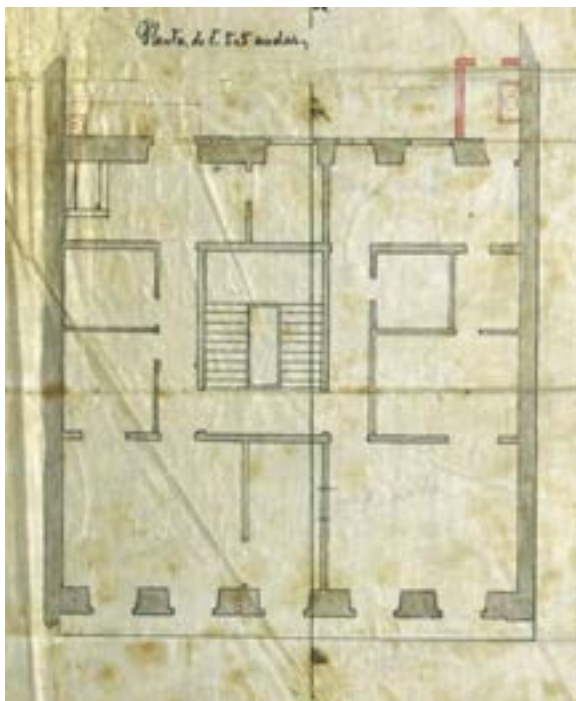


Fig.4. Planta do interior de um andar da Baixa.
Fonte: AML

por fogos, organizados, por norma, em esquerdo-direito e de plantas simétricas, embora existam excepções. A nível da organização da planta, cada fogo dispunha de um número de divisões abertas sobre a rua, enquanto outras se abriam sobre o saguão traseiro, existindo ainda um número de divisões “interiores”.

As divisões que dispunham de comunicação directa para a rua seriam habitualmente salas de visitas, embora servissem também de “alcovas, espaços de recolhimento e de descanso”(Barreiros in Acciaiuoli 2015:64), dispostas em zona oposta à cozinha, ocupando, por norma, a comunicação com o saguão. Esta seria, portanto, a divisão da casa mais caracterizada do ponto de vista do seu propósito utilitário.

A cozinha dispunha de uma pia de pedra ao canto, simultaneamente servindo de retrete e de vazadouro para os restos de comida, bem como da lareira, elemento de dimensões consideráveis, assente sobre uma pedra de soleira debaixo da qual se guardaria a lenha e contando com uma fuga própria para os fumos. Acrescenta ainda MA, que a lareira da cozinha servia uma outra função, “que seria a de aquecer as casas no Inverno, não se limitando por isso o seu uso à simples confecção de alimentos” (Acciaiuoli 2015:64).

Contudo, é o encadeamento dos espaços destas casas o elemento mais peculiar. Nas palavras de MA, “a morada define-se por uma sucessão de divisões interiores, que comunicavam entre si, de modo a assegurar a circulação, uma vez que não existia corredor, prática então corrente que remontava a hábitos antigos” (Acciaiuoli 2015:64). É esta distribuição dos espaços que reproduz uma organização anterior à reconstrução da cidade o factor revelador, afirma MA, da “falta de controlo dos arquitectos sobre estes espaços”.

A sala das visitas importa, por assim dizer, as características dos antigos salões das moradas nobres, mas a sua decoração não é relevante, tal como não é relevante a existência de lareiras ou de braseiras nesses espaços, com os evidentes benefícios que teriam nas estações frias; e a grande maioria dos quartos de dormir são interiores e não têm anexos ou vestiários, para além de frequentemente comunicarem entre si”, servindo muitas vezes de acesso exclusivo uns aos outros. “Até mesmo a higiene do banho era feita na cozinha, onde se confeccionavam os alimentos e se tomavam, por vezes, as refeições, numa multiplicidade de funções que está longe do conforto, da discrição e da intimidade que a burguesia nos finais de Oitocentos irá exigir” (Acciaiuoli 2015:66).

Importa, a título de conclusão, acrescentar que esta ambiguidade funcional na organização, disposição e caracterização dos espaços domésticos do fogo pom-balino resulta, sobretudo, do modelo de intervenção operativo, a todas as escalas e que, como refere José-Augusto França, “foi comandada (a reconstrução da capital) pela necessidade urgente de dar alojamento a uma população considerável e tratava-se, antes de mais, de construir, debaixo de certas condições gerais, casas onde esta população pudesse abrigar-se.” (França in Acciaiuoli 2015:56).

Não é possível, portanto, retirar desta ambiguidade a conclusão de que existisse uma qualquer intenção de adaptabilidade dos espaços a quaisquer funções; antes, e pelo contrário, um desprezo pela identificação de funções ou consignação de qualquer função específica a um espaço determinado, pelo que em todas as divisões se passasse um pouco de tudo, (com excepção para a confecção de alimentos e eventualmente a recepção de visitas, feita nas divisões abertas sobre a rua), aspecto evidenciado pela intercomunicação dos espaços e motivado por princípios de racionalidade económica e operativa.

O Gaioleiro: o habitar burguês de Lisboa;

O contexto do final de Oitocentos e início do século XX, ou seja, o advento da Lisboa proto-industrial, vê nascer e consolidar-se a nova classe urbana dirigente – a burguesia. É também neste contexto que planos de alteração e expansão da cidade começam a ser considerados, tanto pelas autoridades municipais – na qual se destacaria a figura de Ressano Garcia - como pelo governo central. Dir-se-ia que são os planos para o lançamento da Avenida da Liberdade, seguindo um modelo urbano idêntico aos boulevards parisienses, que dão o mote para expansão da cidade. O projecto inicial para o boulevard lisboeta, contudo, suscita crítica pelo seu propósito de ostentação pouco consequente, já que “não se enquadrava num plano que a fundamentasse, não previa a existência de construções, nem aludia a quaisquer infra-estruturas, nomeadamente quanto ao abastecimento de água, de luz ou de um conveniente sistema de esgotos.” (Acciaiuoli 2015,201). Um dos críticos será Ramalho Ortigão, figura respeitada da intelectualidade lisboeta, que escreve na publicação As Farpas, partilhada com Eça de Queiroz, que “Este boulevard, segundo o critério municipal, é um luxo. (...) Deitam boulevard exactamente como



Fig.5. Um dos projectos finais para o rompimento da Avenida da Liberdade, quase totalmente seguido na execução da obra; Fonte: Acciaiuoli 2015:270

quem deita pó-de-arroz ou irís de Florença: para se darem um ar (...)”(Ortigão in Acciaiuoli 2015,200). Apesar das críticas, materializadas entretanto em inúmeras petições às quais se associaram figuras influentes da época, a Avenida da Liberdade, desenhada por Ressano Garcia, foi inaugurada em 1886, lançando, a partir da rotunda em que viria a ser erigida a estátua do Marquês de Pombal, os projectos das artérias que ligariam a baixa aos subúrbios que brevemente se fariam centro da cidade expandida (Rua Braancamp e avenidas José António de Aguiar,

Duque de Loulé e Fontes Pereira de Melo) e o futuro jardim que mais tarde viria a ser o Parque Eduardo VII.

É neste contexto de expansão que um novo modelo de habitação colectiva se tornará hegemónico, designado de Gaioleiro. Este modelo deve o seu nome ao sistema construtivo da reconstrução da baixa lisboeta (cuja adopção seria, por esta altura, generalizada) e deve a sua herança morfológica aos modelos habitacionais da aristocracia. É no palácio da aristocracia que têm origem os aspec-



Fig.6. Planta de um fogão Gaioleiro de standard “médio-alto; Fonte: Pereira 2015:46
Fig.7. Planta de um fogão Gaioleiro de standard médio- baixo Fonte: idem

tos formais que seriam sintetizados e comprimidos no espaço do apartamento burguês. Referenciando Madureira (1992) e Santos (1983), Sandra Marques Pereira (SMP) enuncia os quatro aspectos essenciais (Pereira 2016:40):

I. especialização e complexificação funcional das divisões domésticas, fazendo-se associar diferentes espaços a diferentes actividades;

II. emergência e progressiva generalização do entendimento da casa e do mobiliário como instrumento de projecção social e demarcação estatutária;

III. divisão sexual dos espaços;

IV. escalonamento da privacidade e partição do espaço em duas zonas – intimidade familiar e representação;

A importação destes aspectos para a habitação burguesa do início do século XX é submetida ao constrangimento do espaço e imperativo do lucro, materializando-se no rectângulo estreito e comprimido que, ao tirar partido do interior do lote, resulta numa série de distinções que se operam na forma da casa, entre termos valorativos como frente/traseiras; formal/informal; limpo/sujo; dia/noite; público/privado; simbólico/secular; sagrado/profano; masculino/feminino (Lawrence in Pereira 2016:41).

O resultado do cruzamento de todas estas dicotomias será um fogo em que os quartos - ou seja, as divisões dedicadas à intimidade e individualidade, concebidas como universo nocturno – são relegados para o interior do lote, onde condições como ventilação e luz natural são habitualmente escassas. SMP interpreta esta tendência dominante como reveladora de uma subjugação da individualidade e intimidade aos valores da representação (Pereira 2016: 45). A excepção que efectivamente confirma a regra é o caso do quarto de casal, ideia essencialmente burguesa, e que se situa, habitualmente, junto às salas de receber. Ou seja, o quarto de casal cumpre, não só a função de espaço de intimidade do casal, como um prolongamento da função representativa e de recepção de convidados. A evolução da habitação burguesa far-se-á, então, em dois eixos essenciais: i) a transição da ambiguidade funcional dos espaços para a consignação funcional de cada espaço concebido pelo arquitecto; ii) a tripartição do espaço doméstico, ou seja, o agrupamento e aglutinação das zonas domésticas pelas suas três funções essenciais – a social, a dos serviços e a privada. Se o apartamento gaioleiro não corresponde, ainda, a este paradigma (devido a contradições como a distância enorme entre salas de receber e casa de jantar ou o quarto de casal como extensão da recepção), não deixa este de ser um prenúncio

do sentido da evolução do apartamento burguês, nas décadas seguintes.

Interessa, para o estudo que aqui se faz, introduzir um factor essencial e que também não passa ao lado de SMP: compreender a diferença substancial entre o desígnio funcional do espaço e a realidade prática das dinâmicas de habitação e ocupação do fogo. A este respeito, importa referir o fenómeno da chamada “sublocação” como um modo de habitar bastante representativo no universo familiar da capital, já que cerca de 30% das famílias residentes em Lisboa vivem, à época, em “partes de casa”, sendo que, dessas, mais de 40% ocupavam apenas uma divisão. Muitas vezes, esta sublocação tirava partido, precisamente, do facto do designado escritório do fogo – o espaço doméstico masculino por excelência – ter o seu próprio acesso ao patamar da escada do edifício.

Português Suave e a Capital do Império

Avançando no tempo, importa contextualizar a evolução do fogo lisboeta na consolidação do Estado Novo, momento em que o desenvolvimento da cidade-capital é laboratório e instrumento de afirmação e síntese do Império Nacional - aspecto evidenciado, desde logo, pela acumulação de funções de Duarte Pacheco, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Ministro das Obras Públicas, simultaneamente (Pereira 2016:50). Essencial para um enaltecimento coerente e planeado da capital, foi o aumento exponencial do controlo regulamentar do governo sobre a construção privada, bem como o controlo público dos usos do solo, através de inúmeros processos de expropriação de terrenos urbanos. Contudo, o que está em causa neste processo não é uma questão ideológica de fundo contra a natureza da propriedade, criando uma dicotomia entre público e privado, “mas sobretudo a sua aplicação e “no limite, a própria forma urbana para a Capital do Império” (Ferreira in Pereira 2016:51).

Esta circunstância política e legal contrasta, então, com o processo anterior de expansão da cidade em que as orientações regulamentares, da responsabilidade de Ressano Garcia, se limitam

ao traçado urbanístico quadrangular e directrizes de cariz higienista (Pereira 2016:40). Trata-se, portanto, do momento de maior controlo sobre o sector privado da construção na história urbana portuguesa, onde são definidos, pelos regulamentos, aspectos tão diversos como “índices de ocupação espacial e densidade, a matriz morfológica a assumir por um determinado conjunto urbano ou mesmo a identificação dos públicos-alvo a que se destina - até aos domínios genericamente deixados ao critério do promotor/projectista - a identidade estética, o preço de arrendamento e, ainda mais importante para a presente análise, a forma do espaço doméstico “enquanto produto de um organograma funcional pré-estabelecido, este sim entendido como veículo privilegiado de reestruturação de um determinado modo de vida” (Pereira 2016:51). Compreendemos então que esta política, cujas linhas orientadoras se estendem a domínios inéditos para as autoridades competentes, se afirma como um eixo central na veiculação de uma nova ordem social, em que se procura cristalizar limites impostos pelas hierarquias sociais existentes, a todas as escalas, em todos os programas de construção de habitação. É possível, assim, distinguir três grandes grupos de programas de construção - “projectos genéricos de portugalidade” (Pereira 2016:52).

O primeiro, designado de Portugal Menor, correspondente ao Programa de Casas Desmontáveis de 1938, fundado sobre a necessidade de realojamento dos moradores de bairros de lata demolidos para dar lugar às obras públicas do ministério de Duarte Pacheco, cumpre ainda um propósito político e ideológico de desenvolvimento das aptidões sociais e morais requeridas por uma habitação definitiva (Pereira 2016:52), uma espécie de “domesticação” da marginalidade em relação ao sistema social corporativo.

O segundo, designado de Portugalidade Contida, materializa-se no Programa das Casas Económicas, criado em 1933, direccionado à pequena e média burguesia, tendo por eixos ideológicos os valores do regime: família; propriedade privada; nação/portugalidade; ruralidade; ordem; hierarquização social; isolacionismo; afiliação institucional/corporativismo (Pereira 2016:52). Na construção de uma imagem apropriada ao programa, tem particular influência o debate sobre a Casa Portuguesa, existente já na I República, tendo por ideólogo Raúl Lino, mas tornado prática efectiva no Estado Novo. A casa portuguesa, como é traduzida para o Programa das Casas Económicas, toma forma tendo por referência a casa burguesa, em versões diferentes conforme a categoria social a que se destinam. A escala que se cria entre as variações

das Casas Económicas informa os seus habitantes sobre o patamar social a que pertencem, desde logo pela proibição “de reunir num só bairro de casas económicas mais do que duas ou três categorias consecutivas” (Gros in Pereira 2016:53), o que SMP interpreta como uma “intenção segregativa”. A respeito do público a que se destina este programa, um outro programa lhe dará seguimento num período mais avançado do regime, como resposta economicista, sobretudo, ao fluxo migratório de populações rurais que acorrem à capital - o Programa das Casas de Renda Económica. Este programa distingue-se do anterior por se consubstanciar em grandes projectos de habitação colectiva que, no caso lisboeta, terá particular relevância nos planos para as células do Bairro de Alvalade (Pereira 2016:73). A ele voltar-se-á, neste trabalho, mais à frente, numa abordagem da influência do Movimento Moderno no contexto nacional.

O terceiro, designado de Portugalidade Imperial, funda-se na necessidade de “construção da identidade sócio-espacial das elites e classes médias altas do regime” (Pereira 2016:55). No entanto, a construção desta categoria de edifícios ficaria, ao contrário dos programas anteriores, exclusivamente a cargo da iniciativa privada, o que implicaria um escrutínio sobre o sector da construção civil e



Fig.8. Fachada de prédio de rendimento na Av. António Augusto de Aguiar; Fonte: Pereira 2016:556;
Fig.9. Edifício na Praça do Areeiro; Fonte: Pereira 2016:462

respectivos projectistas, que nas palavras de Duarte Pacheco, “não têm formação, nem competência para o ser” (Pereira 2016:54). A tarefa seria portanto instruir o sector no sentido da “homogeneidade formal que confere materialidade à imagem do regime, na sua dimensão imperial”, para a qual seriam instrumentais o Prémio Municipal de Arquitectura e a chamada política do espírito, impulsionada por António Ferro, ideólogo da política de propaganda do Estado Novo.

Desta forma, os modelos do chamado primeiro modernismo, desprezado por Duarte Pacheco, estruturalmente idênticos ao gaioleiro, dão lugar a um “modelo nacionalista de raiz historicista” por oposição à Portugalidade Contida onde o nacionalismo assume um cariz de síntese regionalista. Este modelo imperial procura celebrar os dois períodos históricos de “ascensão nacional” (Pereira e Fernandes in Pereira 2016:55), designadamente, os estilos joanino e pombalino. De uma perspectiva semiótica, imperam linhas de orientação ideológica como a “verticalidade (...), lida no seu sentido ascendente, ligada (...) à ascensão ao plano do espírito, ao corte com a materialidade” e a “durabilidade e estabilidade”(Rodolfo in Pereira 2016:55). Neste sentido, vulgarizam-se elementos como torreões piramidais de topo (Areeiro, Av. Sidónio Pais, Av. De Roma, Praça de Londres, entre

outros exemplos) e o uso recorrente de pedra, bem como elementos simbólicos da nobiliarquia, como sejam as entradas sumptuosamente decoradas com baixos relevos ou as varandas abalastradas dos primeiros pisos – “piso nobre”. A inflexão de linguagem é de tal ordem que o escrutínio da produção construtiva recorre à apresentação de exemplos-guia aos projectistas (Pereira e Fernandes in Pereira 2016:56).

Em termos formais, o edifício de rendimento, outrora tomando a configuração, em planta, de um “I”, ganha a forma designada de “rabo de bacalhau”, abdicando do saguão, por virtude de novas limitações legais por razões de higiene e salubridade e, simultaneamente, tirando partido da profundidade de cada lote.

Associado a esta edificação material da identidade das classes dirigentes do regime está, naturalmente, o aprofundamento das hierarquias e distinções implícitas nas dinâmicas dos edifícios e dos fogos. Significa isto, que a evolução do quarteirão, do fogo e do edifício de rendimento do Estado Novo informa os seus utentes sobre o seu lugar e categoria social a todas as escalas, cristalizando distinções como a de família/criados ou mulher/homem. Este ideal estado-novista de vida privada é, então, orientado por três eixos, conforme esquematizados por SMP:

- i) “criação das condições para a institucionalização da família nuclear”, hierarquizando os vários níveis de privacidade constitutivos de uma domesticidade “moderna” e “diferenciação funcional (e de poder) dos membros da família, nomeadamente entre os cônjuges;
- ii) criação das condições para a domesticação da mulher; intenção de fazer com que a mulher regresse ao lar na sua tripla qualidade de esposa, mãe e dona de casa;
- iii) formalização e clarificação das hierarquias sociais coexistentes no interior

do edifício e espaço familiar, tornando-o num exemplo de realização das “premissas atribuídas à macro-estrutura do espaço social”.

O fogo do edifício de rendimento do Estado Novo dará, então, seguimento à tendência de tripartição do espaço doméstico, interpretando-a como instrumental nos desígnios ideológicos supracitados. Este novo impulso de tripartição pode ser observado em quatro tendências distintas. A primeira diz respeito à casa de jantar, deslocada para o extremo oposto do fogo e tornada permeável, porque pertencente, às divisões



Fig.10. Planta de fogo em edifício de rendimento *Portugalidade Imperial* na Alameda D. Afonso Henriques; Fonte: Pereira 2015:58

sociais – as quais reforçam fisicamente a gradação simbólica (primeiro, escritório, muitas vezes com entrada independente; segundo, sala, representação e recepção; terceiro, sala de jantar, espaço familiar por excelência). Uma segunda dirá respeito à tendência de desenho de um hall, por vezes atribuindo a este uma área bastante generosa, visto como primeira zona de recepção e portanto merecedora dessa importância. A terceira dirá respeito à “des-socialização” do quarto principal, o qual evolui no sentido inverso ao da casa de jantar, tornando-se mais privado e ocupando o extremo oposto do apartamento (Pereira 2016:60). O quarto principal mantém ainda a ligação a uma toilette, enquanto zona feminina por excelência. A quarta e provavelmente mais rápida transformação será, contudo, nas zonas de serviços. Desde a escala do quarteirão à do fogo, a circulação e actividade dos criados é segregada da das famílias, seja pela deslocalização das entradas de serviço para as traseiras do edifício (libertando a imponente fachada de “indícios de menoridade e informalidade” (Pereira 2016:56)); seja pela complexificação da zona de serviços do apartamento, que agora se subdivide, por ordem de gradação em termos de valor e acessibilidade: primeiro, copa, mediação entre zona de serviços e social, “onde o que é apresentado é já o produto das actividades domésticas e não propriamen-

te os seus actos produtivos”; segundo cozinha, “espaço essencialmente feminino e dos empregados”; terceiro área de serviço, onde têm lugar interações entre empregados domésticos e fornecedores; quarto e quinto, quarto e instalação sanitária dos criados – (uma exigência legal desde 1930, para casas com área superior a 150m²), mas onde a “dona da casa” tem possibilidade de entrar. Associada a esta formalização das hierarquias sociais, está também a regulamentação das funções dos empregados de condomínio, de 1944, constantes do Regulamento de Escadas e Porteiros.

SMP adianta, concluindo, que, pese embora uma dimensão isolacionista do regime, a planta do chamado português suave, termo pejorativo entretanto vulgarizado, evidencia bastantes semelhanças com os modelos habitacionais que alojaram a burguesia parisiense. Argumenta Nuno Portas, que esta moralização do espaço doméstico e institucionalização da família, efectuada no apartamento da burguesia do Estado Novo, deve ser vista, contudo, não só como uma imposição exterior do regime, que o é, mas como uma agenda interiorizada pelos próprios projectistas, conscientes de seguirem um modelo consensual mais amplo do que o da ideologia vigente (Portas in Pereira 2016:62).

O Movimento Moderno e a universalidade

A evolução morfológica e programática do fogo lisboeta passará, na segunda metade do século XX, por uma progressiva aproximação àquilo que designamos como Movimento Moderno (MM) e que, um pouco por toda a Europa, se difundia e desenvolvia desde o início do século, fundado na denúncia das condições urbanas e habitacionais decorrentes dos rápidos processos de industrialização (com especial enfoque sobre as condições de alojamento das classes trabalhadoras) e do enorme universo de transformações daí resultantes, seja a nível económico, social, demográfico, entre outros. É, portanto, nesta confluência de crítica e denúncia e na solução doutrinária progressivamente consensualizada em espaços de debate, confronto e proposta – dos quais os Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna (CIAM) são um exemplo maior – que nascem as bases para as diferentes matrizes modernas de habitação, nomeadamente a portuguesa, que aqui se pretende estudar.

Se é indiscutível que a denúncia e contraproposta acerca das carências ao nível do alojamento e condições de vida das populações das cidades indus-

trializadas era já um tema central em inúmeras áreas do saber, a verdade é que é com o Movimento Moderno que o campo da arquitectura e dos arquitectos entra massivamente no debate e na construção de soluções para o problema identificado. Para lá dos confessos propósitos dos arquitectos que se associam a este movimento, SMP identifica um outro objectivo implícito, particularmente relevante num contexto de progressiva especialização e compartimentação do conhecimento. Esse objectivo seria “conferir à arquitectura poder social e, de certa forma, o próprio monopólio da *“pericialidade do espaço”*.” (Pereira 2016:64)

A afirmação do campo disciplinar da arquitectura resultará, também, dos grandes debates filosóficos dos séculos XVIII e XIX acerca do significado da arte, como domínio do belo, desvinculado de uma lógica instrumental e funcional (Forty in Pereira 2016:65); e do desenvolvimento da ciência e da técnica. É neste período de aceleradas transformações que a disciplina da arquitectura se redefina como uma ponte entre os domínios da arte e da técnica; uma disciplina que, daí em diante, se dedica a identificar problemas por resolver, ao nível do quotidiano, oferecendo-lhes uma resposta formal ancorada no primado da função. Argumenta SMP que, desta forma, a arquitectura se afirma como um “projecto

social, uma espécie de braço pericial da revolução”(Pereira 2016:65).

Este entendimento da função como linha orientadora da intervenção arquitectónica sobre o espaço enquadra-se numa determinada forma de ver o mundo e a sociedade, concebendo-a, simultaneamente, como “o fundamento e o objecto das narrativas globais da Sociedade Moderna”(Pereira 2016:65). Narrativas globais essas, que, por se construírem “em nome e por via da razão”, naturalmente entendida na sua dimensão filosófica e intemporal, partem todas de um mesmo postulado, o da universalidade.

É pelo carácter universalista do diagnóstico e da proposta e pela articulação internacional que o MM se afirma como um pensamento hegemónico sobre a arquitectura - disciplina que graças a ele, é progressivamente legitimada para uma regulamentação das condições de vida das pessoas, não só ao nível da definição das práticas deste sujeito humano universal, como da estipulação das condições correctas para o seu exercício, no sentido da “construção do Homem Novo, um homem, supostamente, livre” (Pereira 2016:66).

Muito embora se tenha exposto os fundamentos do MM, enquanto “definição de um conjunto articulado de modelos normativos de organização do

espaço nas suas várias dimensões (casa, edifício, bairro, cidade)”, a sua consolidação foi-se operando ao longo do tempo (Pereira 2016:66). Tendo por bases de denúncia e trabalho as condições de alojamento das massas na cidade industrial e o repúdio das cidades históricas, desadequadas à realidade, o Movimento Moderno elege a dimensão da habitação como “matriz de edificação da doutrina” (Pereira 2016:66). E é no que diz respeito à construção de habitação que os eixos de proposta, urbanística e política, serão mais consensuais a nível internacional. SMP destaca três. O primeiro, partindo do diagnóstico de que a propriedade fundiária privada seria a grande responsável pelo desordenamento, será a estatização municipal dos solos. O segundo, por “razões de ordem económica, urbanística e ideológico-moral” associada à optimização do espaço edificável, à definição criteriosa das condições para implantação dos edifícios (correspondendo aos requisitos sobre a higiene e salubridade das habitações) e pela carga simbólica de primazia do colectivo sobre o individual, defende o modelo de habitação colectiva. O terceiro diz respeito à “proto-tipificação ou standardização dos fogos”, suportada por princípios de desterritorialização das referências arquitectónicas e dos próprios modelos de configuração do espaço, (privilegiando soluções, como explicado anteriormente,

globais, para problemas pressupostos como globais), claramente integrados no propósito universalista de “edificação do Homem Novo” (Pereira 2016:67).

Neste sentido, são muitas as experiências na Europa, desde logo na Rússia e nas chamadas Dom Komuna associadas aos construtivistas, e na Alemanha, pelo movimento Neues Bauen – Nova Arquitectura – responsável pelas chamadas siedlungen – que ganham particular relevância no propósito de edificação social e moral do Homem Novo. A este respeito, SMP argumenta que os modelos alemães, em particular, lançam algumas das premissas fundamentais da casa dos nossos dias (Pereira 2016,67), das quais destaca três: i) “o entendimento do habitat como existência mínima (...)”; ii) “o estudo científico das práticas realizáveis no foro doméstico de modo a padronizar os seus modos de realização o que legitima o conceito de “casa-máquina”, sendo de salientar nesta matéria as obras de Panero e Zelnik recheadas de diagramas de concepção dos espaços domésticos desenhados em função de padrões standardizados dos movimentos humanos”; iii) “a criação do conceito moderno de cozinha – cozinha laboratório, cuja versão original iria ser designada como cozinha de Frankfurt por ter sido originalmente concebida nessa cidade (...); passados quase cem

anos após a sua concepção original, a cozinha laboratório mantém-se como referência, um espaço em que o enorme investimento em matéria de investigação programática saldou-se, intencionalmente, na sua própria subvalorização simbólica, um espaço concebido a partir do estrito entendimento das actividades que acolhe como obrigações cuja facilitação e eficácia viabilizar-se-iam através de um desempenho quase autómato.”

No entanto, pese embora a inovação expressa nas configurações da habitação mínima, não deixa de ser evidente a forma como os princípios que a norteiam correspondem, simultaneamente, a uma tentativa de responder aos eixos precedentes de desenvolvimento da habitação. Com efeito, o modelo do fogo mínimo propõe uma síntese programática de dois modelos habitacionais que lhe antecedem e aparentemente opostos – o burguês e operário. Se, por um lado, é seguida a tendência de tripartição do espaço doméstico do fogo burguês, por outro, há um aperfeiçoamento do modelo habitacional operário, de natureza bipartidizada, no qual as dimensões social e de serviços são aglutinadas (Pereira 2016,69).

Em todo o caso, a proposta de habitação mínima dá passos importantíssimos no âmbito do MM, dos quais SMP destaca

duas vertentes distintas. Por um lado, a adopção de metodologias científico-industriais de reforço da produtividade e eficiência, desta vez empregues à produção de habitação e das próprias práticas, concebidas universalmente, que aí ocorrem – processo iniciado no desenho das cozinhas; por outro, a “homogeneidade simbólica” conferida ao conjunto de divisões que forma a habitação, entendida aqui como um instrumento de “simplificação e democratização da própria instituição familiar”, já que ao fogo é conferido o estatuto de microcosmos das tensões sociais e, por essa razão, espaço privilegiado para as moldar com vista a uma transformação social e cultural pretendida (Pereira 2016, 69).

Esta transformação social, por sua vez, traduz-se, na configuração dos fogos que é proposta e consolidada, ao longo do tempo, numa concepção de fogo como espaço da família, à semelhança dos modelos anteriores, mas desta vez daquilo que SMP designa de família companheirismo por oposição à estadonovista família instituição. Assim, a tendência do fogo da modernidade será a fusionalidade, prefigurando “uma adesão aos valores democráticos numa óptica mais congregacional do que individual” (Pereira 2016:69). A aplicação prática deste princípio terá expressão em diversos aspectos.

Em primeiro lugar, é crescente a tendência de fusão das zonas sociais da casa numa sala comum, onde são praticadas as actividades colectivas dos membros do agregado.

Por outro lado, observa-se uma fusão do sector dos serviços num único espaço de cozinha, indo de encontro ao modelo de cozinha laboratório (prescindindo de quarto e instalação sanitária de criados), contíguo ao sector social e muitas vezes contando com porta para a sala ou a chamada janela passa-pratos. Este factor é particularmente importante, na perspectiva de SMP, já que expressa um “esbatimento da divisão sexual dos espaços e por conseguinte da divisão dos papéis conjugais”. Contudo, correndo o risco de expressão de opinião própria, será o princípio da funcionalidade como linha orientadora do desenho do fogo, a todos os níveis, que ditará esta transformação, sendo perigoso interpretar esta alteração fundamental como resultante de uma intenção dos projectistas de proceder a esse esbatimento da divisão sexual dos espaços ou como resposta a um esbatimento que tivesse começado nas próprias dinâmicas familiares, hipóteses improváveis no tempo e espaço de que falamos. Por último, uma crescente indiferenciação estatutária dos quartos da casa e associação directa da casa de banho a esta zona privada.

Por sua vez, a casa de banho, descrita por SMP como “uma das conquistas irreversíveis dos arquitectos modernos”, torna-se um espaço “subvalorizado, pequeno, austero, asséptico e na maior parte das vezes relegado para o interior que traduz o entendimento do corpo numa perspectiva essencialmente higienista” (Pereira 2016:70).

A respeito das zonas mais íntimas do fogo – os quartos – estes ganham cada vez mais distância das zonas mais sociais. Não uma distância física, necessariamente, essa dependeria sempre da dimensão do fogo; mas uma distância imposta por uma porta que separaria uma zona da outra, ficando os quartos no extremo oposto ao da entrada do apartamento. A tipologia dúplex, que merecerá grande exploração por muitos dos maiores nomes do Movimento Moderno, nomeadamente Le Corbusier, pratica essa distinção de forma particularmente clara, ao segregar os espaços de privacidade num piso distinto. A este respeito, SMP destaca um aspecto que parece fundamental. Na verdade, a história da habitação como habitualmente a conhecemos e estudamos só passa a debruçar-se seriamente sobre as casas das massas a partir deste ponto, em que o MM se propõe a dar resposta a um universo mais abrangente de agregados (pese embora a natureza universalista previamente ex-

plicada). Assim, quando se fala da fusão de zonas domésticas, sintoma do avanço da ideia de família fusão por oposição à família instituição (Pereira 2016:70), fala-se naturalmente do lar burguês. Com efeito, como colocado por SMP, “a casa moderna possibilita à família popular, genericamente sujeita a espaços domésticos caracterizados por uma polivalência do despojamento, a sua própria privatização”, ou seja, “foi em grande medida com a massificação da casa moderna que, sobretudo, as classes populares iriam assistir a uma melhoria habitacional sem precedentes, independentemente da vocação efectivamente homogeneizadora do modelo que lhes foi oferecido” (Pereira 2016:71).

A respeito da, previamente mencionada, definição criteriosa das condições para implantação dos edifícios, parte integrante deste modelo holístico e global de organização da função no espaço – que terá como grande ideólogo Le Corbusier, redator das conclusões do CIAM de 1933, a famosa Carta de Atenas – importa referir alguns eixos orientadores e aplicação prática. Dir-se-ia que os princípios fundamentais invocados se prendem com o aumento das condições de salubridade, ventilação e exposição solar adequadas à vida humana. Importava dotar todos os fogos destas condições, agora vistas como necessárias ao desen-

volvimento da vida humana e isso não se faria sem colocar em causa alguns dos aspectos mais longevos da organização do espaço urbano.

Para este factor, contribuirá a definição das funções do espaço urbano por actividades – concebidas como as diversas dimensões da vida humana – e que produzirão aquilo que se designou por zonamento – um “princípio basilar do Urbanismo Moderno” (Pereira 2016:72). Estas dimensões da vida urbana – trabalho, habitação, recreação e circulação, ligação entre as restantes – traduzir-se-iam numa sectorização real da cidade, em que a cada dimensão corresponderia uma área urbana desenhada especificamente para o seu propósito (à semelhança da casa). Este princípio encontrará a sua materialização mais significativa na construção de raiz da nova capital brasileira (inaugurada em 1960), com desenho urbano projectado nos anos 50 por Lúcio Costa. A analogia é clara e concorre na

tendência e propósito de legitimação do arquitecto como perito e da arquitectura como disciplina ancorada cientificamente: as partes que compõem a cidade, tal como o fogo, são como órgãos de um corpo concebidos pela sua especificidade funcional. Significa isto que o zonamento, como princípio de organização do espaço a todas as escalas, é concebido como uma inevitabilidade ditada pela própria natureza.

Em termos práticos, e focando-nos no tema central deste trabalho – a habitação – importa referir alguns dos aspectos que traduzem os princípios acima enunciados. Em primeiro lugar, a disposição dos blocos é preferencialmente ortogonal em relação ao sentido da via de circulação automóvel, para que cada edifício tire partido de condições semelhantes de iluminação e ventilação, criando frequentemente espaços ajardinados e de circulação pedonal entre edifícios, protegendo os habitantes do tráfego auto-

móvel. Este factor significa uma quebra radical com o sentido tradicional de “rua” como durante séculos se concebeu, e em parte ainda se concebe. Se, como anteriormente referido, citando José Augusto França, o edifício pombalino é uma abstracção, na medida em que ele não tem existência própria fora do traçado urbano ancorado nas vias perpendiculares estruturadas pelos quarteirões quadrangulares; e se o modelo seguinte, o gaioleiro, pese embora a individualidade conferida a cada edifício, não desafia esse princípio; o edifício habitacional moderno, muitas vezes designado de “bloco de habitação”, ganhará vida própria e tornar-se-á, ele próprio, estruturante da malha da cidade. Se o desenho de conjunto e a homogeneidade são privilegiados, de acordo com os princípios do MM, é também verdade que esse conjunto já não é um quarteirão e a distinção entre fachada e traseiras simplesmente desaparece, na nova proposta de configuração urbana.

Existe um outro aspecto distintivo do bloco de habitação moderno e, de resto, sintoma do elogio da técnica como princípio regulador da forma – a “ostentação da autenticidade construtiva (materiais) enquanto contributo para a revelação e pedagogia da “verdade”, essa “verdade” universal ancorada num conceito monista de racionalidade” (Pereira 2016:72).

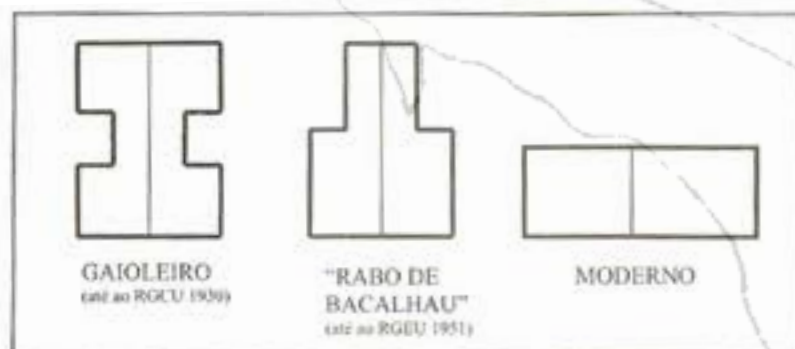


Fig.11. “Diferenças tipológicas entre as plantas de três tipos de edifícios: gaioleiro, rabo de bacalhau, moderno”; Fonte: Pereira 2015:75.

- 1 PRAÇA DOS TRÊS PODERES
- 2 ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
- 3 CATEDRAL
- 4 SETOR CULTURAL
- 5 CENTRO DE DIVERSÕES
- 6 SETOR DE BANCOS E ESCRITÓRIOS
- 7 SETOR COMERCIAL
- 8 HOTEIS
- 9 TORRE EMISSORA RADIO TV
- 10 SETOR ESPORTIVO
- 11 PRAÇA MUNICIPAL
- 12 QUARTIS
- 13 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
- 14 ARMAZENAGEM E PRODUÇÃO INDUSTRIAL
- 15 CIDADE UNIVERSITÁRIA
- 16 EMBAIXADAS E LEGAÇÕES
- 17 SETOR RESIDENCIAL
- 18 CASAS INDIVIDUAIS
- 19 HORTICULTURA, ARBORIZAÇÃO E PÁRK
- 20 JARDIM BOTÂNICO
- 21 ZOOLOGICO
- 22 CLUB DE GOLF
- 23 ESTAÇÃO RODoviÁRIA
- 24 YACHT CLUB
- 25 RESIDÊNCIA
- 26 SOCIEDADE HIPICA
- 27 ÁREA DESTINADA A FEIRAS, CIRCOS, ETC.
- 28 CEMITÉRIO
- 29 AEROPORTO

Fig.12. Plano Piloto para a edificação da cidade de Brasília, autoria de Lúcio Costa; Fonte: (Lúcio)Costa 1991

Fig. 13. Legenda do Plano Piloto de Brasília, evidenciando os princípios de zonamento do MM; Fonte: idem.

A referência do Movimento Moderno no contexto Nacional

Como enunciado previamente, o imperativo de construção de habitação colectiva para albergar as populações que acorrem à cidade provocará o abandono do ideal estado-novista da moradia familiar como matriz de habitação e resultará no empreendimento de um novo programa de construção – o Programa das Casas de Renda Económica. Este programa “institui a habitação colectiva, com não mais de três pisos, e, pour cause, põe termo à pretensão de generalizar o acesso à propriedade residencial por parte dos seus ocupantes, legitimando assim o arrendamento, uma vez que o regime de propriedade horizontal só viria a ser promulgado em 1955” (Pereira 2016:73). Esta iniciativa pública encontra razão de ser, no entendimento de SMP, no pressuposto do direito à habitação como necessidade objectiva (legitimada por razões tecnicistas), por oposição ao anterior e oneroso princípio de “merecimento dos alinhados” subjacente às Casas Económicas, agora, “descontinuadas”, por assim dizer. Uma outra razão será o processo de profissionalização do sector público habitacional que, por este período, evidenciada pela criação, em 1959, do Gabinete Técnico da Habitação do município

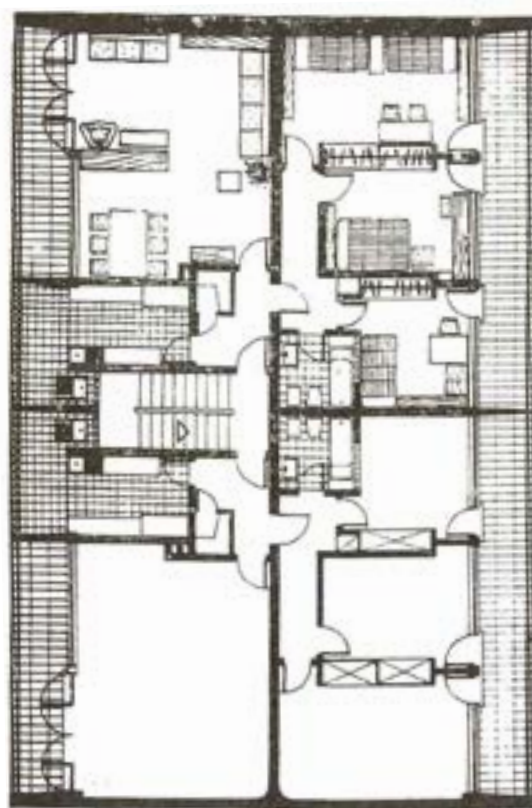


Fig.14. Planta de edifício de habitação de tipo *Moderno* (1954) projectado por Ruy Athouguia e Formosinho Sanchez, no Bairro das Estacas. Fonte: Pereira 2016:69.

de Lisboa (Nunes in Pereira 2016:74), em que viriam a ser integrados, não só arquitectos, como especialistas nas áreas das ciências sociais, abrindo caminho para um importante trabalho multidisciplinar. Um dos resultados deste processo, avanço SMP, será a incorporação de princípios da matriz habitacional moderna pelo sector público, exemplo que seria posteriormente seguido, com as suas nuances e idiossincrasias, pelo sector privado. Deste processo é testemunho vivo a edificação do bairro de Alvalade, orientado pela “seguinte equação: optimização das condições de realização das funções domésticas/economia construtiva” (Pereira 2016:74). No seguimento das recomendações e, posteriormente, regulamentações acerca das condições de iluminação e ventilação naturais, o rabo de bacalhau, em si um avanço em relação ao gaioleiro com saguão, evolui para o modelo moderno de edifício quadrangular.

A adopção destes princípios, teorizados no estrangeiro, por arquitectos como Le Corbusier, não se deve, contudo, a nenhum tipo de intenção de democratização, sendo a justificação remetida para o domínio da eficácia, funcionalidade e racionalidade económica, acima de tudo (Pereira 2016:75). Assim, pese embora o pendor ideológico subjacente a uma homogeneização do fogo moderno, o Plano de Alvalade é objecto de uma

enorme complexidade tipológica, subserviente dos ideais de forte hierarquização do Estado Novo. Nas palavras de Miguel Jacobetty Rosa, arquitecto responsável pela programação da habitação no bairro de Alvalade, “os condicionamentos”, naturalmente de ordem técnica, “e ainda os que resultam da própria organização social da Nação e da composição social dos agregados familiares, conduziram ao estabelecimento de uma seriação de nove tipos de habitações, subordinados a um agrupamento em três séries de três tipos, cada, correspondentes, as séries aos vários escalões do nível social das famílias, e os tipos ao número de pessoas a abrigar em cada lar” (Jacobetty in Pereira 2016:76). Assim, a acrescentar ao Programa de Casas de Renda Económica, são edificados bairros de Casas de Renda Limitada, destinados às classes médias e concebidos com o objectivo de “comprometer os promotores imobiliários privados na resolução das questões habitacional e urbanística” (Pereira 2016:77), além da manutenção da construção de edifícios de rendimento. O traçado urbano será um outro factor de distinção hierárquica entre estes diferentes tipos, já que os edifícios dedicados aos patamares sociais mais elevados seriam construídos nas vias principais, os intermédios, nas ruas principais de cada célula e os de escalão inferior nas ruas secundárias.

Neste processo a que podemos chamar de modernização espacial, no contexto lisboeta, existirão dois momentos distintos (Ramos in Pereira 2016:78). O primeiro terá início nos anos 40 e prolongar-se-á pelos 50, marcado pela quebra com o princípio do “ piso nobre”, directamente associado à generalização do elevador (o que viria a inverter a hierarquia entre pisos, valorizando progressivamente os pisos mais elevados), e pela consagração regulamentar (com o surgimento do RGEU de 1951) de princípios como a chamada “regra dos 45°”, ameaçando a morfologia do “rabo de bacalhau” e abrindo caminho para a generalização do edifício quadrangular. O segundo período terá início no final dos anos 50 e caracteriza-se por uma adesão mais assumida e generalizada do paradigma moderno, evidente no lançamento dos planos para os bairros dos Olivais e Chelas, zonas residenciais por excelência, num corte espacial claro com a cidade antiga (por oposição a Alvalade, bairro concebido como prolongamento do tecido urbano pré-existente).

A mercantilização do sector imobiliário

É neste período, final dos anos 50 e início de 60, que assistimos a um novo impulso no crescimento da cidade, a qual se pode doravante considerar metrópole, marcado por alterações político económicas que terão influência nos processos de urbanização. Estas alterações, conforme enunciadas por SMP, fazem-se sentir ao nível dos actores intervenientes, da estrutura do processo produtivo e do produto imobiliário propriamente dito.

A respeito do primeiro, se até então a figura do pequeno promotor que acompanhava as diversas fases do processo de edificação se mostrava hegemónico, este é o tempo do advento das grandes empresas de construção e da entrada de grandes grupos económicos já existentes no sector da construção, numa tentativa de maior diversidade e transversalidade dos seus negócios. Algumas destas novas empresas de construção encontram-se ancoradas a grupos económicos de grande dimensão e que contavam com instituições bancárias, o que facilita o acesso ao crédito e o seu rápido desenvolvimento. Por outro lado, assiste-se simultaneamente à valorização do sector da comercialização dos imóveis, do qual SMP destaca a publicidade, como uma área que se viria a mostrar indispensá-

vel ao promotor. Assistimos então a uma diversificação dos agentes e profissionalização do sector que, adianta SMP, nos permitirão compreender a maturação (e liberalização) do sector, nos anos 80 e 90 (ressalvando o corte que o 25 de Abril representa, num contexto de denúncia dos “interesses especulativos”) (Pereira 2016:80).

Com respeito ao produto, surge a figura da “urbanização”, como um conjunto coerente de edifícios espacialmente mais abrangente que as intervenções anteriores, limitadas pelo desenho dos lotes – com referência no MM. Sandra Marques Pereira destaca, neste contexto, a urbanização de Nova Oeiras, projectado em 1955, como um primeiro exemplo, marcado pela articulação de diversas torres e blocos habitacionais. Embora SMP faça referência a este tipo de iniciativa de grande conjunto como próprio do contexto de periferias (Pereira 2016:82), não deixam de ser identificáveis exemplos contemporâneos na própria cidade de Lisboa. Exemplo disso será a urbanização do Montepio Geral na Avenida do Brasil, projectada em 1957 por Jorge Segurado, ainda integrada no traçado de Alvalade, em que jardins e equipamentos para comércio e serviços articulam o conjunto de oito edifícios modernistas revestidos a azulejo amarelo e cinzento, perpendiculares à Avenida. Esta articulação de

equipamentos recreativos e de serviços de apoio às unidades habitacionais, em clara referência às linhas orientadoras da Carta de Atenas, contam ainda com uma outra influência, que se encontra, neste período, em franca ascensão. Falamos dos empreendimentos turísticos de luxo que surgem, sobretudo no Algarve, e que, na sua proposta de conjunto que conta com equipamentos recreativos e lúdicos, virá a redefinir os princípios que presidem à programação das urbanizações para primeira habitação.

A transição de modelos na cidade de Lisboa, contudo, será um processo lento, pelo que o modelo hegemónico não será ainda de matriz moderna pura, o que SMP designa de transição tradicional-moderno; (salvo excepções como o Bairro das Estacas, integrado na célula VIII de Alvalade, projecto de Ruy Athouguia e Formosinho Sanchez, em 1954). Na tabela abaixo, da autoria de Sandra Marques Pereira, podemos identificar a evolução da adesão projectual a algumas das tendências modernistas, na configuração dos fogos lisboetas, entre os anos 30 e 60.

O fogo na contemporaneidade

Ao aproximarmo-nos do século XXI, importa reflectir sobre o fogo e o edifício da contemporaneidade e concluir que o Movimento Moderno e a sua lógica de distribuição e organização do espaço doméstico continuam a presidir à produção de habitação. Se a crítica ao MM se torna evidente, a partir dos anos 80, igualmente verdade será que essa crítica não se consubstanciou na ascensão de um novo tipo de fogo (Pereira 2016:100). Resta-nos, portanto, quando nos detemos sobre a análise aos fogos da contemporaneidade, analisar o desenvolvimento do apartamento moderno, no sentido daquilo que SMP designa como “o reforço da privatização intra-familiar”(Pereira 2016:88), e nas várias lógicas de estruturação de zonas domésticas que surgem, como resultado desse processo. Esta trajectória (de privatização intra-familiar), entendida por SMP como uma continuidade da “matriz do tipo moderno puro” (Pereira 2016:91) consubstancia-se na criação das condições espaciais que potenciam a a privatização da vida doméstica de cada um dos membros do agregado, o que é, nas palavras de SMP, “compatível com a prossecução do ideário familiar *associativista*, típico de uma sociedade mais individualizada” (Pereira 2016:91).



Fig.15. Planta de fogo T3 nas Torres das Amoreiras; exemplo da chamada “privatização conjugal contígua”; Fonte: <http://imoveis.mitula.pt/offer-detail/321/8680132481057963721/4/1/apartamentos-torres-amoreiras/Espa%C3%A7os%20Lisboa>

Sandra Marques Pereira distingue portanto, a persistência da matriz moderna na concepção dos fogos contemporâneos em seis tipos diferentes, fazendo corresponder, a cada um deles, uma prossecução diferente da privatização intra-familiar. São eles: (Pereira 2016:89)

Tipo 1 - Matriz Moderna Pura; planta quadrangular e composição elementar da tripartição do espaço, ou seja, divisão em zona social, de serviços e privada; SMP dá o exemplo das plantas do Bairro das Estacas (Fig.13);

Tipo 2 - Transição tradicional-moderno; reproduzindo a planta quadrangular e aprofundando a divisão entre zona social e privada (matriz moderna), mantém a complexidade da zona de serviços e, por vezes, distinção entre sala de estar e jantar, traços herdados do fogo do edifício de rendimento do *português suave*;

Tipo 3 - Privatização conjugal contígua; manutenção da matriz moderna com maior complexidade no quarto destinado ao casal - incorporando I.S., tornando-se *suite* - o qual se encontra contíguo aos restantes quartos;

Tipo 4 - Privatização genérica contígua; manutenção da matriz moderna, com duas ou mais *suites* contíguas aos restantes quartos;

Tipo 5 - Privatização conjugal radi-

calizada; manutenção parcial da matriz moderna, afastando a zona privada do casal dos restantes quartos da casa;

Tipo 6 - Privatização genérica radicalizada; ruptura com a matriz moderna, dispersando quartos em *suite* pela casa. É o único exemplo que desafia a matriz moderna, embora seja uma tendência francamente minoritária - da qual SMP apenas identifica um exemplar.

Dos tipos que reforçam uma privatização através da introdução da casa de banho num ou mais quartos (o que é, muitas vezes, compensado com a introdução do lavabo social, próximo da sala), os tipos 3 e 4 são os que maior peso têm na oferta do mercado imobiliário. A selecção do quarto do casal como alvo de transformação e complexificação, nesta trajectória de transformação do apartamento, é explicado por SMP enquanto uma forma de criar as condições para uma “transformação da intimidade” conforme a ideia da “relação pura” (Giddens in Pereira 2016:93), em que o “prazer sexual recíproco ganha um estatuto determinante” (Pereira 2016:93). Por outro lado, este fenómeno poderá ser explicado pelo facto de se generalizar uma certa representação familiar que, pese embora a tendência democratizante contemporânea, reforça o poder de decisão dos pais em relação aos filhos, os quais serão,

por essa razão também, brindados com o extra de possuírem um espaço mais privado, em que a parentalidade possa ser posta de parte, por momentos (Pereira 2016:93).

Estes modelos-tipo, devedores da matriz moderna e morada urbana das classes média/média-alta (Pereira 2016:100), ganham expressão, sobretudo, com o crescimento exponencial do sector imobiliário, em Portugal, sobretudo nos anos 90. Este fenómeno é explicado, por SMP, em alguns pontos; a saber: (Pereira 2016:100,101)

i) a adesão de Portugal à CEE, em 1985, e a consequente entrada de fundos comunitários, resultando numa redução das taxas de juro;

ii) a re-privatização da banca privada e acelerada liberalização do crédito à habitação, resultando numa explosão da propriedade habitacional, graças ao regime de crédito bonificado;

iii) a melhoria das condições de vida, com aumento das remunerações médias dos trabalhadores, em Portugal; a diminuição da taxa de desemprego e a generalização das pensões de reforma da Segurança Social;

iv) a “retoma da confiança por parte dos investidores privados e recon-

cilização com os grupos económicos”, dir-se-ia, a liberalização da economia, por redução da intervenção do Estado e flexibilização das regras e taxas a que as grandes empresas estiveram sujeitas no período revolucionário, o que se traduziu num regresso de grandes empresas do Estado Novo;

v) a abertura do mercado português ao estrangeiro e internacionalização do sector imobiliário;

vi) “possibilidade de otimizar as mais valias subentendidas na lei das finanças locais, aprovada ainda na década de 70, que fazia depender o orçamento autárquico da tributação imobiliária e da sua capacidade de angariar novos residentes”.

Um factor que será importante reter diz respeito à pouca diversificação identificada na oferta imobiliária, deste período em diante. SMP avança com algumas explicações, as quais estão intimamente ligadas com a própria natureza da liberalização do mercado imobiliário e da economia, no geral. Uma das razões apontadas por SMP prende-se com a padronização do público-alvo, distinguido apenas conforme o seu poder de compra, não sendo, a produção de habitação, orientada por nenhum tipo de investigação sobre as diversas formas que possa tomar o habitar e limitando a concepção

dos espaços domésticos ao critério daquilo que mais sucesso faz, a nível de mercado. Uma outra razão, associada a esta, será a da competitividade entre os diversos promotores, o que resulta naquilo a que SMP designa por “mimetismo da produção dos produtores considerados concorrentes, apostando muito pouco na inovação” (Pereira 2016:94). Uma terceira razão estará relacionada com o facto das variações existentes entre os fogos se cingirem a uma diversificação de tipologias, com crescimento acentuado das tipologias T1, bem como a uma duplicação de funções, nomeadamente a respeito da suite e do lavabo social (Pereira 2016:94).

Como conclusão, importa referir que os tipos de abordagem da privatização intra-familiar são, pesadas as distinções assinaladas, francamente semelhantes e “monolíticas” (Pereira 2016:101). Com efeito, como apontado por SMP, a eleição da família nuclear enquanto alvo esmagadoramente predominante na promoção e produção imobiliária, denota um “*sub-aproveitamento* dos múltiplos impactos da individualização ao nível da família, nomeadamente aqueles relativos a à própria diversificação das formas familiares contemporâneas” (Pereira 2016:101). Se é verdade que a família nuclear permanece como dominante no panorama português (Torres in Pereira 2016:101), também é verdade que os dados estatísticos actuais

indicam alterações a este nível (assunto que será desenvolvido adiante) que são particularmente visíveis na cidade de Lisboa, sobre a qual incide este trabalho, e onde se concentram formas familiares não normativas, como indivíduos sós ou casais sem filhos, o que tornaria expectável que, na capital, houvesse uma maior diferenciação da oferta (Pereira 2016:101).

A próxima parte desta investigação terá, assim, por objectivo, analisar tipos de família e de agregados existentes em Lisboa, que não somente as famílias nucleares, e que habitam os modelos habitacionais predominantes em épocas distintas da história da cidade que esta perspectiva histórica procura interpretar.



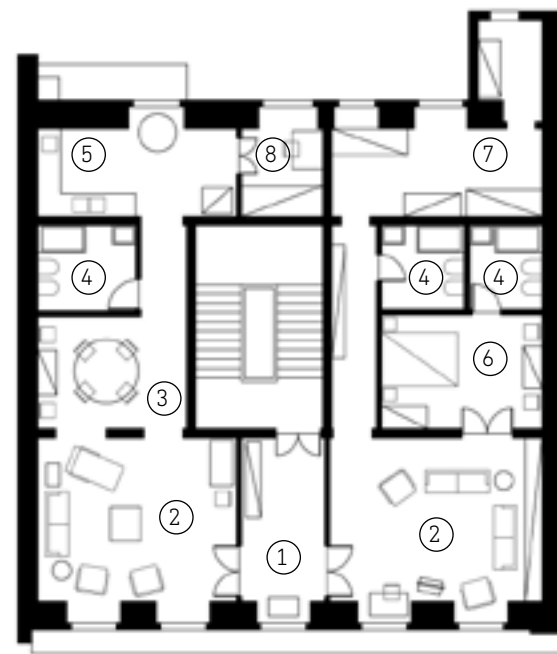
CASOS DE ESTUDO: FOGOS E HABITANTES DA CIDADE DE LISBOA



No seguimento da investigação histórica sobre os modelos habitacionais predominantes na cidade de Lisboa, nas suas várias expansões e fases de edificação, mostra-se fundamental um levantamento de casos de estudo, analisando, não só os fogos especificamente mas, sobretudo, os seus habitantes e a forma como se relacionam com o seu espaço doméstico. Partindo do princípio, desde logo descrito por Sandra Marques Pereira, e que serve de pressuposto para este trabalho, que esta “modernidade tardia” em que vivemos nos apresenta uma diversidade crescente quanto aos tipos de famílias, bem como agregados não familiares, o que resulta numa representatividade decrescente da família nuclear, no contexto de uma cidade capital e metrópole desenvolvida. Neste sentido, procedeu-se a uma pesquisa de agregados – familiares e não familiares – que ocupem fogos paradigmáticos dos diversos modelos previamente apresentados, aos quais foram feitas curtas entrevistas com vista a apurar aspectos como as suas idades, naturalidades, ocupações, se têm laços de parentesco entre si, entre outros.

Foram seleccionados dois fogos de modelo pombalino, um na zona do Chiado e outro na rua do Ouro; dois fogos de modelo gaioleiro, um deles na Avenida Duque de Loulé, outro na Avenida

Marquês de Tomar; um fogo de modelo português suave, integrado no programa das Casas de Renda Económica do Bairro de Alvalade, junto à Avenida da Igreja; um fogo, nas palavras de SMP, de “matriz moderna pura” (Pereira 2016:88), localizado no chamado Bairro das Estacas, também em Alvalade e, por último, um apartamento num edifício contemporâneo, terminado em 2014, na zona da Estefânia (Rua Passos Manuel).



- ① Hall de entrada
- ② Salas de estar
- ③ Casa de jantar
- ④ Casas de banho
- ⑤ Cozinha
- ⑥ Quarto do casal
- ⑦ Quarto do filho
- ⑧ Quarto da filha

Fig.16. Apartamento no Chiado; escala 1:200;
Desenho do autor;
(Fonte da planta original: AML.)

1. Casa no Chiado

O primeiro caso de estudo de modelo pombalino é um apartamento de sete divisões assoalhadas que ocupa todo o primeiro andar (piso nobre) de um edifício na zona do Chiado. Aqui, reside uma família nuclear, natural de Lisboa, desde 1988, ano do casamento e da compra do apartamento. Este agregado familiar, composto hoje em dia por quatro pessoas, foi, até há dois anos, habitado por uma outra pessoa – o filho mais velho do casal – que recentemente saiu de casa dos pais. Assim, os habitantes actuais são os seguintes:

Mãe, 53 anos, fotógrafa;

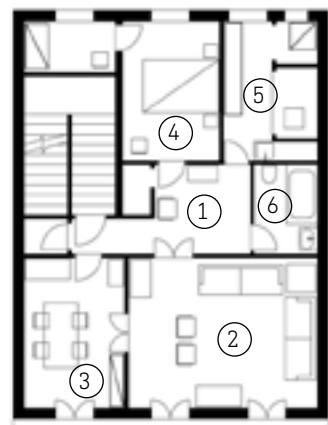
Pai, 55 anos, gestor;

Filha, 24 anos, colaboradora técnica;

Filho, 18 anos, estudante.

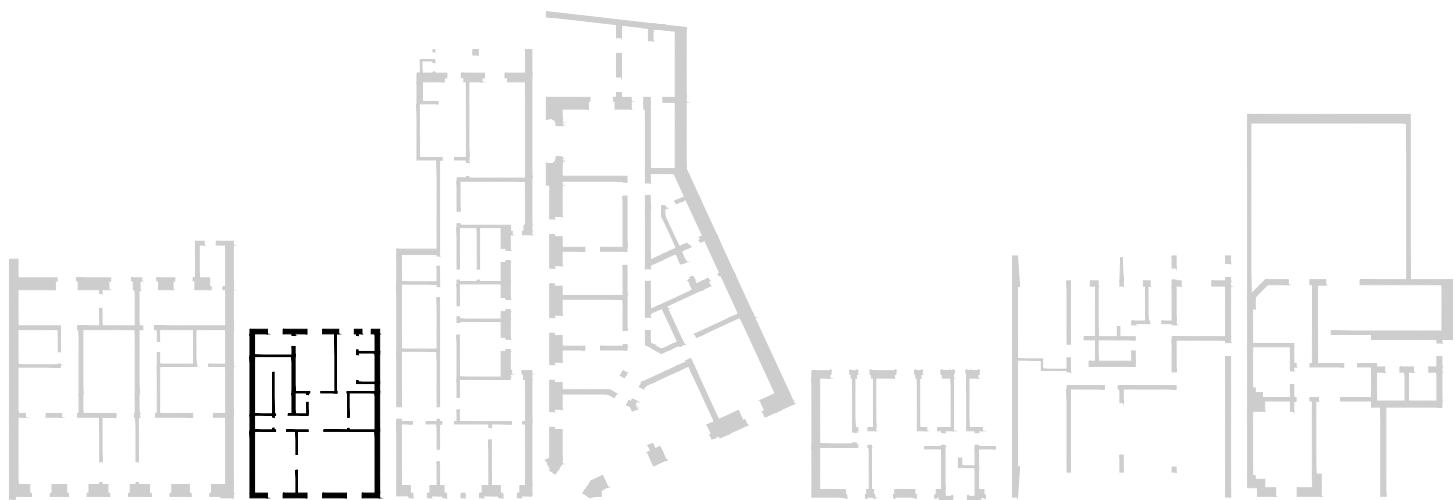
Como podemos observar pela planta, a atribuição dos usos aos espaços privilegia a dimensão social do apartamento, dedicando entre três a quatro divisões a funções desta natureza – um generoso hall de entrada, uma sala de televisão, uma sala de leitura e uma contígua sala de jantar. A opção, contudo, justificar-se-á pela própria planta, como previamente descrito, caracterizada por um encadeamento de espaços de consignação funcio-

nal praticamente inexistente que servem de comunicação uns aos outros, sem existência de um corredor que a todos sirva. Os padrões de intimidade e privacidade hoje em dia consensuais encontram-se, portanto, desfasados de um fogo em que as divisões outrora dedicadas à alcova são, simultaneamente, espaços de passagem e comunicação com outras divisões. Assim, os espaços privados deste apartamento são, no caso dos pais, um quarto “interior”, ou seja, sem iluminação ou ventilação natural própria; no caso da filha, um quarto de dimensões bastante reduzidas, outrora usado como despensa; no caso do filho, um quarto de área satisfatória e com iluminação e ventilação naturais, sobre um saguão traseiro bastante grande e luminoso (ao contrário da maioria dos edifícios pombalinos, sujeitos a um saguão pouco generoso). Este será, portanto, o único quarto em que, nem a área nem as condições de salubridade e iluminação são sacrificadas, em nome da manutenção do princípio da privacidade. Contudo, tanto o quarto do filho como o dois pais conta com a sua própria casa de banho contígua (naturalmente equipadas muito depois da construção do edifício mas certamente existentes antes da família se mudar), o que reforça a autonomia de cada um, conforme as tendências contemporâneas de privatização da higiene pessoal.



- ① Hall
- ② Sala de estar
- ③ Casa de jantar / escritório
- ④ Quarto
- ⑤ Cozinha
- ⑥ Casa de banho

Fig.17. Apartamento na Rua do Ouro; escala 1:200
(Fonte da planta original: AML.)



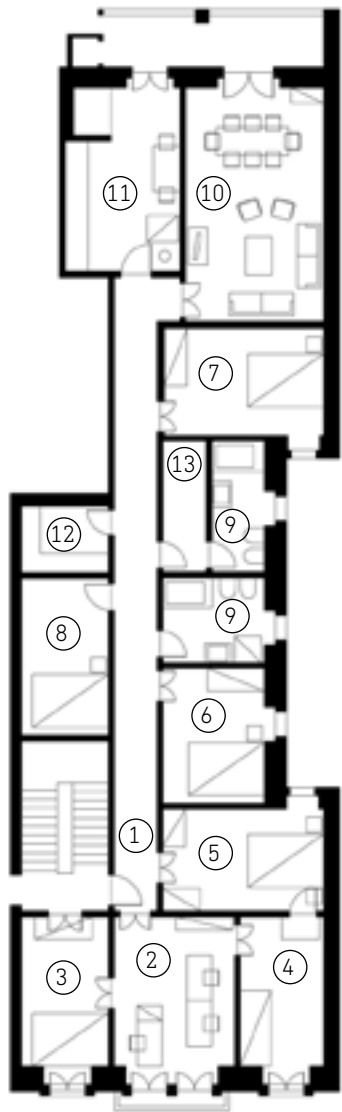
2. Casa na Rua do Ouro

O segundo caso de estudo de modelo pombalino é um apartamento de três divisões assoalhadas na Rua do Ouro, onde reside uma só pessoa, natural de Coimbra, solteira, sem filhos. O seu nome é Ana Pérez-Quiroga, é artista plástica, tem 56 anos e habita este apartamento desde 1998, ano em que o alugou.

O apartamento dispõe de um hall de distribuição das divisões, em torno do qual existe uma grande sala de estar, cozinha e quarto. Existe ainda, junto à porta do fogo, entrada para uma divisão usada simultaneamente como sala de jantar e escritório, que conta ainda com uma porta para a sala de estar. Ambas as salas dispõem de vãos de sacada para uma estreita varanda, sobre a Rua do Ouro. Pelo contrário, o quarto e a cozinha são iluminados e ventilados pelo saguão traseiro. No entanto, sendo o apartamento num quinto e último andar, a iluminação é bastante satisfatória.

Ana é, como dito acima, artista plástica. Está a terminar a sua tese de doutoramento que tem como objecto artístico a sua própria casa, a qual descreve como “Breviário do Quotidiano #8” – espaço de acumulação de objectos da sua vida. Espaço doméstico enquanto zona de

privacidade é uma noção que pouco se aplicará a Ana. Sendo o seu apartamento tratado como objecto artístico, é possível a qualquer pessoa, através da internet, marcar a sua visita e até mesmo estadia, na casa de Ana. Não bastasse a disponibilidade para receber visitantes, Ana criou um website onde explica o seu projecto, exhibe as fotografias da sua casa e expõe um catálogo que fez de todos os objectos que aí existem, fotografando-os separadamente. Basta um clique para descobrir tudo o que existe em casa de Ana, mulher, solteira, apostada em desafiar a ideia de domesticidade feminina como espaço de privacidade e recato.



- | | |
|----------------------------|---------------------|
| ① Entrada | ⑧ Quarto de visitas |
| ② Sala de estudo | ⑨ Casas de banho |
| ③ Quarto de Nuno | ⑩ Sala comum |
| ④ Quarto de Duarte | ⑪ Cozinha |
| ⑤ Quarto de Filipe e Maria | ⑫ Despensa |
| ⑥ Quarto de Beatriz | ⑬ Arrumos |
| ⑦ Quarto de Cristina | |

Fig.18. Apartamento na Av. Marquês de Tomar; escala 1:200; (Fonte da planta original: AML.)

3. Casa na Av. Marquês de Tomar

O primeiro caso de estudo de modelo gaioleiro é um apartamento de oito divisões assoalhadas onde residem seis pessoas, em que duas pessoas formam um casal que partilha quarto, e duas outras formam também um casal, embora ocupando quartos separados. Os nomes pelos quais se referencia os membros do agregado são fictícios.

Casal 1 (partilha quarto): Filipe, 23 anos, natural da região de Leiria, economista, bancário – habita o apartamento desde 2013; Maria, 24 anos, natural da região de Santarém, economista, bancária – habita o apartamento desde 2016;

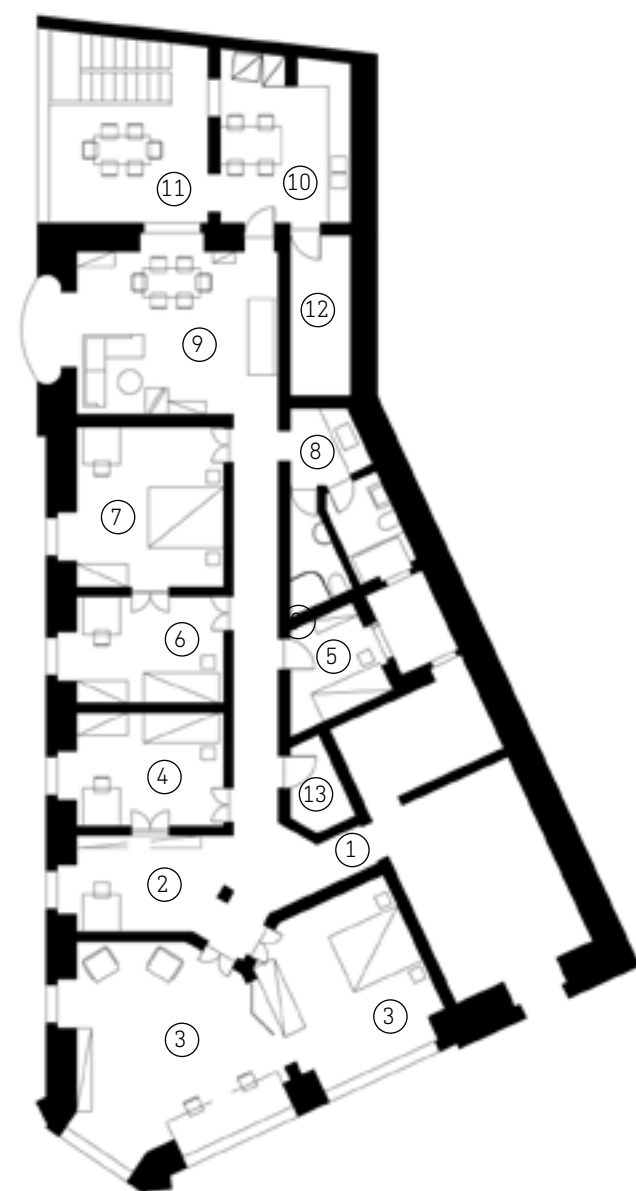
Casal 2 (não partilha quarto): Beatriz, 23 anos, natural do distrito de Leiria, estudante de mestrado – habita o apartamento desde 2015; Nuno, 23 anos, natural do distrito de Santarém, estudante de mestrado – habita o apartamento desde 2016;

Cristina, 24 anos, natural do distrito de Castelo-Branco, operadora de call-centre – habita o apartamento desde 2016;

Duarte, 24 anos, natural da região de Leiria, licenciado em Ciências da Comunicação, desempregado – habita o apartamento desde 2014;

Neste apartamento de modelo gaioleiro, aquela que seria a sala de receber, próxima da entrada do fogo, é uma sala de estudo, enquanto que a oposta sala de jantar (de acordo com o propósito original) serve como sala comum. Existem três quartos ventilados e iluminados através do saguão; um deles é o quarto do casal 1, o segundo é o quarto de Beatriz e o terceiro de Cristina. O quarto que tem porta directa para o patamar da escada do prédio (a qual não é utilizada) é o quarto de Nuno e o outro quarto localizado na fachada do edifício é ocupado por Duarte. De momento, Duarte encontra-se a passar uma temporada em casa dos pais, na região de Leiria, e cedeu o seu quarto a uma amiga italiana, que aí passará uma temporada de 2 meses, enquanto faz, em Lisboa, um estágio profissional.

As quatro pessoas dos dois casais são amigas próximas e foram progressivamente juntando-se no mesmo apartamento por essa razão; Cristina e Duarte não se conheciam entre si mas eram conhecidos de Filipe, o que os levou a partilhar casa. Ao contrário do que tipicamente acontece no seio de uma família nuclear, a substituição de membros do agregado acontece sistematicamente e, não raras vezes desde que Filipe e um grupo de amigos inicialmente alugaram a casa, coabitaram, no mesmo apartamento, várias pessoas entre as quais não existia nenhum laço até esse momento.



- | | |
|--------------------------|------------------|
| ① Entrada | ⑧ Casas de banho |
| ② Escritório / Hall | ⑨ Sala comum |
| ③ Quarto de Nuno e Joana | ⑩ Cozinha |
| ④ Quarto de Manuel | ⑪ Terraço |
| ⑤ Quarto de Alexandre | ⑫ Despensa |
| ⑥ Quarto de Mário | ⑬ Arrumos |
| ⑦ Quarto de Carlos | |

Fig.19. Apartamento na Av. Duque de Loulé; escala 1:200; (Fonte da planta original: AML.)



4. Casa na Av. Duque de Loulé

O segundo caso de estudo de modelo gaioleiro é um apartamento de oito divisões assoalhadas onde residem seis pessoas das quais duas formam um casal que partilham o mesmo espaço. Os nomes pelos quais se referencia os membros do agregado são fictícios.

Casal: Nuno, 24 anos, natural da região de Castelo-Branco, sociólogo/investigador – habita o apartamento desde 2014; Joana, 24 anos, natural da região de Castelo-Branco, actriz/lojista – habita o apartamento desde 2015;

Carlos, 50 anos, natural de Lisboa, antropólogo/investigador - habita o apartamento desde 2014;

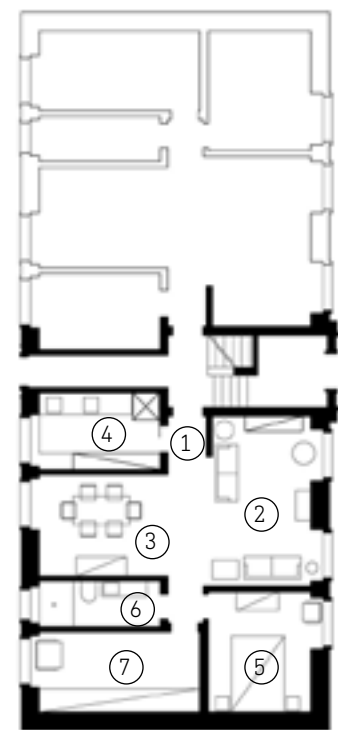
Mário, 49 anos, natural de Lisboa, empregado de limpeza- habita o apartamento desde 2014;

Alexandre, 37 anos, natural da região de Leiria, operador de call-centre - habita o apartamento desde 2016;

Manuel, 33 anos, natural do Porto, sociólogo/deputado à Assembleia da República - habita o apartamento desde 2015;

Neste apartamento, aquela que seria a sala de receber, na esquina do edifício, e a divisão adjacente foram unidos e transformados na zona de quarto, estu-

do e estar do casal. Existia um pequeno quarto em frente à porta de entrada do edifício, cujas paredes foram demolidas, sendo hoje usado como escritório e hall de entrada. O quarto de Alexandre é o único sem janela directa para a rua, dispondo apenas de vão para um pequeno saguão. Todas as pessoas se conheciam bem antes de decidirem partilhar casa. Nuno e Carlos partilhavam casa juntos, antes de se mudarem com Mário para este apartamento, em 2014. Nuno começou por dormir no quarto que agora é de Manuel, mas quando ele e a sua companheira decidem viver juntos, decidem manter-se na mesma casa e mudar-se para o “quarto grande”, para o qual, à altura, ainda procuravam hóspede. Posteriormente, junta-se Manuel e só depois Alexandre.



- ① Entrada
- ② Sala de estar
- ③ Sala de jantar
- ④ Cozinha
- ⑤ Quarto
- ⑥ Casa de banho
- ⑦ Closet / quarto de visitas

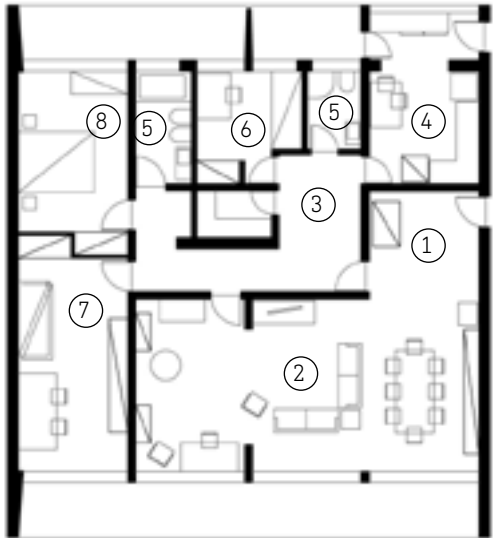
Fig.20. Apartamento em Alvalade; escala 1:200
(Fonte da planta original: AML.)



5. Casa em Alvalade

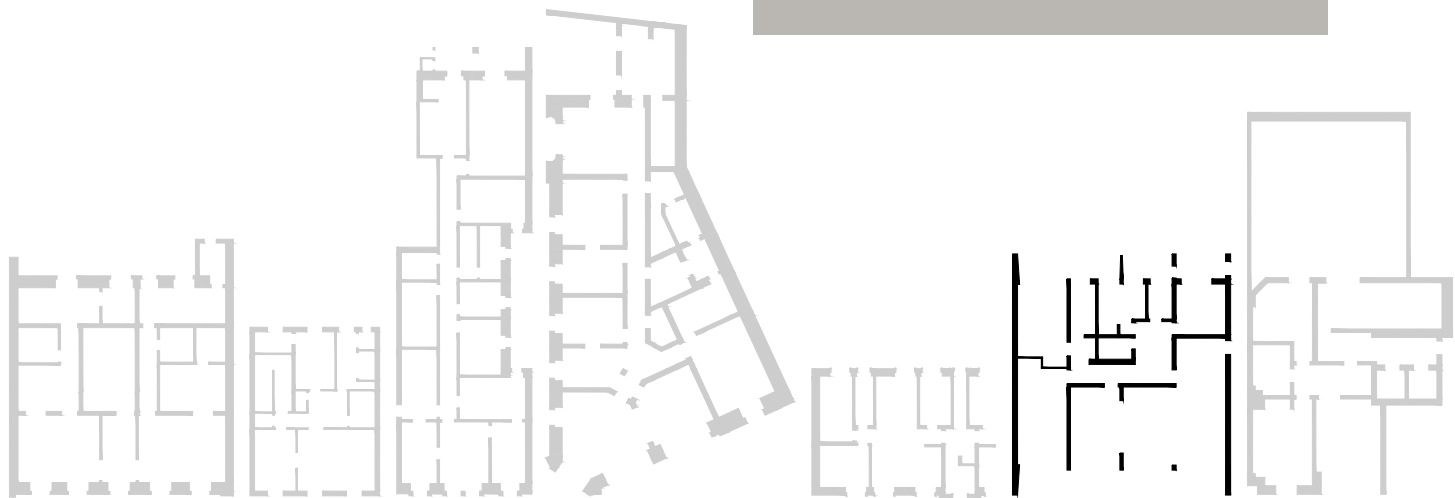
O caso de estudo correspondente àquilo a que vulgarmente nos referimos como “português suave” foi outrora parte do programa de Casas de Renda Económica do Estado Novo.

É hoje habitado por uma só pessoa: Margarida, de 54 anos, solteira, sem filhos, nunca casou e é natural do distrito de Évora; é Técnica Superior da Função Pública. O apartamento em causa foi adquirido por Margarida em 2007, em avançado estado de degradação, tendo sido restaurado e alterado; nomeadamente, optou-se por demolir a parede de um dos quartos, de forma a criar uma sala comum mais ampla. A anterior cozinha dispunha ainda de um compartimento para despensa, também ele demolido. O quarto da fachada do edifício é aquele ocupado por Margarida, enquanto que o traseiro serve de closet e, ocasionalmente, graças a um sofá-cama, de quarto de visitas.



- ① Hall de entrada
- ② Sala comum
- ③ Hall
- ④ Cozinha
- ⑤ Casas de banho
- ⑥ Quarto do filho
- ⑦ Quarto das filhas
- ⑧ Quarto do casal

Fig.21. Apartamento no Bairro das Estacas; escala 1:200 (Fonte da planta original: AML.)



6. Casa no Bairro das Estacas

O caso de estudo correspondente ao modelo em linha com o Movimento Moderno é um apartamento de 5 divisões assoalhadas no Bairro das Estacas, um projecto de Ruy Athouguia e Formosinho Sanchez que mereceu reconhecimento internacional, nomeadamente na Bienal de São Paulo de 1954. Aqui reside, desde 2008, uma família nuclear, natural de Lisboa, composta pelo pai (divorciado), a sua companheira, um filho e duas filhas gémeas. A família reside neste apartamento desde 2008.

Pai, 53 anos, designer de comunicação;

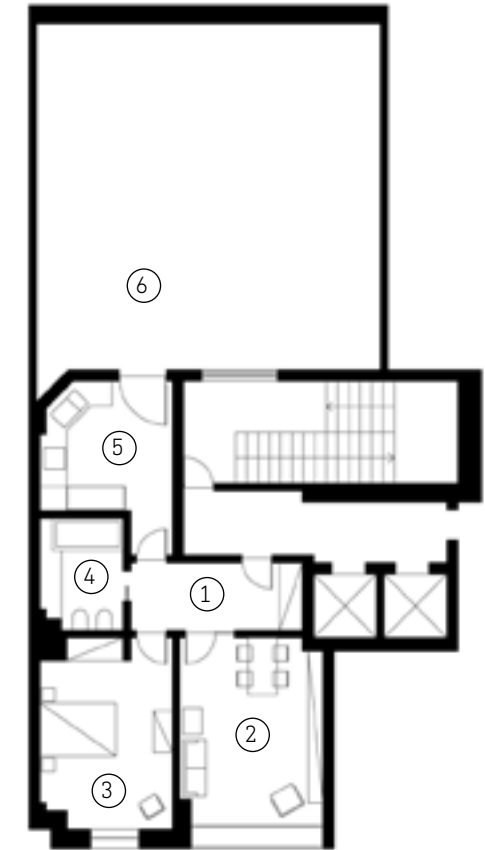
Companheira, 39 anos, designer de comunicação/professora de design;

Filho, 20 anos, estudante;

Filhas gémeas, 16 anos, estudantes;

Neste apartamento, foram feitas várias alterações à planta original, nomeadamente ao nível daquele que anteriormente era o quarto de criada, hoje utilizado como quarto do filho, cuja casa-de-banho tem agora porta para um hall (onde antes existia uma segunda despensa). O quarto adjacente à sala foi aberto e acrescentado a esta, criando uma zona social bastante generosa. A cozinha foi

prolongada, ocupando o espaço de varanda previamente existente à sua frente. O quarto maior é o quarto das filhas gémeas, o outro é o do casal. Todo o apartamento dispõe de grandes vãos, a toda a largura do fogo, e de generosas varandas.



- ① Hall de entrada
- ② Sala comum
- ③ Quarto
- ④ Casa de banho
- ⑤ Cozinha
- ⑥ Terraço

Fig.22. Apartamento na Rua Passos Manuel; escala 1:200 (Fonte da planta original: <http://www.scmd.pt/Projectos?id=f678c279-78d9-4bd4-b420-ddd6ffd69bc3#cntFloor22a541a1-9fba-4e43-99bc-962dd112e091>.)



7. Casa na Rua Passos Manuel

Neste apartamento contemporâneo de duas divisões assoalhadas e um generoso terraço – concluído em 2014 – habita um casal, desde 2016.

Cláudio, 26 anos, natural de Lisboa, sociólogo/assessor de imprensa;

Marta, 30 anos, natural de Lisboa, socióloga/assessora em ONG.

Este apartamento conta com uma sala e com um quarto, ambos da mesma dimensão, o que, ao casal, parece desproporcional. Em conversa com Cláudio e Marta, confessam que preferiam um quarto mais pequeno e uma sala mais espaçosa, para que pudessem dar jantares com mais pessoas. Contudo, o facto de contarem com um terraço bastante espaçoso torna possível aumentar o espaço social da casa, organizando aí muitas festas, bem como resulta numa melhoria substancial da qualidade de vida do seu cão. Razões igualmente importantes na escolha deste apartamento foi o facto de disporem de garagem, bem como a questão da localização, um factor que dizem ter sido determinante – antes viviam num apartamento T1 num edifício dos anos 60, do outro lado da mesma rua, e queriam poder manter-se por perto.

Considerações finais acerca dos casos de estudo

Na recolha destes casos de estudo, procurou-se, não só um conjunto de fogos correspondentes aos modelos habitacionais dominantes na cidade de Lisboa, ao longo do tempo, como diferentes tipos de co-habitação e partilha de casa. Fomos, assim, capazes de compreender, por um lado, as tendências de apropriação do espaço que marcam diferentes tipos de agregados e, por outro, as possibilidades de apropriação que esses fogos oferecem aos seus ocupantes.

Nesta análise, tivemos a oportunidade de encontrar realidades bastante diversas entre si. São elas:

- a) A co-habitação de casais com outros amigos e colegas numa perspectiva relativamente duradoura; entre estes exemplos, existe o caso de um casal que paga uma renda mais elevada para incluir, na sua zona privada, uma área maior, que permite maior auto-suficiência; bem como um casal que partilha casa e ocupa, ou seja, paga renda, por quartos separados;
- b) Uma família nuclear, residente num apartamento no Chiado, em que o respeito pela partição original do fogo e a sua lógica de circulações determinou que as zonas íntimas tenham sido

desvalorizadas (sendo interior o quarto do casal, por exemplo);

c) A co-habitação de pessoas de várias faixas etárias no mesmo fogo, sem existirem laços de parentesco;

d) A diferença enorme entre o apartamento no Chiado, em que habita a mesma família há quase três décadas, e na qual a alteração previsível mais substancial será a saída de casa dos filhos; e os apartamentos na Avenida Marquês de Tomar e Duque de Loulé, onde a entrada e saída de novos residentes é feita com enorme frequência, o que implica que, ocasionalmente, residam aí pessoas que não têm quaisquer tipos de laços com as restantes;

e) A recomposição da família nuclear residente no Bairro das Estacas, que habita o fogo apenas desde 2008 – um período relativamente curto, ao contrário da realidade observada num agregado familiar nuclear original, ou seja, onde não ocorreu divórcio entre pai e mãe;

f) A agregação de divisões adjacentes à sala, para criar zonas comuns mais amplas, em casos de mono-residência; no caso da Rua do Ouro, basta abrir uma porta relativamente larga; no caso de Alvalade, foi demolida uma parede.

g) O fogo contemporâneo mostra-se, além de desproporcional nas áreas atribuídas a cada divisão, excessiva-

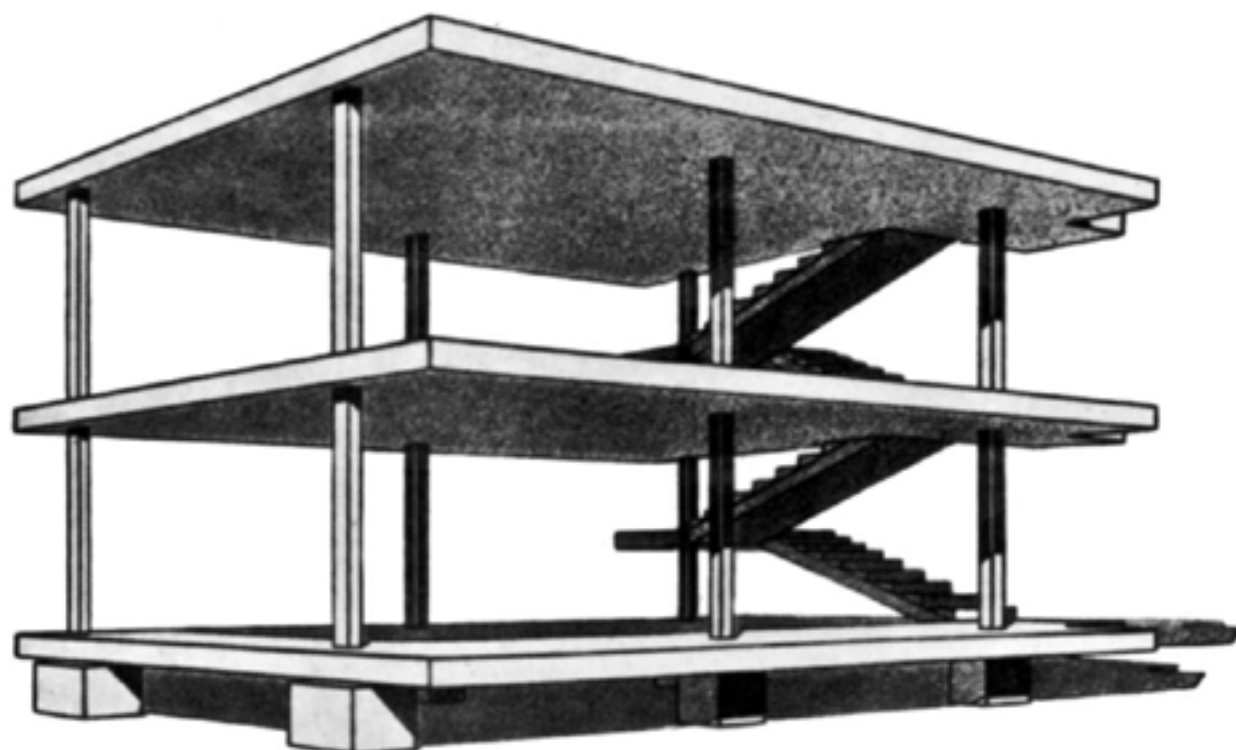
mente compartimentado, para uma tipologia T1, em que o espaço de intimidade e sociabilidade poderia, sem prejuízo da privacidade, ser mais permeável.

Ponderar sobre as necessidades destes agregados e sobre a apropriação que fazem dos fogos – bem como a apropriação que gostariam de poder fazer e, por razões diversas (frequentemente relacionadas com as lógicas de partição que presidem à concepção do fogo) – mostra-se essencial para o projecto de habitação colectiva a que esta investigação está associada. Procurar-se-á, no respectivo projecto, responder a realidades tão ou mais variadas quanto as que são aqui observadas.

Pese embora esta análise, reduzida, é certo, não corresponda a um critério de representatividade, ou seja, não se debruce proporcionalmente sobre os tipos de agregado em função da sua maior ou menor predominância na sociedade ou, mais especificamente, na cidade de Lisboa, as realidades menos representativas que aqui se apresentam não constituem casos isolados. Com efeito, a investigação associada ao capítulo seguinte procura abordar a forma como diversos autores, arquitectos e cientistas sociais interpretam situações de habitação e co-habitação idênticas às que são apresentadas aqui, e como consideram que estas realidades devem interpelar a produção de habitação.



FLEXIBILIDADE E ADAPTABILIDADE: SUPERAR A RIGIDEZ FUNCIONAL



A Crítica ao Movimento Moderno

Conforme enunciado previamente, procura esta investigação, e o projecto que lhe está associado, uma reflexão sobre a natureza da oferta habitacional conforme ela existe nos nossos dias, ou seja, claramente associada à referência do Movimento Moderno e, nas palavras de Farias, "(...) desadequada face às necessidades dos habitantes que pretende acolher"¹ (Farias 2014:3). Falar do MM é, tal como desenvolvido anteriormente, compreender o momento histórico em que o arquitecto e a arquitectura se concebem como agentes de intervenção na sociedade, ou seja, em que a disciplina procura respostas perante aquilo que se identifica como problemas sociais, que dizem respeito à cidade, às populações, às suas condições de vida. Fá-lo, contudo, da perspectiva que aqui nos merece mais interesse e reflexão: a idealização normativa do ser humano, a um nível holístico, com particular enfoque sobre os seus comportamentos, ocupações, actividades e, naturalmente, a sua socialização, no espaço doméstico. Trata-se, a este respei-

1 (...) a aceleração a que temos assistido, nos últimos anos, nas mudanças sociais e de formas de vida, levam-nos à constatação de que a habitação, tal como hoje é concebida e proposta, se encontra desadequada face às necessidades dos habitantes que pretende acolher.

to, contudo, de mais do que uma idealização do ser humano, pelos arquitectos do Movimento Moderno, e das habitações que estes conceberam e projectaram para ele. Quando falamos da referência que a produção de habitação encontra, ainda hoje, no Movimento Moderno, não falamos apenas do facto desta seguir o modelo de Homem Novo que aqueles arquitectos conceberam, o que pode até não se verificar em diversos casos, mas sim do facto de o sector da construção e a disciplina da arquitectura continuarem a necessitar desse ser humano tipo, médio, normativo, representativo, seja ele o de Le Corbusier (e do MM) ou outro. Falamos, portanto, num *modus operandi* que necessita sempre de um diagnóstico universalista, o que invariavelmente resulta numa solução que procura a prescrição normalizadora. Aquilo que aqui se coloca como hipótese é, portanto, que todos os seres humanos, sobretudo no que à sua vida doméstica diz respeito, sejam objecto de uma presunção de igualdade que não corresponde à realidade porque se escusa de compreendê-la na sua pluralidade. Esse será, certamente, um dos eixos de crítica mais interessantes ao MM

Fig.23. Esquema da Casa Dom-ino, teorizada em 1914 por Le Corbusier; Fonte: <http://cea-seminar.blogspot.pt/2012/11/socially-nurturing-architecture.html>

e nele terão origem respostas de grande interesse para a investigação que pretendemos. Como formulado por Sandra Marques Pereira, a ideia modernista de que o espacial determina o social encontrará oposição na ideia contrária: “no poder (e nas virtudes) do social determinar o espacial” (Pereira 2016:19).

Na sua obra *Supports: an Alternative to Mass Housing*, Habraken construirá uma narrativa precisamente sobre este assunto, ao insistir terminantemente na necessidade de quebrar a prisão da habitação de massas e investigar como é que o indivíduo pode contribuir para o processo de habitação. Ao longo da obra, uma crítica estruturada à habitação de massas da contemporaneidade, com claros traços de manifesto, Habraken declara que a provisão de habitação não pode ser chamada de um processo em que o ser humano se aloja: “o Homem já não se aloja: ele é alojado” (Habraken 1972:8). A crítica é certa e o alvo é claro: Habraken coloca em causa o fundamental das teorias do MM, desconstruindo as ideias que fizeram escola e deram origem à arquitetura como a conhecemos. Uma dessas ideias, verdadeira ode ao primado da função e à concepção matemática das necessidades de habitação, é a frase A casa é uma máquina de habitar, de Le Corbusier, a que Habraken contrapõe o seguinte: (Habraken 1972:17,18)

Por vezes ouvimos a declaração de que a casa é uma ‘máquina de habitar’. Não que alguém seriamente defendesse esta noção, mas o termo é cheio de associações de ideias atractivas porque cria a impressão reconfortante de que a casa não coloca problemas mais complexos que a máquina; noutras palavras, são apenas de natureza técnica. Não há razão para preocupação, já que a nossa abordagem é funcional. (...) E no entanto, não há duas coisas tão opostas como a máquina e a casa. Tendo em conta que o propósito da máquina é cumprir acções por nós, enquanto que a habitação nos deve capacitar para conseguirmos realizar certas acções, nós mesmos. Nós vivemos nela, uma grande parte das nossas vidas tem lugar aí. Se a habitação tem uma função, é a de permitir que o Homem funcione, enquanto a máquina procura o oposto. A máquina faz o que nós não conseguimos fazer ou não nos interessa fazer, produzindo algo que nos interessa. A este respeito, a máquina é a nossa indiferença materializada: é a nossa substituição no processo de produção e, por isso, quanto menos tivermos a ver com ela, melhor².

2 (...) We sometimes hear the remark that the dwelling is a ‘machine for living’. Not that anyone would seriously defend this notion, but the term is full of attractive associations of ideas because it

A conclusão que importa retirar deste raciocínio é que a orientação da habitação colectiva deve procurar ser, não um produto acabado, pensado à medida do que se supõe que sejam as necessidades ou actividades dos ocupantes mas, pelo contrário, um produto aberto, pensado à medida da diversidade das aspirações, mais que necessidades, que os ocupantes venham a ter. Nas suas palavras, “A necessidade de cada um dar o seu cunho pessoal (ao espaço doméstico) é tão importante quanto a inclinação para o comedimento. Em suma, tudo tem que ver com a necessidade de um ambiente personalizado, onde cada um se comporte como preferir; com efeito, diz respeito a um dos impulsos do ser humano: o

creates the comforting impression that the dwelling poses no more complicated problems than the machine; in other words, they are merely of a technical nature. (...) And yet no two things are further apart than the dwelling and the machine. For the purpose of the machine is to perform certain actions for us, while the dwelling should enable us to perform certain actions ourselves. We live in it, a great part of our lives is ‘performed’ in it. If the dwelling has a function, while the machine aims at the opposite. The machine does what we cannot or will not do, it performs actions which do not interest us as such, but which produce something we want. In this respect, the machine is our materialised indifference: it is our stand-in in the production process and as such is the better the less we have to do with it. It presupposes our absence.

desejo de posse”³ (Habraken 1972:12) A ideia de posse, contudo, no discurso de Habraken, é bem distinta de propriedade; estando a primeira intimamente relacionada com acção, “para possuir algo é necessário tomar posse (...) temos de o tornar parte de nós e é, por isso, necessário alcançá-lo (...) algo torna-se nosso porque revela vestígios da nossa existência”⁴ (Habraken 1972:idem). A segunda, pelo contrário, não passa, em Habraken, de um termo meramente legalista.

Semelhante linha de pensamento levará o governo revolucionário de Vasco Gonçalves, em 1974, e nomeadamente Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, a dar início ao Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), programa de construção de habitação que, segundo SMP, coloca no centro do problema, “por um lado, o direito à

3 The need to give one’s personal stamp is as important as the inclination to be unobtrusive. In short, it all has to do with the need for a personal environment where one can do as one likes; indeed it concerns one of the strongest urges of mankind: the desire for possession.

4 In the light of our subject, it is therefore important to realise that possession is inextricably connected with action. To possess something we have to take it in our hand, touch it, test it, put a stamp on it. Something becomes our possession because we make a sign on it, our name, or defile it, because it shows traces of our existence.

diversidade cultural e social, em forma de casa; e por outro, a recusa da submissão ao didactismo esclarecido protagonizado pelos arquitectos modernos e consubstanciado na ambição de ensinar às massas a maneira correcta de viver o espaço doméstico” (Pereira 2016:19). A procura da casa que permite uma ancoragem da identidade dos habitantes no seu espaço doméstico é, assim, uma preocupação daqueles que se posicionam criticamente em relação ao MM. É precisamente neste contexto que a exploração de conceitos como flexibilidade e adaptabilidade se mostra imprescindível, sobretudo quando falamos sobre habitação colectiva direccionada às massas. Atente-se às palavras de Nuno Portas, analisando os resultados do Inquérito à Habitação Urbana de 1963, no âmbito do Laboratório Nacional de Engenharia Civil: (Portas 1968:126)

(...) foi possível detectar, a despeito das carências das casas, a diversificação dos ritmos e das formas que toma o habitar. E nos desajustamentos verificados pode ver-se uma crise dos formalismos, sejam os dos projectos fechados, de dependências convencionais, sejam os dos abstractos “tudo comunica” – diversificações já observáveis, mudanças inevitáveis que se acentuam, traduzem-se numa necessidade de flexibilidade de utilização, de apropriação. A casa deve ser um

terreno de apropriação muito menos prescritivo do que aquele a que se está habituado. O que não quer dizer que se possa passar sem o conhecimento sociológico do habitar mas que, pelo contrário, se devem ter em conta, ao nível do design arquitectónico, toda a ambiguidade e diversidade dos comportamentos reais.

No mesmo sentido, segundo Hertzberger, tem sido persistente a ideia de que é a actividade doméstica que determina o espaço, ao que este autor contrapõe que, pelo contrário, são as pessoas quem o determinam, “porque desejam interpretar uma e a mesma função à sua maneira específica, de acordo com os seus gostos específicos.” Seguindo o seu raciocínio, a identidade de quem concebe o espaço acaba por se perder, não pela uniformidade dos espaços habitacionais, mas pelo tipo de uniformidade pelo qual optam, já que concebem as funções a desempenhar de forma prescrita, fechada e estandardizada. Hertzberger conclui, assim, declarando que “interpretações colectivas sobre padrões de vivência individuais devem ser abandonadas”⁵ (Hertzberger 2005:147) .

⁵ *It is the people who make specific demands because they wish to interpret one and the same function in their own specific ways, according to their own specific tastes (...) Collective interpretations of individual living patterns must be abandoned.*

Pese embora a persistência do modelo de intervenção moderno, a história do interesse dos arquitectos pelo tema da flexibilidade não parece recente, tendo inclusive, de acordo com Maccreanor, um importante contributo numa obra clássica do próprio Movimento Moderno – Vers Une Architecture, de Le Corbusier (publicada em 1923), nomeadamente no que diz respeito às inúmeras possibilidades de modelação do espaço que se tornam possíveis com a “planta livre” da sua Casa Dom-ino, esquematizada em 1914 (Maccreanor 2008 in a+t 12). Contudo, se a questão da flexibilidade tem um impulso enquanto possibilidade resultante dos virtuosos avanços técnicos e científicos e da afirmação da arquitectura como disciplina, em si, técnica, só mais tarde a flexibilidade será proposta como uma valência arquitectónica capaz de conferir, ao habitante, o poder de adequação do espaço doméstico à especificidade da sua vida e actividade. A flexibilidade, nestes termos, partirá de uma constatação que, segundo Eleb-Vidal, Chatelet e Mandoul, diz respeito à imprevisibilidade das alterações da vida moderna e à impotência da arquitectura perante essa realidade. Como formulado por Colquhoun, “as exigências da vida moderna são tão complexas e mutantes que todas as tentativas da parte da arquitectura de as antecipar resultam num edifício inadaptado à sua função” (Colquhoun in Eleb-Vidal, Cha-

telet, Mandoul 1988:102). Também Eleb-Vidal, Chatelet e Mandou dão destaque ao esquema da Casa Dom-ino, como proposta de uma espécie de “ossatura” estrutural essencial aplicável a um variadíssimo universo de situações, resultando, contudo, em projectos completamente diferentes (Eleb-Vidal, Chatelet, Mandoul, 1988:103). Contudo, a eliminação dos constrangimentos para definir a planta do fogo a partir dessa estrutura básica é uma liberdade que, em Le Corbusier, é atribuída ao arquitecto, não aos utilizadores/residentes.

Foquemo-nos, então, em compreender de que forma os conceitos de flexibilidade e adaptabilidade de um edifício ou fogo podem ser entendidos por diferentes autores. Em *Lessons for Students in Architecture*, Hertzberger aborda a desconstrução dos princípios funcionalistas do MM como condição para evitar a obsolescência dos edifícios. Nas suas palavras, “especialmente o chamado urbanismo funcional demonstra até que ponto a concepção de soluções para problemas arquitectónicos tem sido dificultada pela segregação de funções em vez de integração. A acelerada obsolescência de soluções demasiado específicas conduz, não só à disfuncionalidade, como ainda a uma situação de ineficiência”⁶ (Hertzber-

⁶ *But specially the so-called functional urbanism gi-*

ger 2005:146) . Contudo, a alternativa da flexibilidade tem sido objecto das mais variadas e desadequadas interpretações, nomeadamente enquanto um princípio de neutralidade como valência que dotaria a arquitectura da capacidade de se adaptar aos mais diversos usos e, em teoria, absorver e acomodar as influências de tempos e situações em mudança. Se em princípio essa parece ser uma vantagem, a ideia de neutralidade resultaria numa ausência de identidade, ou seja, falta de características distintivas da arquitectura. O problema da flexibilidade não deve, portanto, ser colocado numa perspectiva de negação dessas características já que, por muito que um esquema flexível possa ser adaptável às mudanças que se lhe apresentem, não será nunca a melhor e mais adequada solução para qualquer problema específico. Assim, afirma Hertzberger, a única abordagem construtiva a um contexto de mudança é uma forma que se afirme estática e simultaneamente polivalente. Procure-se, então, a forma arquitectónica baseada na partição que possa ser adaptada aos mais diversos usos, sem

ves a very clear demonstration of the extent to which thinking about solutions to architectural problems has been hampered by segregation of functions instead of integration. The rapid obsolescence of all too specific solutions leads not only to disfunctionality but also to serious inefficiency.

necessidade de passar por alterações estruturantes, dentro da qual a mínima flexibilidade possa produzir a solução apropriada (Hertzberger 2005:146,147).

A crítica de Hertzberger é, portanto, direccionada àquilo que Farias descreve como flexibilidade activa, que se traduz na “possibilidade de transformar fisicamente o espaço”, preterida por si em relação a uma flexibilidade passiva, a qual se traduz no conceito de adaptabilidade, ou seja, “capacidade que o espaço deve possuir para se poder adequar a diferentes usos e formas de apropriação, sem que se altere fisicamente” (Farias 2014:2). Prossegue, este autor, pela caracterização das diferentes abordagens possíveis, decorrentes do propósito da adaptabilidade. São elas a polivalência, entendida enquanto uma concepção do espaço que permite diferentes possibilidades de uso; a ambiguidade funcional, como abstenção de pré-determinação funcional dos espaços que, por essa razão, se mostram abertos a apropriações variadas; e a desierarquização, fazendo equivaler, em importância, as configurações e dimensões dos compartimentos da habitação, bem como as circulações entre eles, factor que potencia uma consignação funcional de cada espaço muito mais diversa. Convém, a este respeito, sublinhar que estas abordagens, pese embora a sua natureza diferenciada, não parecem ser mutuamente

exclusivas num projecto de arquitectura. Essa será a sugestão de Maccreanor que, por seu lado, descreve o edifício adaptável como sendo tão transfuncional quanto multifuncional, permitindo possibilidade de alteração dos usos – “vida no trabalho; trabalho no recreio ou enquanto contenedor de vários usos, simultaneamente”⁷ (Maccreanor 2008 in a+t 12).

Cabe-nos, portanto, analisar algumas das mais fundamentais alterações nos tecidos social, tecnológico, económico e laboral que nos levam a sustentar a pertinência de uma abordagem do projecto de habitação baseada nestes princípios.

⁷ The adaptable building is both transfunctional and multifunctional and must allow the possibility of changing use; living into working, working into leisure or as a container of several uses simultaneously.

Alterações sociais e familiares

Como referido anteriormente, a evolução da família nuclear pode ser descrita pela passagem do paradigma da família instituição para a família companheirismo (Burgess, Locke e Thomes in Pereira 2016:29). Por sua vez, Roussel reformula a análise destes autores, introduzindo novas sub-categorias: “a família instituição e a família aliança, e o modelo mais modernista do companheirismo noutros tantos, a família fusão e a família clube ou associação” (Roussel in Pereira 2016:29) – o qual dirá respeito à “associação” de indivíduos autónomos que habitam o mesmo lar. No mesmo sentido, Paricio e Sust enunciam, em *La vivienda contemporânea – Programa y Tecnologia*, uma série de transformações sociais relevantes para a arquitectura de habitação, como sejam: a queda da taxa de natalidade e, por conseguinte, a redução dos agregados familiares; a diminuição do número de casamentos (os quais ocorrem, por norma, numa idade cada vez mais avançada) e crescente número de uniões de facto e outras formas de convivência familiar ou de grupo; a idade cada vez mais tardia para o nascimento de filhos; aumento substancial dos divórcios/separações e aumento das famílias monoparentais, famílias recompostas,

mono-residentes e emergência de outras formas de convivência na habitação, além da família (Paricio, Sust in Farias 2014:5). Outras realidades, com origens externas aos indivíduos, mostram-se igualmente relevantes na produção da mudança nas dinâmicas domésticas, como sejam: as alterações nas relações entre as diferentes gerações; a importância do cuidado com o corpo e da protecção da intimidade; aumento do número de mulheres no mercado de trabalho e redução da desigualdade de género; maior importância dada às actividades de ócio.

Alterações laborais

Relacionadas com estas transformações, e igualmente relevantes no que diz respeito às exigências que fazem sobre a casa, são as alterações ao nível do mercado laboral (Farias 2014:4). Um dos aspectos mais representativos e crescentes a este respeito será a mobilidade por razões profissionais. A globalização das empresas, enquadrada num contexto de liberdade de circulação de capitais e pessoas, faz com que a mobilidade se tenha tornado uma constante em inúmeras ocupações profissionais. A este respeito, mostra-se importante o estudo de SMP em Casa e Mudança Social em que a autora se dedica ao estudo de casos de fogos e respectivos ocupantes, através

de entrevistas e interpretações a vários níveis. Um dos casos, o do casal DINK (Double Income No Kids) a que atribui a designação SR3, decidiu comprar um apartamento central, em Lisboa, do tipo estúdio, por motivos profissionais, mantendo a sua “residência principal” em Sintra – atribuindo à primeira a ideia do trabalho e à segunda a do descanso (Pe-reira 2016:273-275).

Simultaneamente, realidades como a instabilidade laboral, o desemprego, a precariedade ou a falta de progressão nas carreiras são factores determinantes em decisões que implicam, não só mudanças de cidade ou de país em busca de melhores oportunidades – que não raras vezes implicam mobilidades familiares e não só individuais – como permanência em casas partilhadas com amigos ou colegas, uma situação habitualmente vista como temporária mas que pode acabar por se prolongar no tempo.

Alterações tecnológicas

Um outro factor, potenciado, argumenta Farias, pelas novas possibilidades tecnológicas, sobretudo em termos de telecomunicações (Farias 2014:4), é a incorporação do local de trabalho em casa, frequente e útil para um conjunto alargado de profissões. A título de exemplo, em profissões em que se vulgarizou aquilo que habitualmente designamos

por freelance (mas que poderíamos em todo o caso chamar “trabalho à peça”), sejam artistas, designers, entre outros, é frequente a opção por trabalhar a partir de casa, onde se economiza no pagamento de deslocações e de local de trabalho, e onde se fazem sentir menos limitações por horários, regras e outras condicionantes empresariais. Em certos casos, as exigências sobre o espaço de trabalho incorporado na casa poderão “implicar uma relação autónoma de um compartimento com o exterior” (Farias 2014:5). Sobejamente estudados e presentes na análise de Paricio e Sust são aspectos como a crescente democratização no acesso e utilização dos mais variados electrodomésticos, resultando numa diminuição do tempo das tarefas domésticas e redução do espaço objectivamente utilizado para as cumprir (Paricio e Sust 2000:13,41); bem como a vulgarização e dispersão dos aparelhos audiovisuais e de telecomunicações pela casa (Paricio, Sust in Farias 2014:5).

Alterações políticas e económicas

Ao nível do mercado de arrendamento, operam-se transformações que será pertinente ter em conta e que, de acordo com Sust e Paricio, produziram já uma diversificação da oferta imobiliária contemporânea. Conforme colocado por estes autores: “O encarecimento do preço

de venda das casas nos últimos dez anos, muitas vezes limita o número de divisões da casa ao estritamente necessário (...); o previsível aumento dos fogos para alugar, com contratos de arrendamento temporários, que levam a que a escolha da casa se baseie nos requisitos do momento e do futuro imediato”¹ (Sust, Paricio 2000:16).

O alargamento dos serviços de assistência social na terceira idade ou na doença, bem como as pensões de reforma associadas a um aumento na esperança média de vida, implicam um período de tempo mais longo dos casais que vivem sozinhos, depois dos seus filhos e filhas saírem de casa. Paricio e Sust apontam para uma necessidade destes casais de, por vezes, reconfigurarem a sua residência em função dessa realidade, o que muitas vezes não é possível por dificuldades físicas e económicas (Paricio e Sust 2000:17) . Estas dificuldades podem estar associadas a uma inflexibilidade por parte do fogo de se adaptar a estas alterações.

¹ El encarecimiento del precio de venta de las viviendas en los últimos diez años, que muchas veces limita el número de habitaciones de la vivienda al estrictamente necesario (...); El previsible aumento de las viviendas en alquiler, con contratos de arrendamiento temporales, motivará que la elección de la vivienda se haga a partir de los requerimientos del momento y del futuro inmediato.

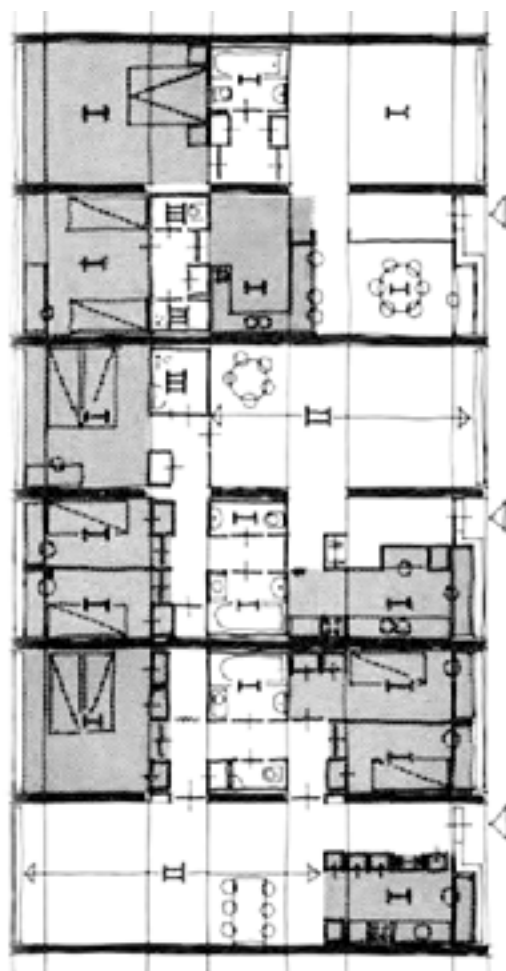


Fig.24. Planta do esquema *Supports*, de Habraken;
Fonte: Habraken 1979;

Propostas concretas

Supports - Habraken

Como clarificado previamente, o arquiteto e teórico Habraken será dos mais críticos àquilo que SMP descreve como a “opressora imposição da homogeneidade veiculada pela casa moderna” (Pereira 2016:19). Na sua obra, *Variations: The Systematic Design of Supports*, o autor propõe uma linha ideológica de intervenção e concepção de habitação de massas que conta, naturalmente, com o seu próprio léxico. Fundamental no seu universo de conceitos será a proposta de distinção entre o que sejam *suportes* e *unidades separáveis*. Partindo do objetivo que preside à sua proposta, de que a casa deve consubstanciar, ao contrário da “máquina” de Le Corbusier, um espaço de expressão das identidades e aspirações dos seus habitantes, e do meio para atingir esse fim – tornar a produção de habitação permeável à intervenção e participação do residente no seu habitat – *suportes* e *unidades separáveis* são distinções entre componentes de um fogo conforme as decisões que a estas digam respeito sejam tomadas por um sujeito ou outro. *Suportes* serão, assim, as componentes de um fogo que sejam

determinadas por quem concebe o fogo, enquanto as *unidades separáveis* resultam das decisões tomadas pelos residentes; juntos, formam aquilo a que, agora sim, podemos chamar casa. Nas palavras de Habraken, “a casa é o resultado de ambos, a comunidade e o indivíduo, desempenhando cada um o seu papel (...) O *suporte* é uma estrutura completa em si mesma, mas a casa só fica completa quando a *unidade separável* é colocada no suporte”¹ (Habraken 1979:18). Estes dois termos resultam de uma redefinição daquilo que a indústria da construção designa por componentes estruturais e componentes de recheio, distinção assente em critérios técnicos, ao passo que *suportes* e *unidades separáveis* assinalam uma diferença sobre o controlo e o poder de decisão. Contudo, assinala Habraken, os *suportes* são elementos portantes, enquanto que as *unidades separáveis* se definem pelo facto de poderem ser alterados sem fazer colapsar o edifício.

O *suporte*, enquanto conjunto de elementos cristalizados e não participantes das decisões dos residentes sobre o espaço, devem ser ancorados no lugar

¹ *La vivienda es resultado de ambos, la comunidad y el individuo jugando cada uno su parte (...) El soporte será una estrutura completa por sí mismo, pelo la vivienda solamente es completa quando la unidad separable es colocada em el soporte.*

específico para o qual são desenhados, enquanto que as *unidades separáveis* são concebidas para serem utilizadas para compor inúmeras soluções espaciais, podendo ser produzidas em massa e consideradas produtos de consumo duradouro para unir a cada *suporte*.

Importa, a este respeito, regressar ao que Hertzberger assinala acerca da flexibilidade (activa, como explicado previamente) como princípio potencialmente resultante numa “neutralidade” arquitectónica capaz de acomodar diferentes usos, mas sempre incapaz de lhes dar a melhor resposta possível (Hertzberger 2005:146). Este risco não é, contudo, desprezado por Habraken, que considera que aquilo que o suporte toma a liberdade de decidir sobre o espaço doméstico é matéria culturalmente subjectiva, sendo múltiplas as respostas que se pode dar à questão: onde acaba o *suporte* e onde começam as *unidades separáveis*? O autor adverte, portanto, que não pressupõe que a máxima flexibilidade (uma vez mais, activa) conduza às melhores soluções, nem tampouco que o melhor *suporte* seja simultaneamente o mais neutral nas suas insinuações espaciais. Nas suas palavras: (Habraken 1979:20,21)

O suporte que ofereça tipos específicos de espaços, que podem ser reconhecidos, e evoca diversas possibilidades,

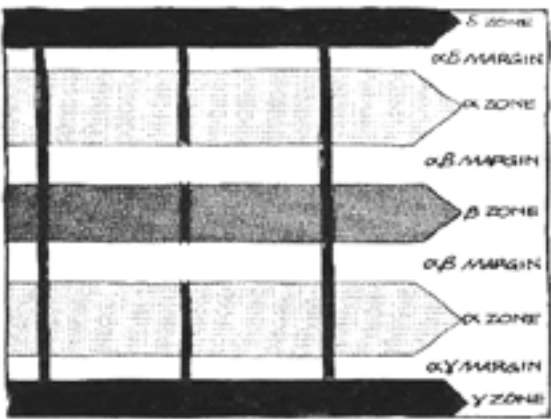


Fig.25. Esquema de distribuição de áreas em Supports, de Habraken; Fonte: Habraken 1979;

terá sempre mais êxito. Haverá mais construção nesse suporte, mas isto não significa que tenha menos potencial que um suporte mais aberto (...) Por esta razão, o suporte será algo mais que uma estrutura vazia, como é mais que um mero esqueleto. É um produto arquitectónico, uma estrutura com espaços, em que o residente se sente em casa e na qual encontra insinuações e oportunidades para tornar o espaço unicamente seu através do uso de unidades separáveis. O suporte, portanto, representará sempre um certo estilo de vida; assim, uma pessoa será atraída por certo tipo de suporte que provavelmente seria preterido por outra.²

Além da definição destas duas componentes que criam o espaço doméstico, Habraken propõe também de que forma

² El soporte que ofrece específicos tipos de espacios, que pueden ser reconocidos, y evoca diversas posibilidades tendrá siempre más éxito. Habrá más construction en tal soporte, pero esto no significa que tenga menos potencial de variabilidad que un soporte más abierto (...) Por esta razón, generalmente, el soporte será algo más que una estructura vacía, como es más que un mero esqueleto. Es un producto arquitectónico, una estructura con espacios, en la que el residente se siente en casa y en la que él o ella encuentran insinuaciones y oportunidades para hacer el espacio únicamente suyo a través del uso de unidades separables. El soporte, por lo tanto, representará siempre cierto estilo de vida; así, una persona será atraída por cierto tipo de soporte que probablemente no gustaría a otra.

eles devem ser apresentados e explicados num esquema de projecto. Assim, os suportes devem incluir, “no mínimo, uma planta de distribuição, uma secção transversal, uma secção longitudinal. O desenho deve mostrar o seguinte: a posição e as dimensões nominais dos componentes do suporte, a posição e dimensões nominais do sistema de zonas e margens. Adicionalmente o projectista pode fazer mais desenhos, (...) por exemplo, alçados frontal e posterior, perspectivas, isometrias”³ (Habraken 1979:102). No mesmo sentido, define como apresentar as unidades separáveis: “Um desenhador pode fazer uma tabela indicando que elementos são unidades separáveis (...) deduz-se que qualquer tipo de componentes podem formar parte do suporte, porque a sua definição depende de quem tem o poder de tomar decisões. As unidades separáveis não são necessariamente produzidas industrialmente ou pré-fabricadas. Uma parede interior de alvenaria pode ser vista como uma unidade separável se o residente pode decidir a sua posição” (Habraken 1979:103).

³ El dibujo de un soporte debería incluir como mínimo: una planta de distribución, una sección transversal, una sección longitudinal. El dibujo deve mostrar lo siguiente: la posición y las dimensiones nominales de los componentes del soporte, la posición y dimensiones nominales del sistema de zonas y márgenes. Adicionalmente, el diseñador puede hacer más dibujos (...) por ejemplo, alzados frontal y posterior, perspectivas, isometrias.

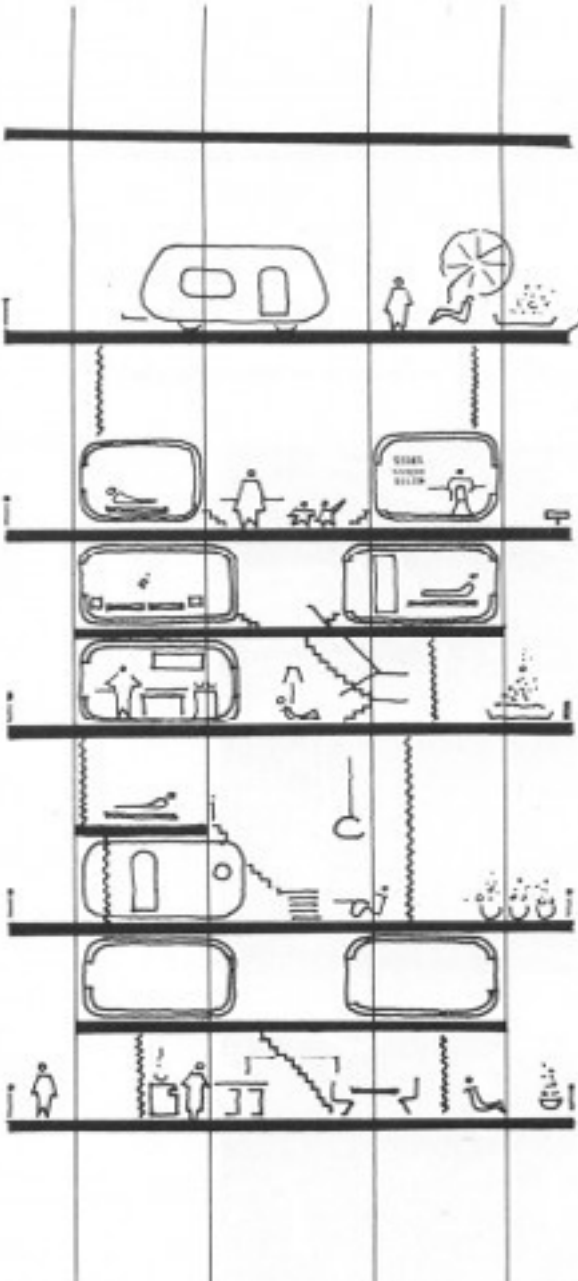
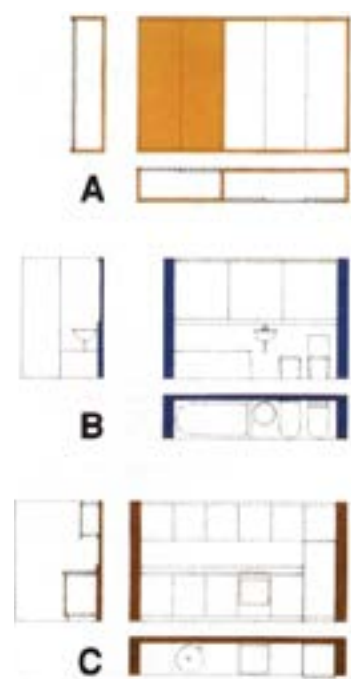


Fig.26. Perfil do esquema Supports, de Habraken; Fonte: Habraken 1979;

Sistema ABC – Actar Arquitectura



Este esquema, concebido pelo estúdio Actar Arquitectura, em 1994, parte de uma unidade espacial aberta, cujo desenho cabe ao arquitecto e, simultaneamente, dedica-se a conceber três módulos funcionais prefabricados que são dispostos no fogo de modo a produzir a partição pretendida. Estes três módulos dizem respeito a armários (A), casa de banho (B) e cozinha (C). Manuel Gausa, membro do estúdio Actar, apresenta-nos, em *Housing: New Alternatives, New Systems*, as diversas possibilidades de partição espacial possíveis pela disposição e articulação destes três módulos A, B e C numa mesma unidade espacial, com painéis deslizantes. Embora esta solução apresente semelhanças com os Suportes de Habraken, ela parece apostar massivamente em soluções de flexibilidade activa. O próprio pavimento do fogo permite o deslocamento de A, B e C, através de um decking técnico.

Fig.27. Combinações diversas dos módulos ABC;
Fig. 28. Perfis dos módulos ABC;
Fonte: Gausa 1998

Sistema Comboio – Actar Arquitectura

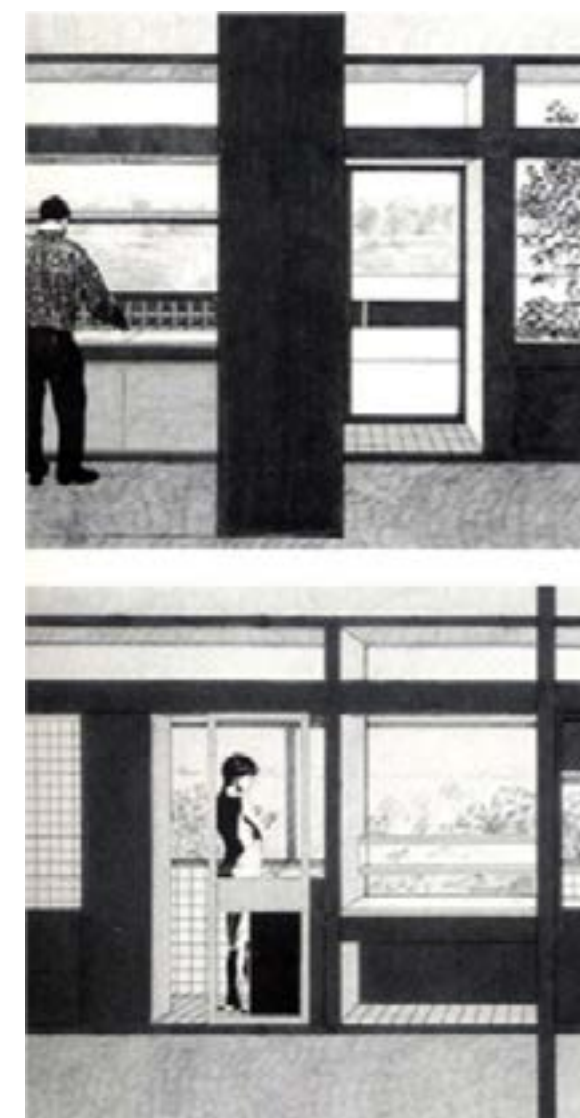


Este esquema, também concebido pelo estúdio Actar, parte da criação de uma espessa parede onde são dispostas as zonas técnicas, paralela a uma zona que Gausa descreve como sendo simultaneamente uma galeria de circulação e recreação; entre os dois eixos longitudinais, encontram-se as zonas da casa. Estas, por sua vez, abrem-se ou fecham-se para esta galeria comum, que providencia a luz natural, através de persianas.

Domus Demain – Yves Lion

O esquema de Yves Lion para o seu projecto *Domus Demain*, de 1984, constitui a primeira proposta de fusão entre paredes e motores técnicos. Lion propõe que todas as infra-estruturas necessárias do fogo estejam centralizadas nestas paredes que funcionam como camadas activas, proporcionando, não só água, gás, electricidade, etc, como controlando a entrada de luz solar no espaço interior do apartamento.

Fig.29. Sistema Comboio – Actar; Fonte: Gausa 1998;
Fig. 30. Perspectivas de Domus Demain – Yves Lion;
Fonte: <https://proyectos123.wordpress.com/tag/yves-lion/>

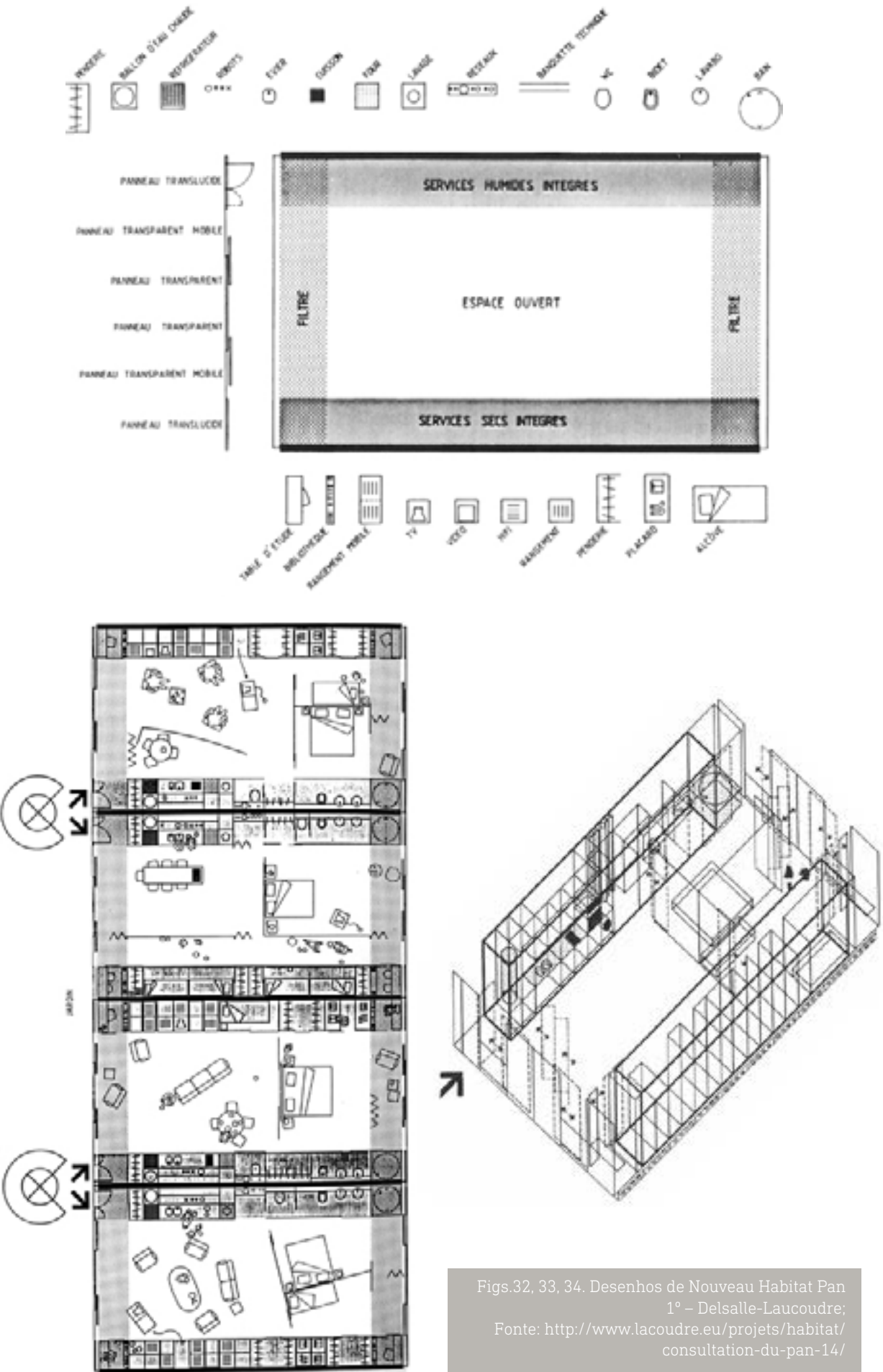


Nouveau Habitat Pan 1° – Delsalle-Laucoudre e Loft em Antuérpia – Neutelings-De Kooning

Os exemplos propostos por Delsalle-Laucoudre (1988) e Deutelings-De Kooning (1993) são dois exemplos distintos de uma estratégia semelhante à seguida por Yves Lion em Domus Demain e por Actar no Sistema Comboio. A definição de um núcleo de serviços com a configuração de uma espessa parede infra-estruturada assume-se como periferia espacial do espaço restante, caracterizado como um vazio pronto a ser apropriado.

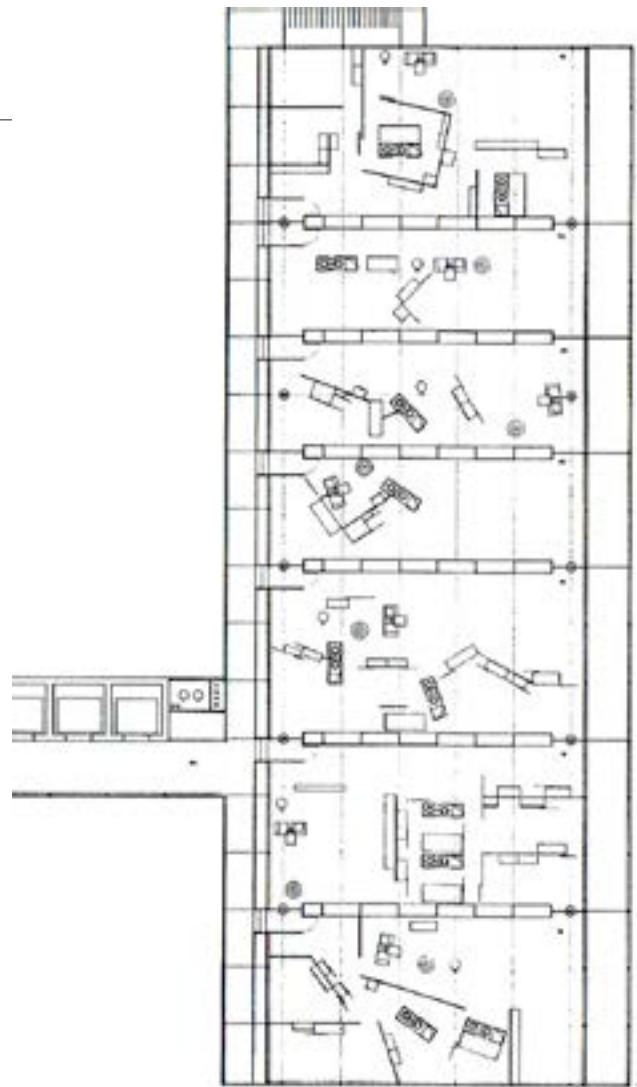


Fig.31. Loft em Antuérpia - Neutelings De Kooning;
Fonte: Gausa 1998



Figs.32, 33, 34. Desenhos de Nouveau Habitat Pan 1° – Delsalle-Laucoudre;
Fonte: <http://www.laucoudre.eu/projets/habitat/consultation-du-pan-14/>

Unidades Habitacionais em Barcelona - Ábalos-Herreros

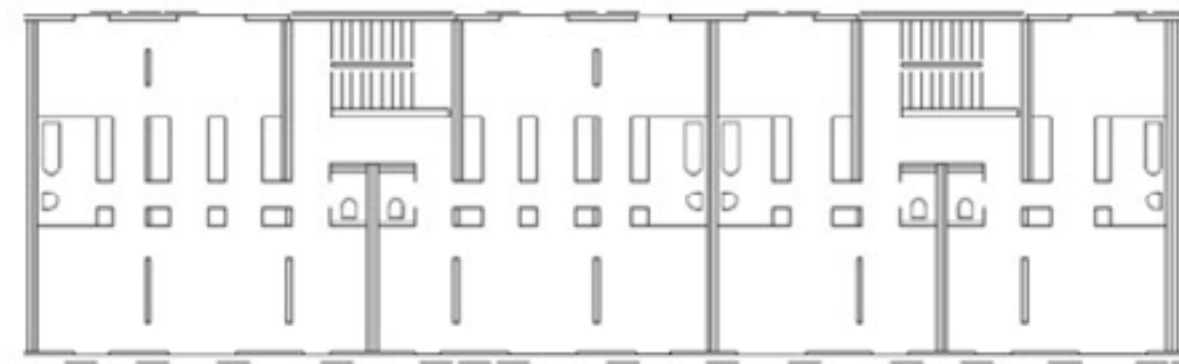


Esta proposta de Ábalos-Herreros para a grande Avenida Diagonal de Barcelona, de 1990, consubstancia um sistema de agregação dos fogos em galeria, com semelhanças aos modelos dos blocos habitacionais modernistas. Contudo, a estratégia seguida não segue tanto a estratégia de flexibilidade activa, optando por particionar o espaço, pensado para ser polivalente e versátil. As divisões do espaço são, então, paredes infra-estruturadas que concentram os módulos técnicos do fogo, libertando os diferentes espaços para os usos que se lhes queira atribuir. Significa isto que os núcleos técnicos são, aqui, concebidos como periféricos a cada divisão do fogo e não periféricos em relação ao próprio fogo, como proposto pelos exemplos anteriores. Por sua vez, a forma de agregação dos fogos permite ainda uma aglutinação como forma de criar apartamentos de maiores dimensões ou com maior número de compartimentos.

Fig.35. Planta das Unidades Habitacionais propostas para a Diagonal de Barcelona - Ábalos Herreros;
Fonte: <http://hacedordetrampas.blogspot.pt/2011/11/proyecto-en-la-diagonal-de-abalos.html>

Habitação Colectiva em Graz (1994) – Riegler e Riewe

A proposta de Riegler e Riewe para a cidade austríaca de Graz assume-se diferente das demais pela forma como coloca as zonas técnicas ou de serviços, não numa periferia da casa, mas sim no seu centro, tornando-as coincidentes com o “corredor” de circulação entre cada divisão da casa. Estas divisões, por sua vez, estão separadas por paredes “incompletas”, que contam com painéis deslizantes para serem isoladas, caso seja essa a vontade dos residentes.



Figs. 36, 37, 38. Planta e fotografias do edifício de habitação colectiva em Graz - Riegler e Riewe;
Fonte: <http://finn-wilkie.tumblr.com/post/122035011233/riegler-riewe-bahnhofstrasse-housing-graz-1994>

IV

HABITAÇÃO COLECTIVA: PROPOSTA ARQUITECTÓNICA PARA O LARGO DO MASTRO

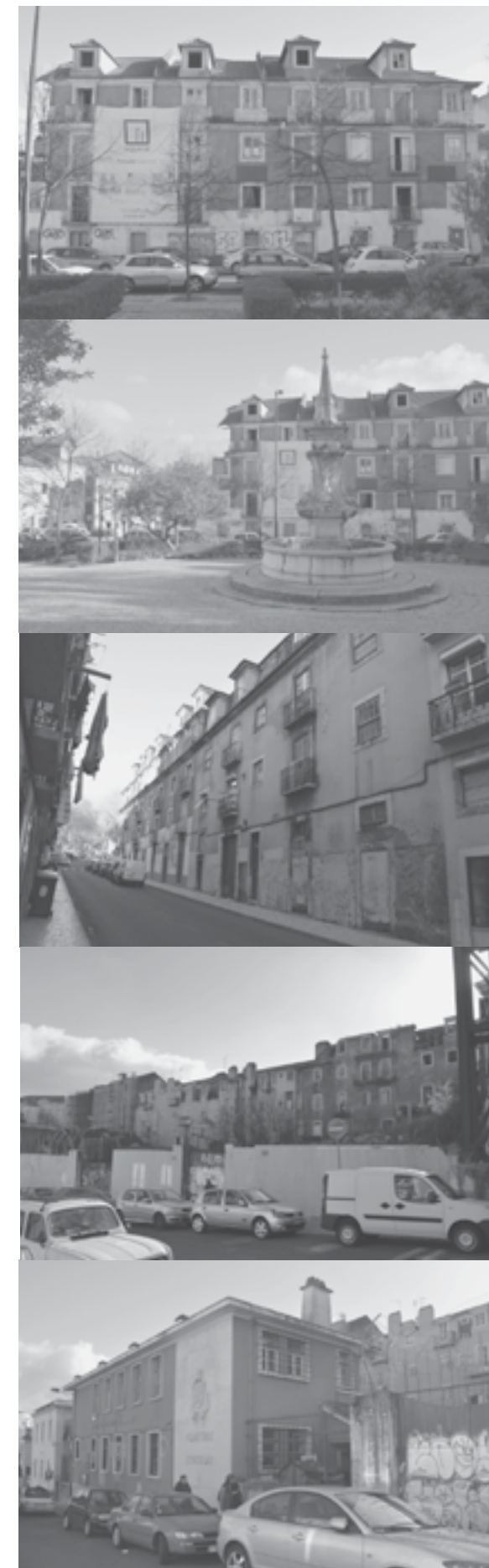
Fig.39. Vista aérea do Largo do Mastro;
Fonte: <http://bing.com/maps/>

O Projecto Final de Mestrado que se procura desenvolver diz respeito a um conjunto de dois blocos dedicados a habitação colectiva, em Lisboa. Esta proposta tem lugar num terreno pertencente a um quarteirão limitado, a Norte, pelo Largo Mastro; a Oeste, pela Rua de São Lázaro e a Este pela Rua do Saco. O terreno em causa encontra-se adjacente ao jardim do Campo dos Mártires da Pátria, ou seja, entre a Colina de Santana e a zona do Desterro. Além do programa de habitação, optou-se por dedicar os pisos térreos dos dois edifícios a espaços de comércio e serviços. Definiu-se, como área de intervenção, além deste lote, a zona pública limítrofe ao Largo do Mastro.

Neste terreno, existe, actualmente, um conjunto de quatro edifícios oitocentistas, dos quais três apresentam um avançado estado de degradação. Optou-se, como será desenvolvido adiante, pela demolição dos quatro edifícios, partindo da libertação do lote para a concepção de dois novos blocos.

A estratégia de implantação destes dois blocos de habitação, tema central deste Projecto Final de Mestrado, libertam espaço no interior do quarteirão,

Fig.40. Montagem de fotografias do autor, do Largo do Mastro, Rua do Saco e Rua de São Lázaro;



criando uma zona de acesso público que se procura tornar permeável ao jardim do Largo do Mastro, cuja pequena faixa automóvel é eliminada, permitindo uma aproximação dos edifícios ao jardim do largo.

O primeiro bloco de habitação (A) está implantado no limite Norte do lote. Criando uma frente urbana perante o Largo do Mastro, este bloco é composto por dois edifícios unidos num ponto de inflexão, sendo o primeiro (A1), perpendicular ao sentido longitudinal do triângulo que é o largo e o segundo (A2), implantado paralelamente à Rua do Saco. O segundo bloco (B) está implantado no limite Sul do lote. Criando uma frente urbana perante a Rua de São Lázaro, e uma outra acompanhando o espaço interior do quarteirão, ocupado por um jardim tornado público. Também o bloco B é composto por dois edifícios unidos por um ponto de inflexão, sendo que um deles (B1), perpendicular ao edifício A2, limita o novo jardim público a Sul, dispondo de uma fachada orientada a Noroeste, e uma outra orientada a Sudeste, enquanto que o outro (B2), perpendicular ao edifício A1, é concebido para dar continuidade e remate ao edificado do lado nascente da Rua de São Lázaro. Ambos os blocos habitacionais contam com diversos vãos orientados a Sudeste e, portanto, uma vista privilegiada para o Castelo de São Jorge.

A escolha do terreno resultou de uma investigação sobre lotes vazios ou em ruínas na cidade de Lisboa, tendo como foco o eixo entre a Av. Almirante Reis e a Colina de Santana. A procura por um terreno centrou-se nesta zona por se ter considerado que existe uma forte probabilidade de que se venha a tornar um dos principais eixos de requalificação e revalorização da cidade. Trata-se de uma zona bastante central e muitíssimo bem servida de transportes públicos, pelo que, num contexto de acelerada valorização imobiliária da cidade de Lisboa (resultado de muitos factores, entre os quais se destaca o crescimento do sector do turismo), merece o cuidado de um planeamento habitacional que, requalificando a cidade, tenha como principal foco de trabalho e atenção as realidades das vidas dos habitantes (e potenciais habitantes). Considerou-se que este lote, adjacente ao Jardim do Campo Mártires da Pátria, um dos maiores jardins do centro da cidade, tinha um grande interesse pela possibilidade de criar um conjunto de edifícios que dê uma nova imagem a um espaço amplo - Largo do Mastro - por um lado, e a duas ruas estreitas, por outro - Rua do Saco e Rua de São Lázaro.



Fig.41. Planta de implantação, identificando os edifícios A1, A2, B1 e B2; escala 1:1000

Objectivos

Como enunciado previamente, o objectivo de partida é a concepção de um projecto de habitação colectiva capaz de superar a rigidez funcional observável na produção de habitação existente nos nossos dias, em particular, em Lisboa. A investigação que consta deste documento procura acompanhar esta proposta arquitectónica e dar-lhe suporte, evidenciar a sua pertinência no contexto histórico em que vivemos e, simultaneamente, dar visibilidade a um conjunto de realidades não normativas, muitas vezes subestimadas pelas estatísticas e pelos sectores envolvidos na produção de habitação colectiva, na nossa cidade. Este projecto, por sua vez, deve, em primeiro lugar, atender à história da produção de habitação na cidade de Lisboa, nos seus diversos períodos e modelos, e das ideias e programas que lhes estão subjacentes, observando exemplos reais e contemporâneos, a respeito da forma como foram objecto de reinterpretação, para fins e realidades domésticas diversas. Partimos, portanto, desta premissa de que o primeiro desígnio do espaço e de quem se dedica a pensá-lo e criá-lo, não seja o de moldar pessoas e comunidades, civilizá-las, instruí-las ou prescrever-lhes a vida e a performatividade que possamos, even-

tualmente, conceber como “adequada”, ergonómica ou funcional. Pelo contrário, que o desígnio seja a celebração da vida, o reconhecimento da sua diversidade, e a humildade de saber que ela nos surpreende sempre. Concretamente, sobre a habitação colectiva, partimos deste princípio de que, para responder à diversidade, importa reconhecer aos imprevisíveis residentes o direito e legitimidade de poderem caracterizar o seu espaço doméstico, de lhe dar sentidos diversos, de o adaptarem às diversas fases da sua vida.

A investigação previamente exposta dá a conhecer casos reais de grupos de pessoas, famílias e não só, que habitam e coabitam os mais paradigmáticos modelos de habitação colectiva da cidade Lisboa. Foram estudadas duas famílias nucleares com filhos, das quais uma é recomposta (no sentido em que num dos casais, uma das pessoas não é mãe, mas sim madrastra); uma família nuclear sem filhos (apenas o casal) e quatro famílias unipessoais (conforme designação do Instituto Nacional de Estatística), das quais duas dizem respeito a mono-residentes, e duas outras são formadas por 6 pessoas independentes cada, que partilham casa (ocupam parte de um alojamento sem partilha de uma economia comum). Estas realidades “familiares” minoritárias são, contudo, de

acordo com os censos de 2011, cada vez mais representativas. Com efeito, nesse ano, atingiu os 23,3% o número de famílias designadas unipessoais¹, face a 68% de famílias “simples”, das quais apenas 35,2% são casais com filhos. Estes dados, contudo, dizem respeito a uma média nacional, já que zonas como o distrito de Lisboa ou o literal alentejano apresen-

tam valores próximos dos 30%, no que diz respeito às famílias unipessoais. Por esta razão, é um objectivo deste projecto que ele seja permeável à adaptação por quaisquer agregados, sejam os que aqui se apresentam, sejam quaisquer outros.

¹ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, este conceito inclui quer as pessoas a viver sós que ocupam integralmente um alojamento, quer aquelas que vivendo com outros, ocupam parte de um alojamento sem partilha de uma economia comum (pessoas independentes).

| Quadro 1 - Evolução do tipo de família- Portugal, 1960-2011 (%) | | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1960 | 1991 | 2001 | 2011 |
| Famílias sem núcleo familiar | 16,4 | 16,6 | 19,5 | 23,3 |
| Pessoas a viver sozinhas | 11,5 | 12,4 | 15,5 | 20,4 |
| Outros tipos de família | 4,9 | 4,2 | 4,0 | 2,8 |
| Famílias simples(c/ 1 núcleo familiar sem outras pessoas) | 68,2 | 69,5 | 70,1 | 68,0 |
| Casais (subtotal) | 62,3 | 63,9 | 63,1 | 59,0 |
| Casal sem filhos | 14,8 | 20,0 | 22,0 | 23,8 |
| Casal com filhos | 47,5 | 43,9 | 41,1 | 35,2 |
| Monoparentais (subtotal) | 5,9 | 5,6 | 7,0 | 9,0 |
| Pai com filhos | - | 0,8 | 0,9 | 1,2 |
| Mãe com filhos | - | 4,8 | 6,0 | 7,8 |
| Famílias complexas | 15,4 | 13,9 | 10,4 | 8,7 |
| Alargadas (1 núcleo familiar + outras pessoas) | - | 10,0 | 7,3 | 5,8 |
| Múltiplas (2 ou mais núcleos familiares) | - | 3,9 | 3,1 | 2,9 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: INE, Censos 1960, 1991, 2001 e 2011.

Fig.42. Tabela ilustrativa da evolução dos dados acerca dos tipos de família, de acordo com os censos do Instituto Nacional de Estatística; Fonte: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23625/1/ICS_SAtalaia_VCunha_KWall_SMarinho_VRamos_Como_ASITEN.pdf

O fogo

Tendo em conta que os objectivos a que nos propomos partem essencialmente de um conjunto de premissas teóricas acerca da configuração da habitação colectiva, a concepção deste projecto começou pela definição, em abstracto, de um fogo-tipo que respondesse ao desafio lançado. Assim, sem consideração pela localização e pela implantação do edifício, começou-se por um projecto de fogo ancorado em princípios estudados e propostos por autores como os que foram previamente anunciados.

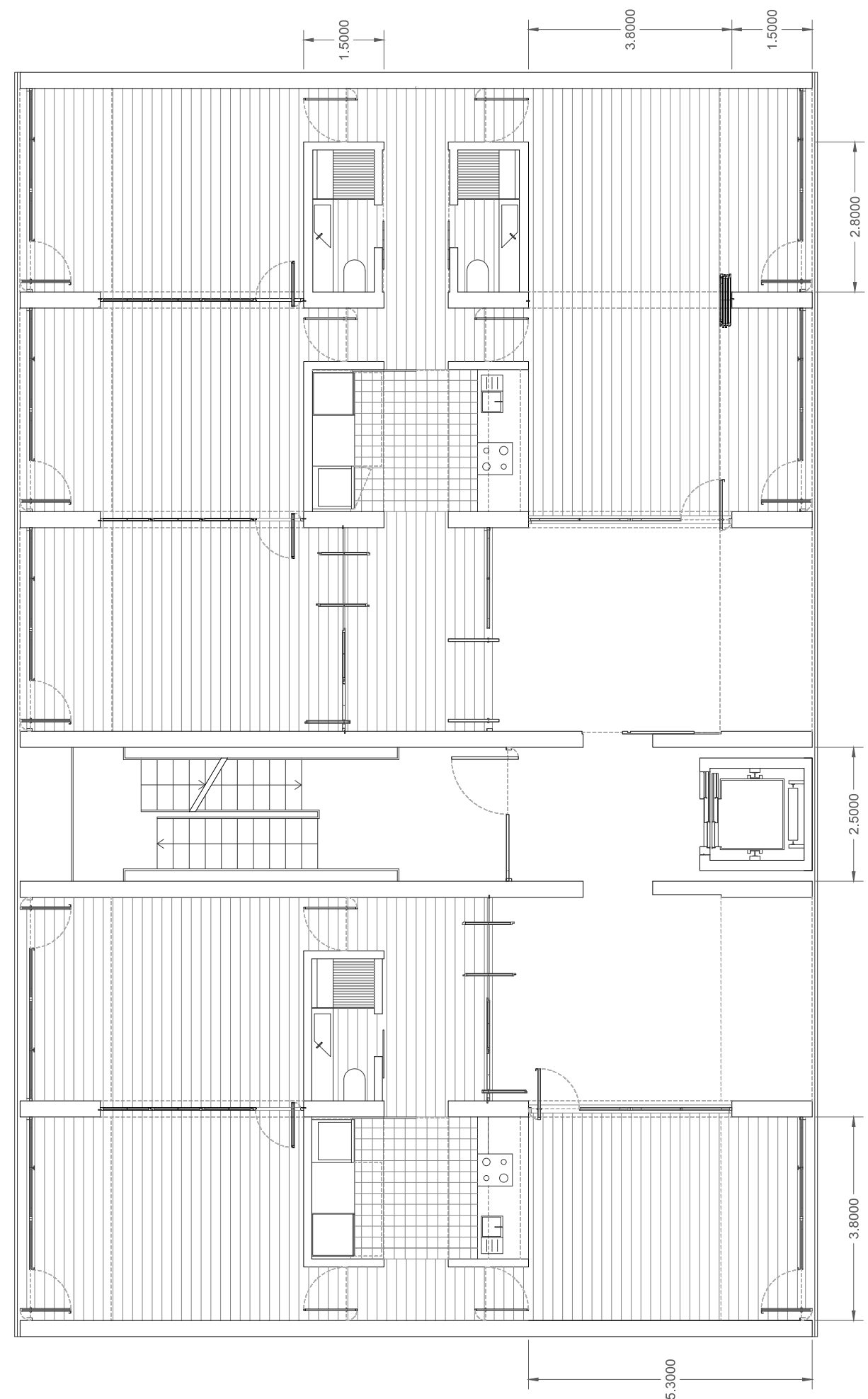
Naturalmente, a questão primordial a que se procurou responder incide, nos mais variados autores, sobre o tema da partição dos espaços da habitação, ou seja, sobre a maior ou menor flexibilidade e adaptabilidade na concepção da distribuição dos espaços domésticos, como meio para quebrar a rigidez funcional observada nos modelos contemporâneos. Pareceu, por essa razão, pertinente, que os estudos comesçassem ao nível da planta.

Fig. 43. Planta dos fogos tipo. Em evidência, os módulos técnicos e os módulos sala; escala 1:100 (medidas em metros);

Concepção espacial ao nível da planta

Em primeiro lugar, foi definido um módulo espacial e estrutural de cerca de 5 metros por 3.8 (19m²), ao qual chamaremos aqui "módulo de sala". A partir da repetição e articulação deste primeiro módulo de sala, são criados os fogos-tipo: os pequenos contam com quatro e os grandes com seis módulos. Estes módulos dizem respeito, portanto, às divisões do fogo colocadas nas fachadas do edifício, de ambos os lados. Foi criado, então, um espaço de circulação interno, que permite o acesso a cada um dos módulos de sala. Servidos por este eixo interno do fogo são também os módulos criados para servir as zonas da casa que necessitem de infra-estruturas como abastecimento de água, gás, descargas de esgoto ou ventilação, ou seja, espaços de confecção e higiene, aos quais chamaremos "módulos técnicos". O módulo que responde a esta necessidade, de cerca de 1.5m por 2.8m, é então aproveitado para criar as zonas de casa-de-banho e de cozinha.

Cada módulo de sala, disposto junto à fachada, é separado do próximo por uma parede de 1.5m de comprimento – em betão e desempenhando funções estruturais – e por uma parede composta por quatro painéis pivotantes de madeira – os



quais podem, a qualquer momento, ser deslizados e arrumados, paralelamente, junto à parede de betão - deixando em aberto a possibilidade de agregação ou isolamento dos espaços. Importa deixar claro que este conjunto de painéis foi concebido de modo a maximizar o isolamento acústico de cada um dos espaços, nos casos em que se pretenda uma utilização compartimentada.

Esta parede composta por painéis de madeira tem exactamente o mesmo comprimento que a largura de cada módulo de sala, ou seja, 3.8m, que é também a medida de cada vão para o exterior. No interior do fogo, definindo o eixo central de circulação, encontramos, alinhados com as paredes estruturais da fachada, conjuntos de paredes infra-estruturais, também de 1.5m. Significa isto que no interior do fogo existem paredes infra-estruturais às quais são agregados os módulos técnicos. Consideramos que a articulação, no eixo central de circulação, de dois módulos técnicos poderá produzir um espaço de cozinha de cerca de 4m por 2.65, ou seja, cerca de 10m². As paredes que envolvem o módulo técnico são construídas em alvenaria de 15cm, podendo ser alteradas sem prejuízo da estrutura do edifício. Assim, esta cozinha poderá ser aberta sobre um dos módulos de sala, criando uma ampla zona social em kitchenette, se for essa a intenção

do residente. Optamos, no projecto, por partir do princípio que assim seja, desenhando estas zonas de cozinha em proximidade com um dos módulos de sala.

À luz dos exemplos estudados e apresentados neste documento, podemos considerar que a opção tomada aborda, sobretudo, o princípio da flexibilidade passiva, entendida em autores como Hertzberger, como adaptabilidade, polivalência ou desierarquização. Ou seja, este módulo de sala tanto pode ser consignado à função de zona de descanso, de trabalho, como social e de convívio, sendo repetido e combinado numa lógica oposta à hierarquização do fogo contemporâneo. Segue-se, assim, a recomendação de Hertzberger que, tal como transcrito previamente, afirma que "a única abordagem construtiva a um contexto de mudança é uma forma que se afirme estática e simultaneamente polivalente. Procure-se, então, a forma arquitectónica baseada na partição que possa ser adaptada aos mais diversos usos, sem necessidade de passar por alterações estruturantes, dentro da qual a mínima flexibilidade possa produzir a solução apropriada" (Hertzberger 2005:146,147). Esta mínima flexibilidade é aqui oferecida pelos painéis pivotantes, através dos quais é possível combinar ou isolar espaços. Se partíssemos da perspectiva de Habraken no seu sistema *Supports*,

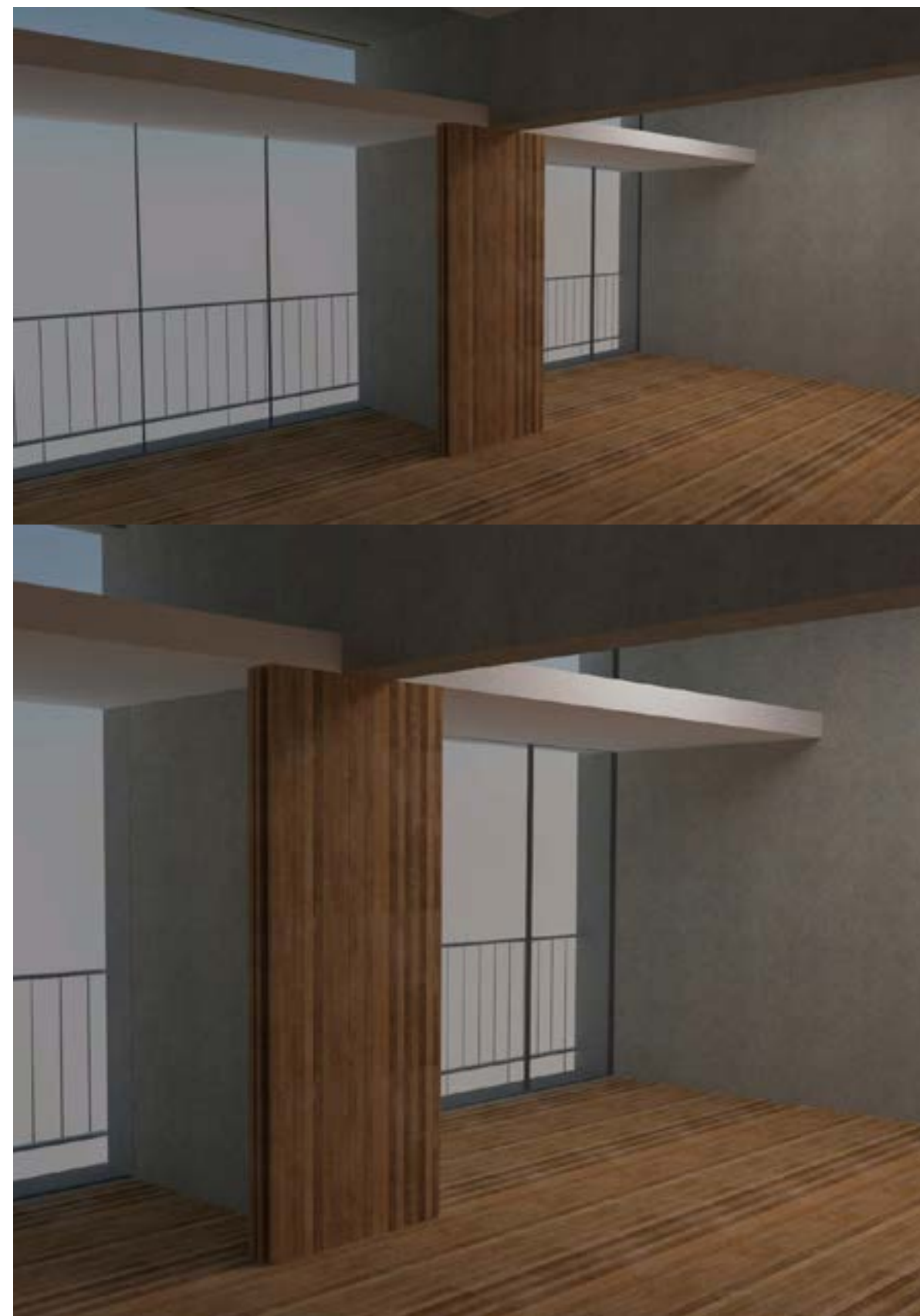


Fig. 44. Modelo 3D evidenciando a possibilidade de agregação de dois módulos de sala, deslizando e arrumando os painéis debaixo das palas;

82

diríamos que as paredes estruturais e infra-estruturais, combinadas com as lajes do fogo constituem um suporte, na medida em que a sua configuração é estática e inviolável, sem comprometer a estabilidade do edifício, cabendo ao arquitecto a decisão sobre ele. Embora não tenha sido concebido nenhum “menú” de unidades separáveis, além dos painéis pivotantes, como proposto por Habraken, essas unidades existirão em todo o caso, estando representadas no mobiliário que cada residente ou grupo de residentes optar por usar para “recheiar” o apartamento. Consideramos que, ao esquema de Habraken, este projecto acrescenta uma matiz – os módulos técnicos aqui propostos não são suporte, pois a sua alteração não compromete a estabilidade do edifício; mas também não são unidades separáveis, já que não são objecto de flexibilidade activa e não podem ser livremente implantados em qualquer zona do fogo, necessitando de ser agregados às paredes infra-estruturais. São, assim, um meio termo.

Existe um outro aspecto a respeito da partição dos espaços, em planta, que merece alguma atenção. A variedade de formas que toma o habitar, de que falava Nuno Portas (Portas 1968:126), na transcrição previamente feita, acerca da excessiva prescrição a que assistimos na habitação contemporânea, deve ser tida

em conta a todos os níveis. Contudo, são poucas as experiências de habitação colectiva que, ao assumirem como central a polivalência e adaptabilidade do espaço, de modo a darem abertura às mais variadas interpretações, têm em conta que um espaço exterior possa equivaler, em área e em qualidade, a qualquer outro e desempenhar semelhantes funções espaciais – sociabilidade, convívio, recepção, descanso, etc. Assim, e seguindo a lógica de disrupção da hierarquia do fogo contemporâneo, este fogo-tipo propõe uma zona exterior com a configuração do módulo de sala e com acesso ao eixo central de circulação do fogo. Este espaço poderá, tal como os restantes, cumprir as mais variadas funções e ser apropriado de variadas formas, especialmente se tivermos em conta que o edifício se destina à cidade de Lisboa, onde as condições climáticas tornam possível uma temperatura relativamente confortável durante um período significativo do ano. Se é verdade que existe o risco destes espaços exteriores serem tornados interiores, acrescentando janelas, igualmente verdade será que a forma como a fachada é composta (sobre o qual falaremos adiante), fará com que essa alteração não seja disruptiva para a imagem global do edifício, na medida em que o encerramento desse módulo apenas o tornará idêntico aos demais. São diversas as experiências a que nos podemos

remeter, neste âmbito. Destacamos duas: o Edifício Louveira (INSERIR PLANTA), em São Paulo, projectado por Villanova-Artigas e onde, adjacente à zona de sala, existe um terraço de área e profundidade consideráveis; e os blocos habitacionais da Avenida Estados Unidos da América (no troço entre a Av. Rio de Janeiro e a Av. Gago Coutinho), em Lisboa, desenhados pelos arquitectos Manuel Laginha, Vasconcelos Esteves e Pedro Cid, onde as salas dos fogos contam com um terraço de cerca de 3.5m de profundidade.

Ao nível da planta do fogo, a materialidade proposta é a seguinte: soalho de pinho para a generalidade do pavimento; mosaico hidráulico nas casas de banho e cozinhas; micro-cimento para os módulos de sala exteriores.

Concepção espacial ao nível do alçado/corte

Diz-nos Maccreanor, que um dos factores que mais contribui para a capacidade dos espaços de um edifício se adaptarem a diferentes usos no futuro, será o sobredimensionamento, a vários níveis. Nas suas palavras: “O sobredimensionamento de pés-direitos, espaços de circulação (...) podem potenciar a pers-

83

pectiva de futura adaptabilidade”¹ (Maccreanor 2008 in a+t 12). É neste sentido que, no projecto do fogo-tipo que aqui propomos, o pé-direito global é de 3.15m, claramente superior ao habitualmente praticado na produção de habitação colectiva dos nossos dias. (INSERIR CORTES INTERNOS DO FOGO) Contudo, os módulos técnicos descritos previamente, tomam, como é possível observar pelos cortes, a configuração de “caixas”, dispostas junto às paredes infra-estruturais, contando com a sua própria cobertura, na qual devem ser instalados sistemas de iluminação dessa área, seja no caso da cozinha ou da casa de banho. O pé direito interno destes módulos técnicos é portanto de 2.3m o que, sendo a sua cobertura de 15cm, resulta numa distância de 70cm entre a cobertura do módulo e o tecto do fogo, à cota 3.15m. colocados sobre os módulos técnicos e separando este eixo central dos módulos de sala, estão planos de vidro, que se juntam às portas de acesso às diferentes divisões, as quais têm a altura total do fogo (3.15m).

Projectadas para a mesma altura que as coberturas dos módulos técnicos

¹ *The overdimensioning of ceiling heights, circulation space, mechanical services and the exceedance of present energy requirements can encourage the prospect of future adaptability.*

estão as palas de ambas as fachadas do fogo, com diversas valências; a saber: i) sombreamento e projecção de luz natural no sentido da profundidade do fogo; ii) integração de sistema de iluminação artificial; iii) integração de calhas superiores para colocação de cortinas; ii) permitem arrumação, debaixo de si, dos painéis pivotantes de madeira que separam os módulos de sala, quando deslizados e agregados paralelamente. Significa, isto, que as janelas, partindo do chão, são interrompidas por esta pala e recomeçam novamente acima dela. As janelas, por sua vez, são pivotantes e têm dimensões idênticas às dos painéis de madeira, não sendo, contudo, deslizantes. Junto às janelas, existe uma guarda que, veremos adiante, marcará o sentido de horizontalidade do edifício.

Toda esta concepção diferenciada dos pés direitos tem como objectivo dar a entender, ao utilizador do espaço, que a amplitude e profundidade do fogo é bem maior do que é habitualmente dado a entender quando nos encontramos dentro de um quarto ou sala. Com efeito, é possível a quem esteja dentro de um quarto a noção de prolongamento do tecto bem para lá dos limites do módulo de sala, passando por cima das coberturas dos módulos técnicos até à divisão oposta, pela introdução dos planos de vidro. Acreditamos que este aspecto

confere honestidade ao projecto de fogo e ao propósito a que se propõe, na medida em que, se é um fogo flexível e adaptável, a distinção entre aquilo que é suporte, na visão de Habraken, e aquilo que não o é, deve ser tão evidente quanto possível. Com efeito, procura-se aqui produzir uma linguagem plástica que evidencie o carácter adaptável do fogo, mesmo quando o fogo está ocupado, mobilado e apropriado pelos seus residentes. Quer isto dizer que não bastou, na concepção do projecto, que ele se mostrasse adaptável na sua configuração inicial, ou seja, antes da apropriação pelos residentes; mas que, mesmo quando a cada divisão estiver atribuída a sua natureza funcional, ele continuará a sugerir que está aberto a outras interpretações, que tudo o que não seja suporte – ou seja, paredes estruturais, infra-estruturais, chão e tecto – é mutável e é relativo. Esta noção de amplitude do espaço, não comprometida pela partição existente, está também culturalmente ancorada no conceito de loft e no imaginário que nos desperta, uma ideia de habitação que tem origem, de acordo com Sandra Marques Pereira, na reabilitação de espaços industriais “em bruto” para serem transformados em casas e estúdios artísticos. Quer isto dizer que a própria linguagem do loft, a sua plasticidade como apropriação individual, criativa e identitária a partir de uma estrutura ampla, em bruto, desperta esse

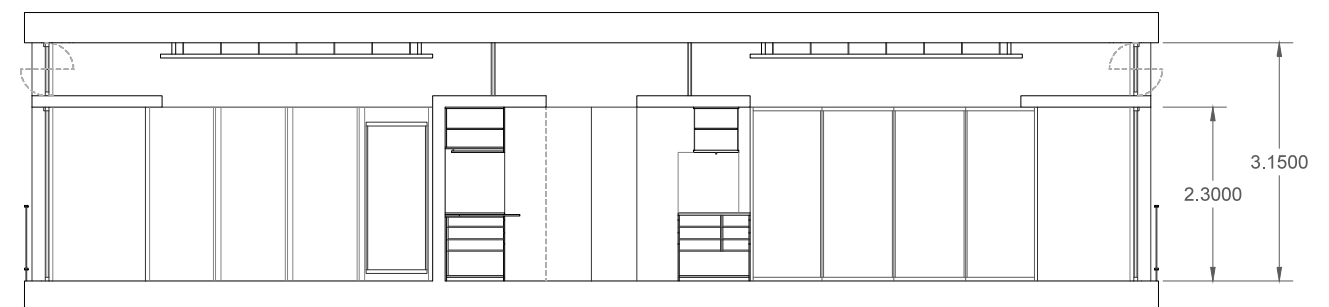
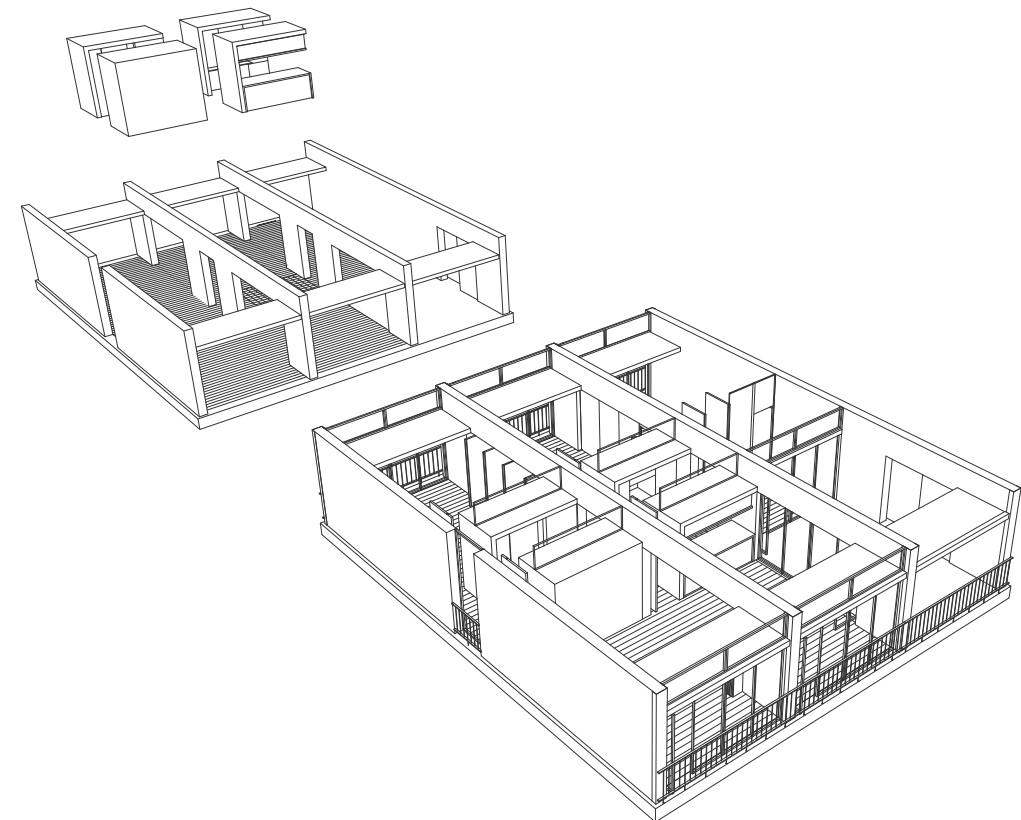


Fig. 45. Perspectivas sobre a composição do fogo-tipo grande;
Figs. 46 e 47. Cortes através do fogo; pelo interior dos módulos técnicos e atravessando as fachadas, respectivamente; escala 1:100;

imaginário, mostrando-se disponível para ser moldado à nossa imagem. Vejamos as palavras de SMP a este respeito: (Pereira 2016:108)

Originalmente, o loft é uma solução de recurso dos artistas residentes em Nova Iorque, cujas primeiras experiências remontam aos anos 30, mas que ganha especial visibilidade na década de 60 como consequência da emergente valorização da arte (Zukin 1989). A aquisição “em bruto” de um armazém industrial desactivado revelava-se uma solução barata que permitia a conjugação da habitação e do espaço de trabalho. Acresce que a sua reabilitação, por parte do próprio, permitia ainda utilizar a casa como espaço de ensaio de uma criatividade pessoal, potenciando uma maior profusão no quotidiano das idiossincrasias do seu autor e da sua própria individualidade. Esta dicotomia trabalho/lazer perde o sentido, porquanto o que está em jogo é a celebração do indivíduo, uma espécie de “self reunificado” por um fio condutor único – a realização pessoal pela arte. É o próprio fenómeno de valorização social da arte, e de tudo o que ela pressupõe, que faz dos lofts, já na década de 70, um “modo de habitar” almejado por alguns membros das classes médias e médias-altas/altas. A partir daí, o “loftliving” deixa de ser um modo de

habitar alternativo e torna-se um segmento muitíssimo relevante no mercado imobiliário, em especial na América do Norte, o que suscitou o interesse de inúmeros investigadores.

A respeito da materialidade dos fogos ao nível dos alçados, a proposta é a seguinte. O suporte, ou seja, o conjunto das paredes estruturais e infraestruturais e o tecto, deverá ser revestido a micro-cimento de cor cinza. Por outro lado, as “caixas” correspondentes aos módulos técnicos deverão ser revestidas a reboco branco, de forma a distinguir claramente a potencial efemeridade dos módulos técnicos, por oposição à perenidade representada no suporte. Os painéis pivotantes e deslizantes, por sua vez, como referido previamente, contam com isolamento acústico no interior e revestimento de madeira de pinho. As caixilharias deverão ser em aço com acabamento esmalte forja preto mate e a pala que interrompe o vão de todos os módulos de sala deverá ser, também, revestida a reboco branco.



Fig. 48. Modelo 3D evidenciando a perspectiva sobre a profundidade do fogo, a partir do módulo de sala;



Fig. 48. Perspectiva interior do fogo tipo grande, em secção longitudinal;



Fig. 50. Perspectiva exterior nocturna de fogos-tipo pequenos e diversas apropriações de espaços idênticos;

A agregação

A estratégia de agregação dos fogos-tipo passa pela tradicional lógica de “esquerdo” e “direito”. Contudo, à semelhança de vários exemplos de edifícios de apartamentos dúplex, conta com um núcleo de escadas exterior, de forma a tornar possível e natural que, como evidenciado pela planta, a entrada no fogo seja feita pelo módulo de sala designado como exterior, criando aquilo que poderá ser um novo grau de privacidade dos residentes. Ao criar uma zona de entrada que é distinta do resto do fogo, por ser exterior, a partir da qual se acede ao resto da casa, estamos a criar uma espécie de *frontyard*, à semelhança do espaço ajardinado entre o portão e a porta de uma moradia, ou um terraço espaçoso, à semelhança das largas varandas de muitos edifícios de modelo gaioleiro. Simultaneamente, esta zona exterior torna possível que o acesso ao interior do fogo seja feito, não só a partir do eixo central de circulação como pelo vão de acesso ao módulo de sala interior que lhe é adjacente. Nos edifícios que dispõem de fachadas principais orientadas a Noroeste e Sudeste, optou-se por colocar a entrada do fogo, ou seja, o terraço, na fachada a Sudeste, beneficiando, não só de melhor exposição solar, como da vista para o Castelo de São Jorge.

Os edifícios em que a lógica relativa ao fogo-tipo é seguida são os designados A1 e B1, sendo criadas exceções para os fogos dos edifícios A2 e B2. Nos edifícios A2 e B2, a entrada no fogo é feita pelo eixo central de circulação, o qual serve apenas uma fila de módulos de sala, junto à fachada principal. No caso de A2, existe apenas um fogo por piso; no caso de B2 é mantida a lógica de “esquerdo” e “direito”. Em B2, o fogo esquerdo, ou seja, na zona em que o bloco é adjacente a um edifício preexistente da Rua de São Lázaro, duas pequenas divisões de cerca de 10m² são criadas, a acrescentar aos três módulos de sala.



Fig. 51. Planta do piso tipo dos edifícios;

Os edifícios

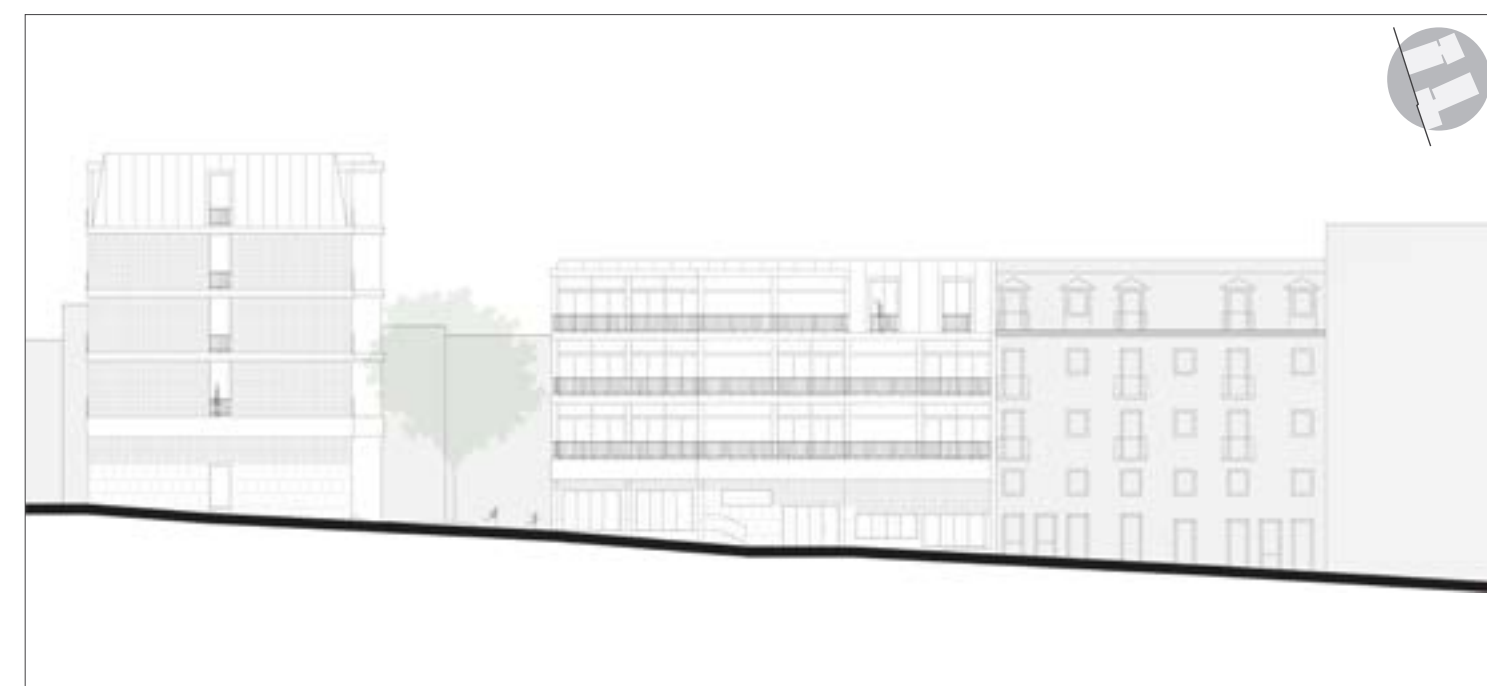
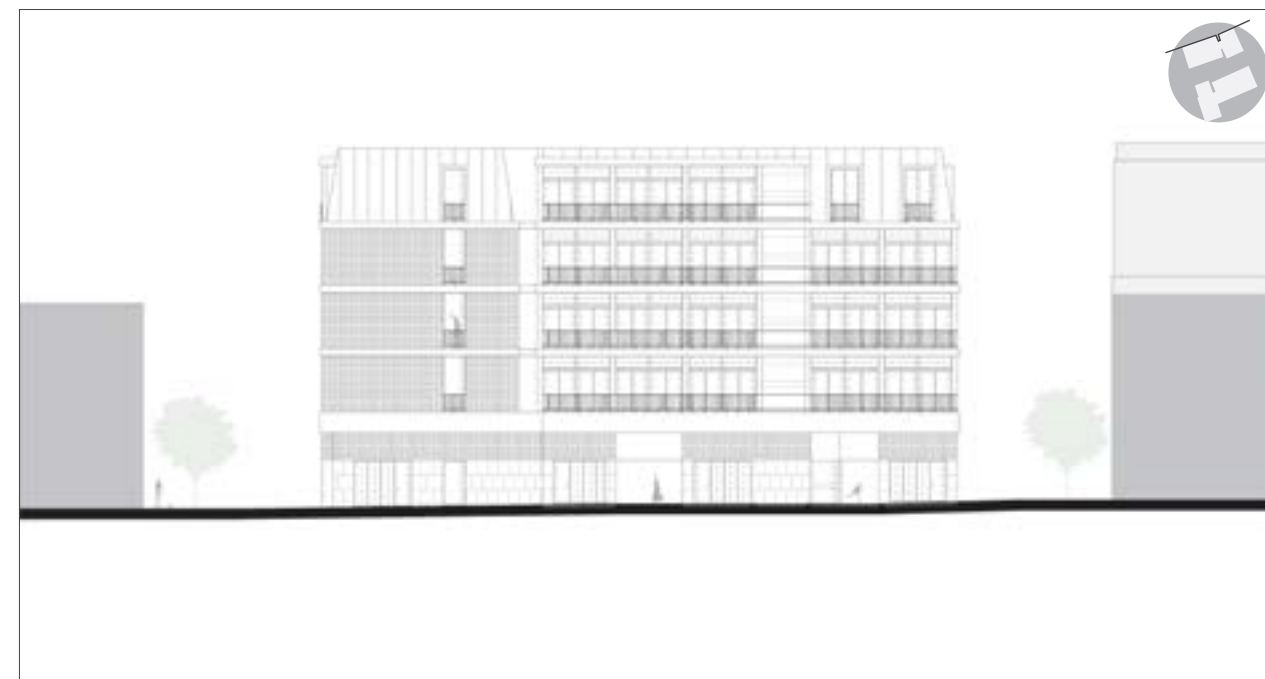
A respeito da composição das fachadas dos edifícios, optou-se por privilegiar as linhas horizontais do edifício. Assim, as lajes de cada piso do edifício tornam-se salientes e ganham expressão na fachada. No mesmo sentido, as guardas de aço (com acabamento de esmalte forje preto, mate) são prolongadas ininterruptamente pelas fachadas, inclusive passando à frente das paredes estruturais. As lajes salientes têm a materialidade de betão aparente, sendo revestidas a microcimento; os troços exteriores das paredes estruturais, bem como a caixa-lharia das janelas, são revestidas a metal com o mesmo tratamento que a guarda; os topos dos edifícios são, entre lajes, revestidos por azulejo de cor cinza.

De forma a promover uma melhor integração dos blocos no contexto em que se inserem e criar um toque mais sensível entre estes e os edifícios limítrofes, optou-se por dar uma expressão plástica diferente aos pisos cimeiros, em certas zonas dos edifícios. Estes casos são, assim, trabalhados enquanto águas furçadas, em que o pé direito desses fogos é mais baixo e as paredes exteriores são esconsas. Além deste aspecto, importa referir que o pé direito definido para os fogos, 3.15m, parte da intenção de dar

seguimento aos pés direitos do edifício adjacente a B2, na Rua de São Lázaro.

Nos casos em que as paredes laterais dos fogos coincidem localizar-se na fachada, de que são exemplos os topos dos edifícios A1 e B1, na Rua de São Lázaro e Rua do Saco, respectivamente, opta-se por rasgar um vão de sacada da largura do eixo central de circulação dos fogos.

Nos pontos de inflexão, nomeadamente entre A1 e A2 e entre B1 e B2, opta-se por preencher o piso térreo, deixando o espaço respectivo vazio nos pisos superiores, como uma espécie de saguão de iluminação e ventilação dos acessos comuns dos edifícios.



Figs. 52 e 53. Alçados Norte e Oeste, respectivamente;

A implantação

Como enunciado previamente, procurou-se que o jardim criado entre os blocos A e B fosse permeável ao jardim do Largo do Mastro, permitindo que ele se afirmasse como uma continuação do preexistente e agora prolongado jardim do largo. Assim, o piso térreo é vazado, a toda a profundidade do bloco A, em dois pontos distintos (num deles é feita também a entrada para o edifício A1), de forma a dar continuidade ao eixo central do Largo do Mastro. No piso térreo do edifício B2, optou-se por recuar a parede do edifício, dando mais amplitude ao estreito passeio da rua e orientando os transeuntes para o jardim no interior do lote. A reconfiguração do Largo do Mastro propõe ainda, além do seu prolongamento em direcção ao bloco A, que sejam retiradas as sebes e que o espaço verde se torne acessível. A via automóvel eliminada, junto ao lote, é substituída por uma via colocada na zona Norte do Largo, para que seja possível contornar o largo e descer a Rua de São Lázaro. Propõe-se, ainda, que o trânsito seja alterado na Rua do Saco e na Rua de São Lázaro, na zona adjacente ao quarteirão do projecto. Assim, o projecto contempla que o trânsito da Rua de São Lázaro seja orientado, nesse troço, exclusivamente, Norte-Sul e

que, pelo contrário, o trânsito da Rua do Saco seja orientado, exclusivamente, Sul-Norte.

Os pisos térreos dos edifícios são dedicados a estabelecimentos comerciais, de restauração ou a escritórios e ateliers. Nestes casos, o suporte do edifício, criado para os fogos, aplica-se, tornando possível a todos os estabelecimentos aceder às infra-estruturas comuns do edifício, como descargas de esgoto, ventilação e abastecimento de água e gás. Parte-se do princípio, na concepção destes espaços, que aquele que se situa no cruzamento do Largo do Mastro com a Rua do Saco seja dedicado a restauração; que os restantes orientados para o Largo e para a rua de São Lázaro sejam dedicados a comércio e que os que dispõem de entrada a partir do jardim sejam potenciais escritórios ou ateliers. O piso térreo do topo do edifício B1, junto à Rua do Saco, funcionará como entrada para os pisos de estacionamento.

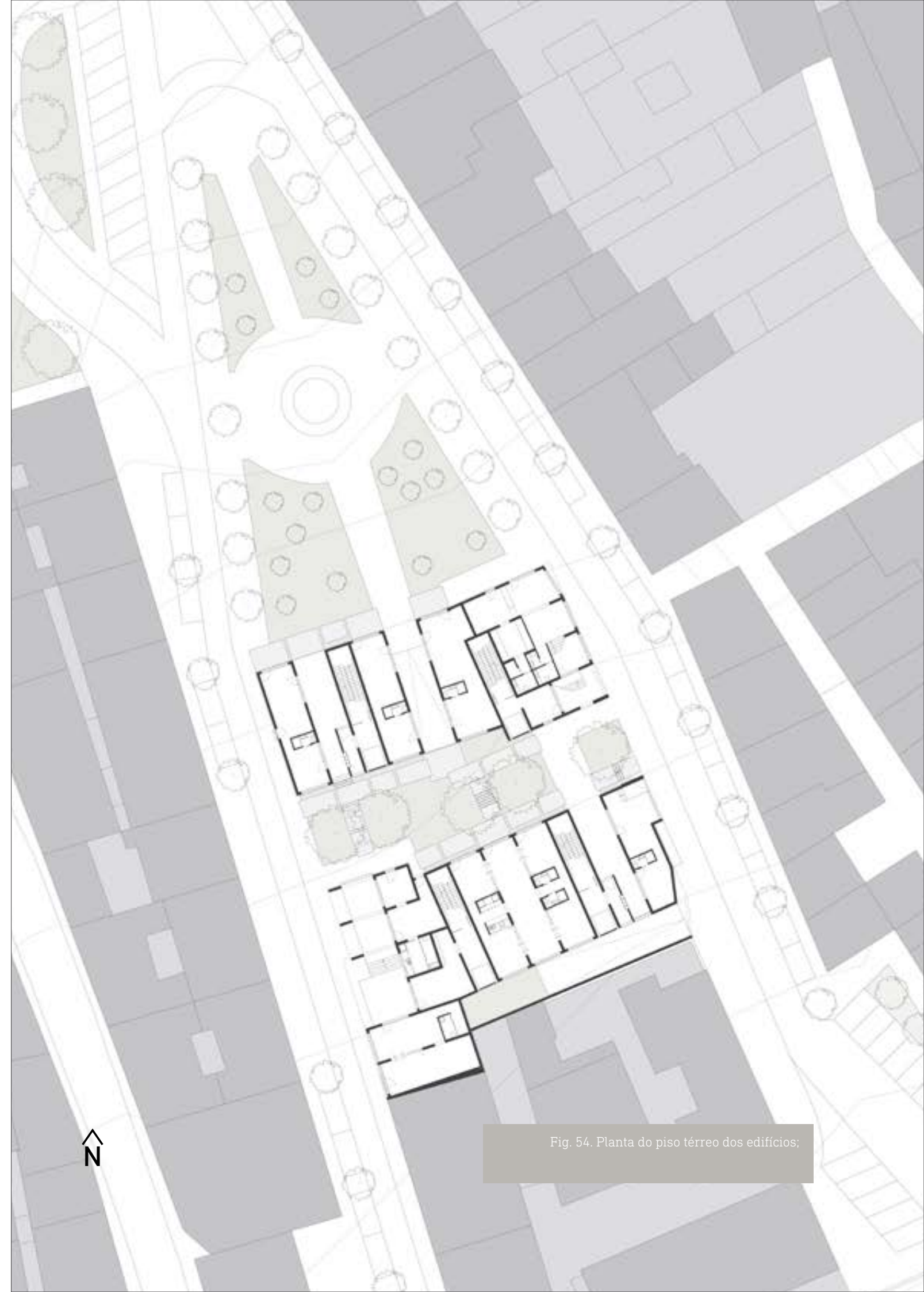


Fig. 54. Planta do piso térreo dos edifícios;



Fig. 55. Perspectiva exterior - Largo do Mastro



Fig. 56. Perspectiva exterior - Rua de São Lázaro



Figs. 57 e 58. Perspectivas exteriores - Rua de São Lázaro

Considerações finais

O projecto que aqui é descrito procurou dar uma resposta à rigidez funcional praticada hoje em dia, seguindo premissas e observando propostas de diversos autores e teóricos que, ao longo do tempo, se debruçaram sobre os mesmos assuntos. A tarefa, contudo, não é simples e parece contraditória em si mesma. Se a caracterização de um edifício de acordo com critérios e objectivos espaciais é aquilo que o torna uma obra de arquitectura (a estrutura neutra de que fala Hertzberger não o é, pois coíbe-se de dar respostas adequadas aos seus utilizadores), e se a caracterização a que nos habituámos, dominante ainda hoje, como herança do Movimento Moderno, é a caracterização pela função rígida e homogénea que subestima a diversidade entre os seres humanos, como encontrar um critério de caracterização da habitação que ofereça a melhor resposta aos imprevisíveis habitantes sem presumir demasiado sobre as suas vidas?

A escolha que fazemos é muito clara, a esse respeito: se o fogo não é caracterizado pela sua função, ele deve ser caracterizado pelas suas valências, pela sua abertura – e isto não significa só uma partição espacial e circulações ambíguas, polivalentes ou flexíveis; isto significa

que a própria expressão material e plástica do fogo deve mostrar, a todos os momentos, que está disponível a acomodar vidas diferentes. Mas esta é uma relação mútua – o fogo só expressará essa valência se o habitante a souber compreender e interpretar, ao habitar o espaço. O que equivale a dizer que o fogo comunica algo se o arquitecto o projectar, por assim dizer, numa língua que o habitante compreenda. Essa é a razão pela qual, pese embora se possa restringir a prescrição implícita no fogo contemporâneo, não é possível prescindir do conhecimento sociológico e/ou antropológico sobre o habitar. É o conhecimento do tecido social, o estudo das realidades diversas que existem, daquilo em que diferem e daquilo que têm em comum, que permite ao arquitecto criar o espaço capaz de comunicar com todas elas da forma específica que escolheu. As escolhas que dizem respeito à materialidade, à escala, à própria luz, entre tantos outros, vão muito além do domínio do gosto ou de uma ideia de conforto matematicamente definido: integram-se num código cultural que desperta imaginários e que estabelece pontes e, por essa razão, não são, ao contrário da proposta do Movimento Moderno, reproduzíveis pelo globo afora, como um pronto-a-vestir da globalização.

Neste projecto, como em qualquer outro, as referências culturais são várias:

desde o loft previamente descrito, que desperta um imaginário de amplitude e versatilidade do espaço; ao espaço exterior do fogo que funciona como frontyard, ou como terraço de edifício gaioleiro; aos pisos cimeiros com referência nas mansardas oitocentistas da cidade de Lisboa.

O projecto que aqui se apresenta não procura, portanto, ser um produto universal ideal para qualquer família ou indivíduo, em qualquer parte, ao contrário da concepção mais imediatista que as palavras adaptabilidade, flexibilidade, polivalência ou ambiguidade funcional possam suscitar. Pelo contrário, ele está suportado numa investigação sobre o habitar de Lisboa dos últimos séculos, numa análise de casos de agregados, famílias e indivíduos existentes na cidade de Lisboa, nas críticas e contrapropostas nacionais e internacionais a um movimento e um estilo que teve como orientação a prescrição de soluções globais, e numa implantação que teve em conta a identidade específica do bairro e da cidade em que se insere.

Julga-se, portanto, que este projecto cumpre os seus objectivos, na medida em que resultou numa experiência de eliminação do primado da função como primeiro critério para a concepção do edifício de habitação colectiva, substituindo-o, por um lado, pelo

primado da mutação e reinterpretação do espaço, como forma de reconhecimento e atenção à diversidade da vida humana e, por outro, pela evocação de referências culturais que possibilitam que o espaço doméstico comunique, a todos os níveis, o seu propósito adaptável e flexível.

Bibliografia

ACCIAIUOLI, Margarida - *Casas com Escritos: Uma História da Habitação em Lisboa*; Bizâncio, Lisboa, 2015;

AGAREZ, Ricardo Costa - O Moderno Revisitado: Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950; Câmara Municipal de Lisboa, 2009;

ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges - *História da vida privada*, Porto, Afrontamento, , 1989.

COELHO, António, CABRITA, António - *Habitação evolutiva e adaptável*, Lisboa, LNEC, 2003.

CORTÉS ALCALÁ, Luis – *La Cuéestion Residencial: Bases para una Sociologia del Habitar*; Madrid: Editorial Fundamentos, 1995.

COSTA, João Pedro - *Bairro de Alvalade, Um Paradigma no Urbanismo Português*; Livros Horizonte e Faculdade de Arquitectura de Lisboa; Lisboa, 2006.

ELEB-VIDAL, Monique; CHATELET, Anne-Marie; MANDOUL, Thierry – *Penser l’Habité. Le Logement en Questions*; 2a Edição. Liège: Pierre Mardaga Éditeur, 1995.

FARIAS, Hugo - “RETHINKING CONTEMPORARY DWELLING: DESIGN

STRATEGIES FOR A NEW HOUSE”. Comunicação apresentada na Conferência Internacional ENHR 2015 LISBON – European Network of Housing Research, ISCTE, Lisboa, Junho de 2015.

FARIAS, Hugo - “Repensar a Habitação Contemporânea: Flexibilidade, adaptabilidade, ambiguidade funcional e desierarquização do espaço doméstico”, comunicação apresentada no 3º Colóquio de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design – Portugal Brasil – Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e Faculdade de Arquitectura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. Lisboa, Setembro de 2014.

FRENCH, Hilary - *Vivienda Paradigmática del Siglo XX* - Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2009.

GAUSA, Manuel. Housing – *Nuevas alternativas nuevos sistemas*, Barcelona, Actar, 1998.

HABRAKEN, N.J. - *El Diseño de Soportes* - Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1979.

HABRAKEN, N.J. - *Supports: An Alternative to Mass Housing*; The Architectural Press, Londres, 1972.

HERTZBERGER, Herman - *Lessons for Students of Architecture*; 010 Publishers, Roterdão, 2005.

GUERRA, Isabel; MOURA, Dulce; PEREIRA, Sandra Marques– *Novas Necessidades de Habitação: Alterações Sócio-Demográficas e Oferta Habitacional*; [texto policopiado] Relatório Final. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais – ISCTE, 2004

MACCREANOR, Gerard - “Adaptability”, in a+t – Housing and Flexibility I, n.º12, 1998.

MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere - *Casa Collage: Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*; Barcelona: Gustavo Gili S.A., 2001.

OLIVEIRA, Francisco Carlos Almeida do Nascimento e – *Os Novos Lugares do Habitar e as Formas de Apropriação Contemporâneas*. Tese de Mestrado em Lisboa: Faculdade de Arquitectura, 2001.

PAIVA, Alexandra - *Habitação Flexível: análise de conceitos e soluções*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002. Tese de Mestrado.

PEREIRA, Sandra Marques – «Presupostos ideológicos da casa actual», in Cidades Comunidades e Território, nº8, Centro de Estudos Territoriais ISCTE, Lisboa, Junho 2004.

PEREIRA, Sandra Marques – «Cenários do Quotidiano Doméstico: Modos de

Habitar». In História da Vida Privada em Portugal. Os Nossos Dias. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2011. pp.16-48

PEREIRA, Sandra Marques – *Visite o Andar Modelo. 30 Anos de Publicidade de Imobiliário*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014.

PEREIRA, Sandra Marques – *Casa e Mudança Social. Uma Leitura das Transformações da Sociedade Portuguesa a partir da Casa*; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2016.

PORTAS, Nuno - «Desenho e Apropriação do Espaço em Habitação» - *in* Arquitectura : revista de arte e construção. - Nº 103 (Maio-Jun. 1968). - p. 124-128;

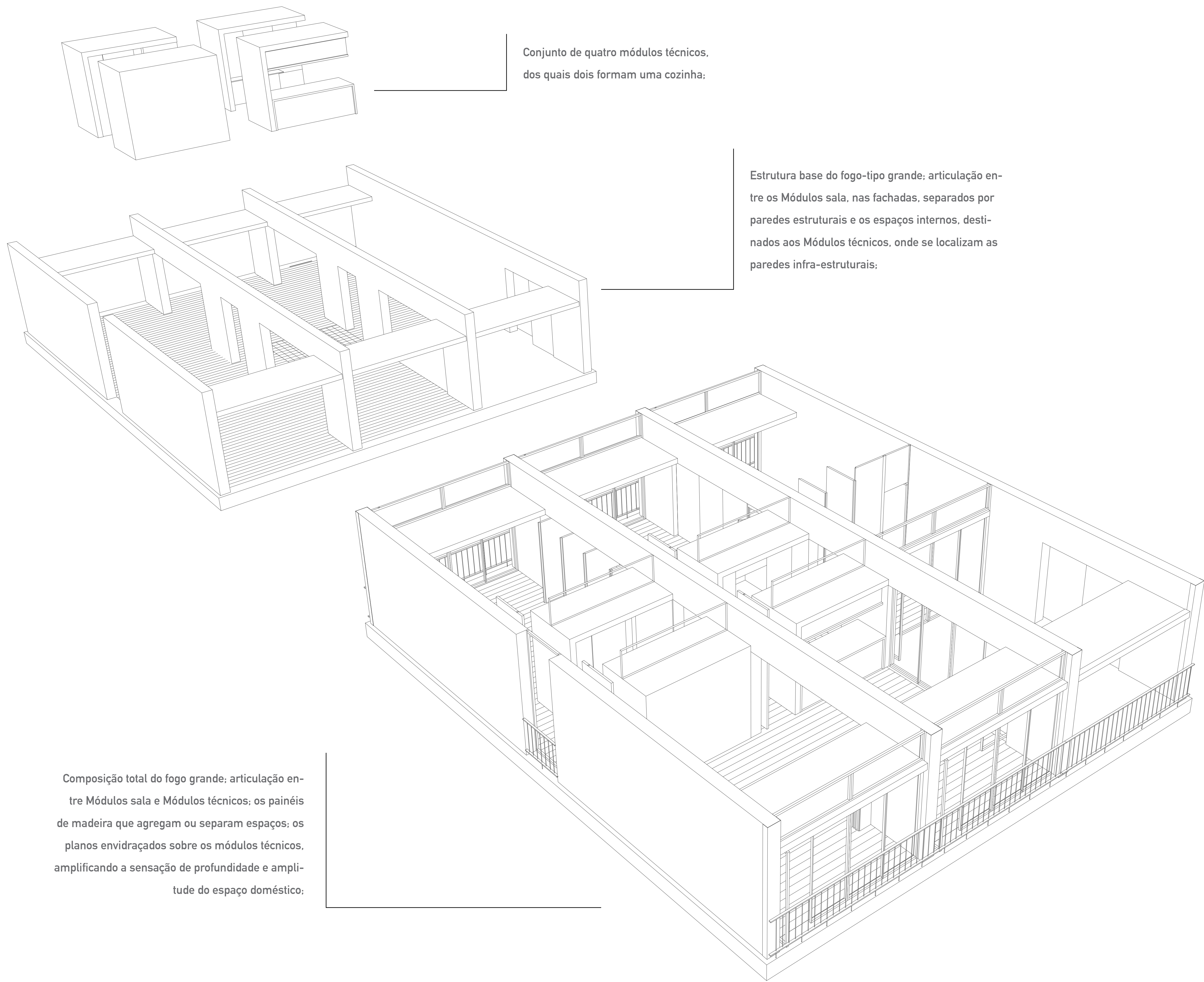
SILVA, André Barreiros Correia da - *A Organização interna da casa*, Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura; Lisboa: Faculdade de Arquitectura, 2013.



Localização do Largo do Mastro - Entre os principais eixos do centro da cidade - Avenida da Liberdade e a Avenida Almirante Reis



Planta de Implantação, escala 1:1000



Composição total do fogo grande; articulação entre Módulos sala e Módulos técnicos; os painéis de madeira que agregam ou separam espaços; os planos envidraçados sobre os módulos técnicos, amplificando a sensação de profundidade e amplitude do espaço doméstico;

Estrutura base do fogo-tipo grande; articulação entre os Módulos sala, nas fachadas, separados por paredes estruturais e os espaços internos, destinados aos Módulos técnicos, onde se localizam as paredes infra-estruturais;

Conjunto de quatro módulos técnicos, dos quais dois formam uma cozinha;

Perspectivas do Fogo-tipo grande.



Área do Módulo Sala = 20 m²
Área do Módulo Técnico = 4,2 m²
Área da cozinha (2 módulos técnicos + espaço adjacente) = 11,8 m²
Área do Fogo-tipo grande = 177 m²
Área do Fogo-tipo pequeno = 116 m²



Fogo-tipo pequeno enquanto habitação de pessoa em situação de monoresidência: dois dos módulos de sala são unidos, de forma a criar uma zona social mais ampla.



Fogo-tipo grande enquanto habitação de duas pessoas monoresidentes e um casal: dois módulos agregados para criar situação de privatização conjugal.



Fogo-tipo pequeno enquanto habitação de família nuclear composta por um casal e um filho ou filha.



Fogo-tipo grande enquanto habitação e espaço de trabalho (eventualmente colectivo) de um indivíduo em situação de monoresidência. Módulo exterior transferido para a fachada oposta, de forma a dar mais privacidade à zona habitacional da casa, em relação à profissional.



Fogo-tipo pequeno enquanto habitação de duas pessoas em situação de monoresidência: módulo exterior utilizado como espaço de estar.



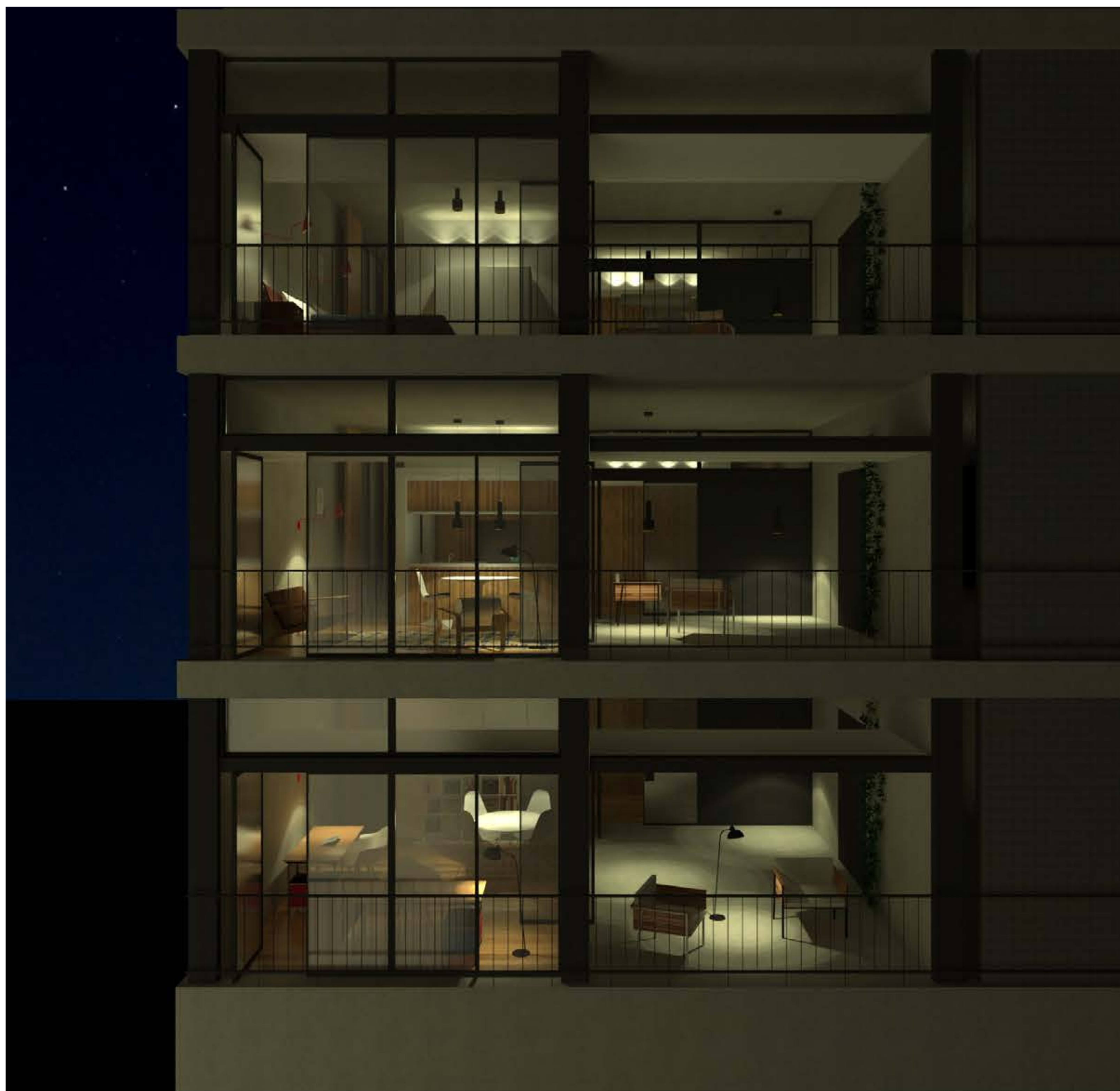
Fogo-tipo grande enquanto habitação de quatro pessoas monoresidentes: espaço de entrada no interior do fogo é acoplado ao módulo de sala adjacente de forma a criar uma zona social mais ampla.



Fogo-tipo pequeno enquanto habitação de um casal: abertura total dos módulos de cozinha e dos módulos sala - todas as divisões se tornam uma só.



Fogo-tipo grande enquanto habitação de uma família nuclear: espaço de entrada no interior do fogo é acoplado ao módulo de sala adjacente de forma a criar uma zona social mais ampla.



Perspectiva interior
fogo-tipo grande, em secção longitudinal:

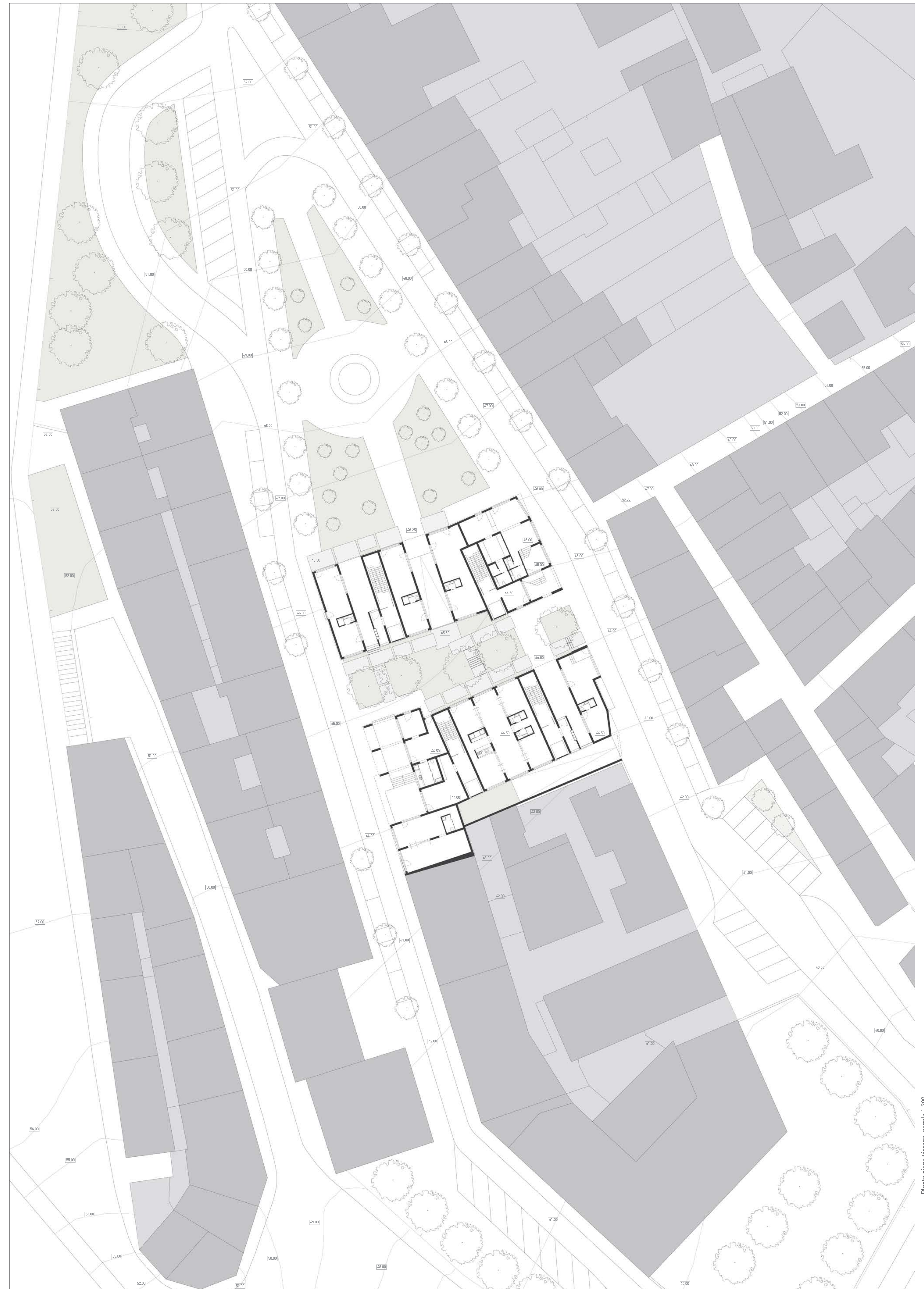
Perspectiva interior
fogo-tipo grande, a partir da cozinha:



Perspectiva exterior nocturna
fogos-tipo pequenos e diversas apropriações de espaços semelhantes:

Aluno: Ricardo Gouveia de Almeida, 20111354
Orientador: Professor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Projecto Final de Mestrado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa



Planta pisos térreos escala 1:200

3/11

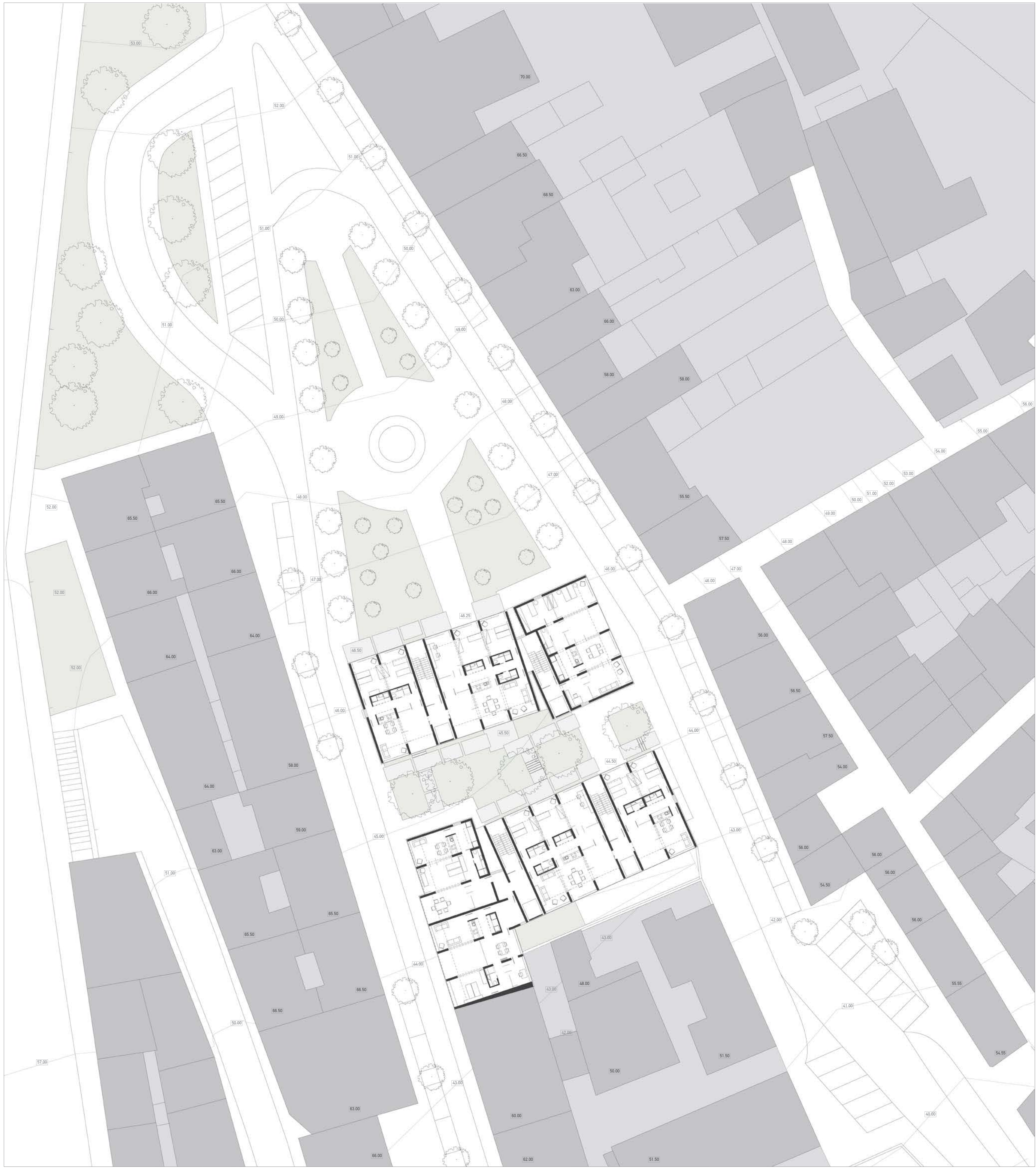
HABITAÇÃO COLECTIVA PARA
UM HABITAR IMPREVISÍVEL
SUPERAÇÃO DA RIGIDEZ FUNCIONAL
NUM CONJUNTO HABITACIONAL
NO LARGO DO MASTRO

4/11

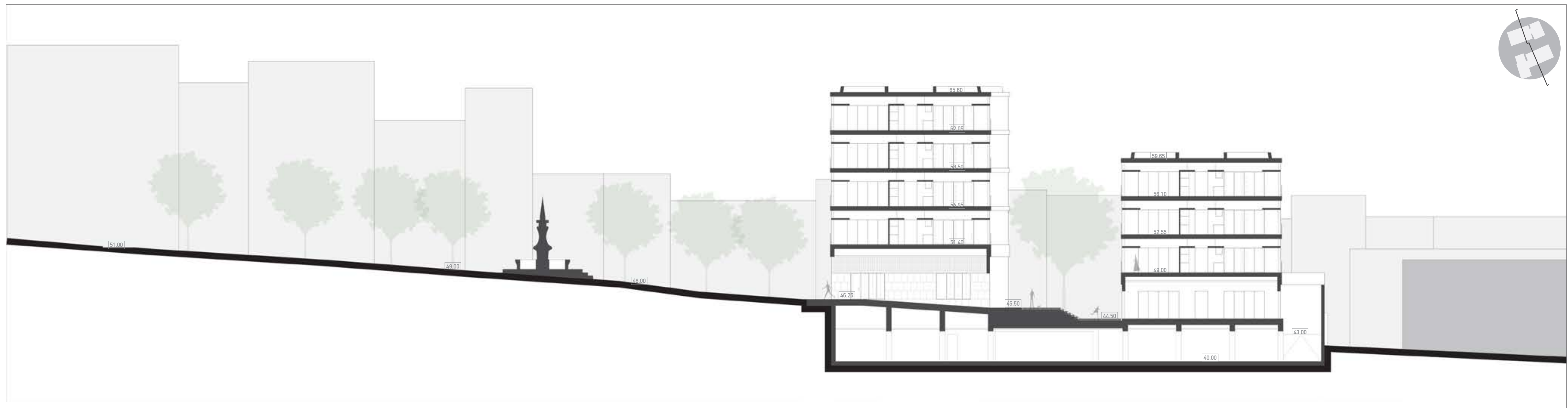
HABITAÇÃO COLECTIVA PARA
UM HABITAR IMPREVISÍVEL
SUPERAÇÃO DA RIGIDEZ FUNCIONAL
NUM CONJUNTO HABITACIONAL
NO LARGO DO MASTRO

Aluno: Ricardo Gouveia de Almeida, 20111354
Orientador: Professor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

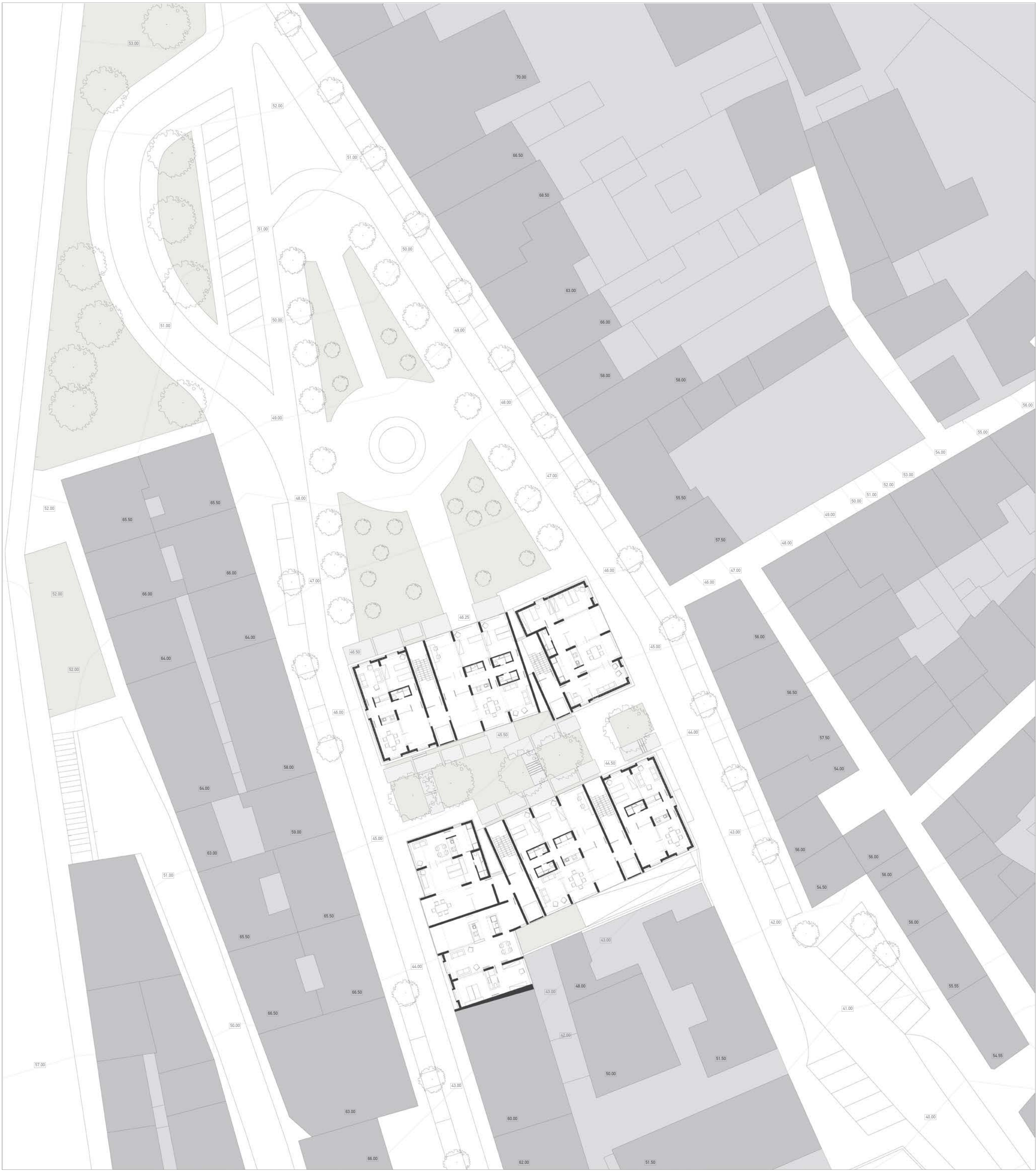
Projecto Final de Mestrado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa



Planta p-las terreno escala 1:200



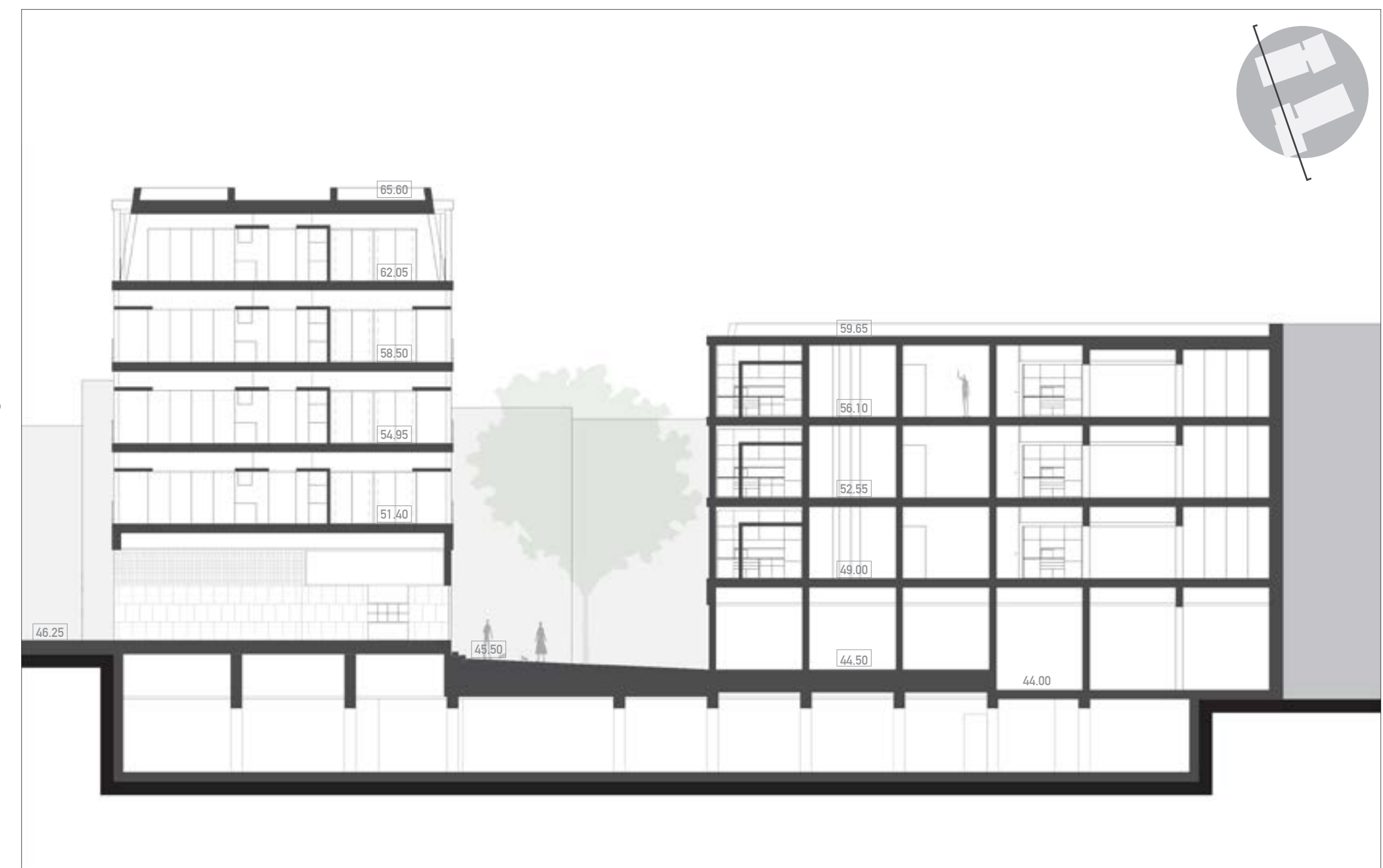
Corte central pelo Largo de Mastro escala 1:200



Planta últimos p-las escala 1:200



Alçado Rua de São Lázaro escala 1:200



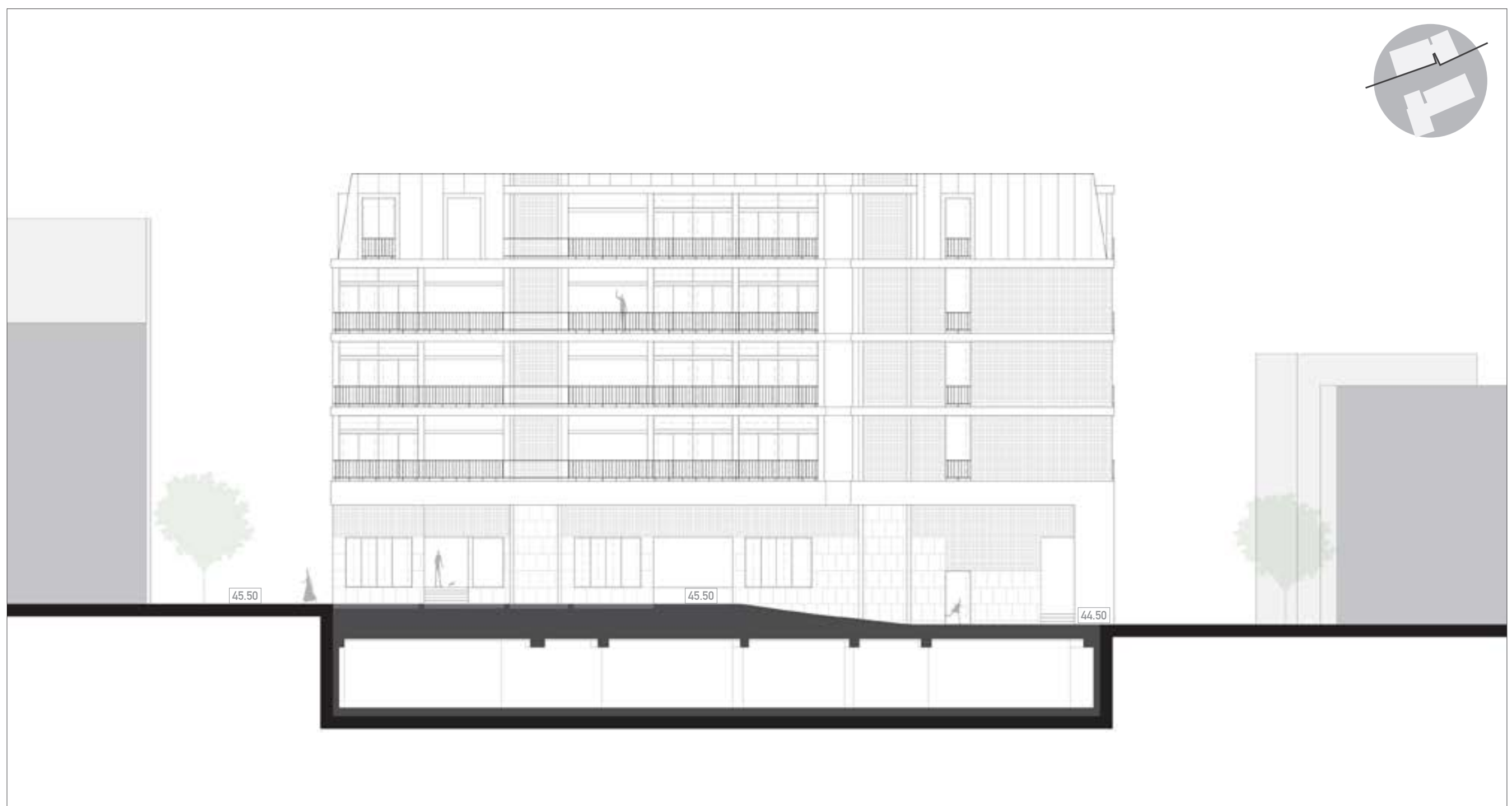
Corte Perite escala 1:200



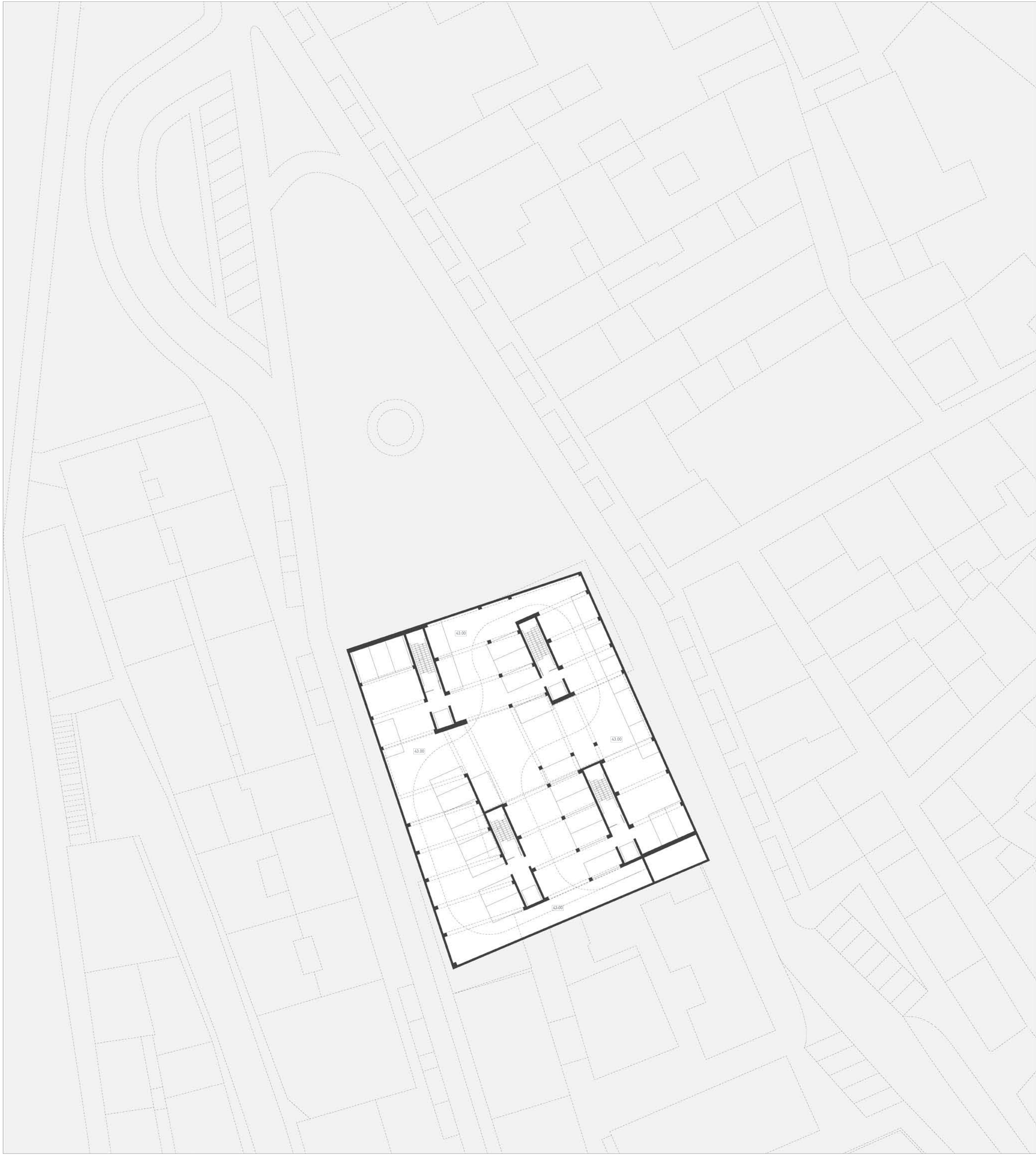
Planta de coberturas: escala 1:200



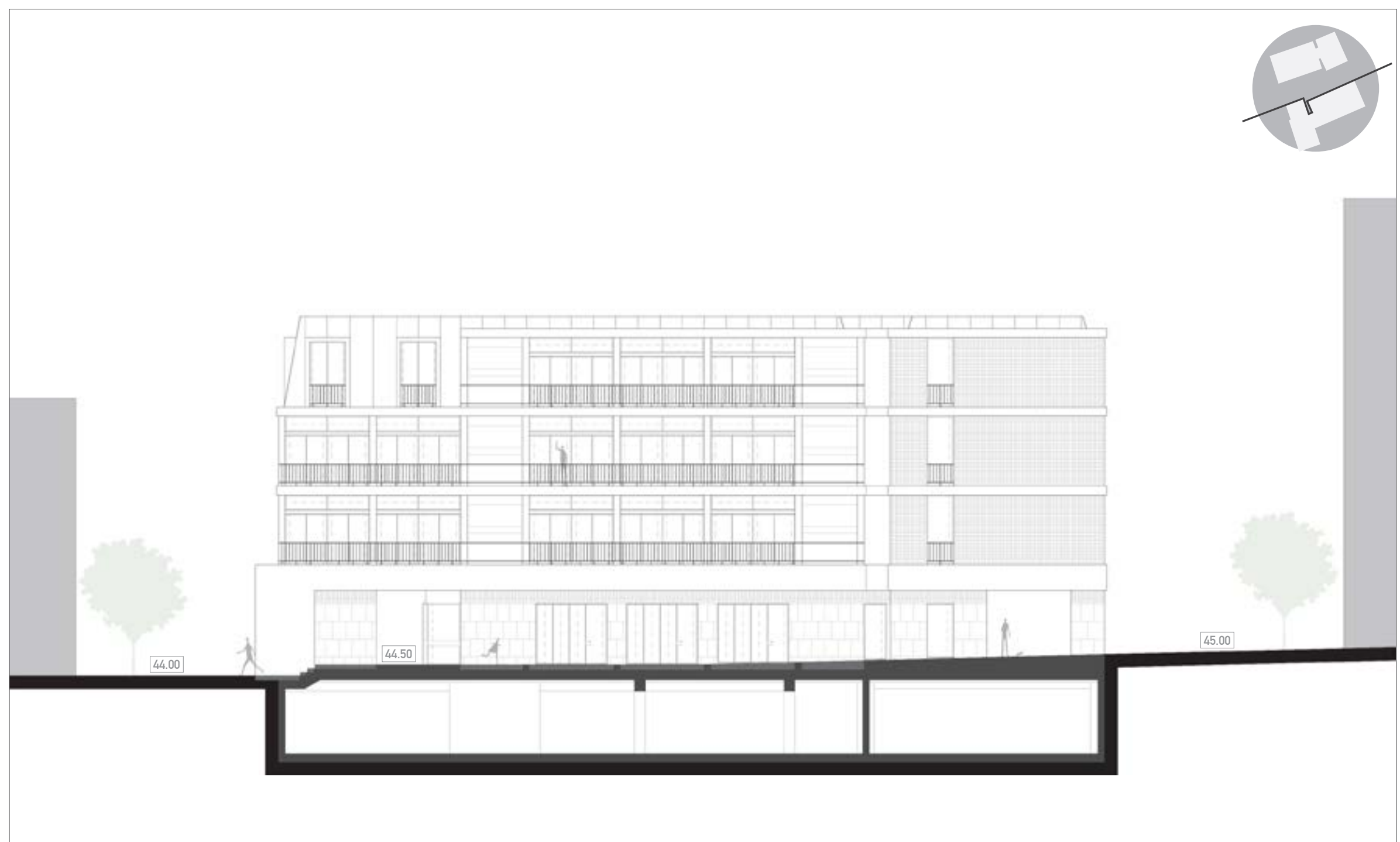
Alçado Largo do Mastro: escala 1:200



Alçado interior - edifício A: escala 1:200



Planta de estacionamento: escala 1:200



Alçado interior - edifício B: escala 1:200



Alçado Rua do Saco: escala 1:200



Corte Construtivo escala 1:20



Planta do Fogo grande - detalhe construtivo, escala 1:20

- 1 Revestimento a chapa de zinco preta ("Anthra zinc"); 2 Isolamento térmico - poliestireno extrudido; 3 Betonilha de nivelamento; 4 Betão leve de preenchimento; 5 Laje de betão; 6 Revestimento a microcimento; 7 Caixilharia em aço com pintura esmalte forja preto mate; 8 Guarda em aço com pintura esmalte forja preto mate; 9 Reguado de madeira de pinho; 10 Betonilha de assentamento; 11 Tecto falso em PLADUR; 12 Reboco branco; 13 Revestimento a pedra Azulino de Cascais; 14 Isolamento acústico - Membrana Acústica Danosa; 15 Alvenaria de tijolo; 16 Mosaico hidráulico; 17 Azulejo cinza (Viúva Lamego); 18 Parede estrutural em betão; 19 Guarda em vidro; 20 Porta de madeira revestida a aço com pintura de esmalte forja preto mate; 21 Painel pivotante - revestimento a madeira de pinho; 22 Painel pivotante - isolamento acústico - espuma de polietileno revestido; 23 lavatório e assento de banho em betão leve polido; 24 Reguado de pinho espaçado p/ escoar a água; 25 Porta pivotante em madeira de pinho.

Aluno: Ricardo Gouveia de Almeida, 20111354
Orientador: Professor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Projecto Final de Mestrado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

9/11

HABITAÇÃO COLECTIVA PARA
UM HABITAR IMPREVISÍVEL
SUPERAÇÃO DA RIGIDEZ FUNCIONAL
NUM CONJUNTO HABITACIONAL
NO LARGO DO MASTRO

10/11

HABITAÇÃO COLECTIVA PARA
UM HABITAR IMPREVISÍVEL
SUPERAÇÃO DA RIGIDEZ FUNCIONAL
NUM CONJUNTO HABITACIONAL
NO LARGO DO MASTRO

Aluno: Ricardo Gouveia de Almeida, 20111354
Orientador: Professor Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

Projecto Final de Mestrado
Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

